



Reinventar o futuro. Agora.

Be8 S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método Indireto	11
Demonstrações do valor adicionado	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	13



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Carlos Gomes, 258 - 6º andar, salas 601 a 606 - Boa Vista
90480-000 - Porto Alegre/RS - Brasil
Caixa Postal 18511 - CEP 90480-000 - Porto Alegre/RS - Brasil
Telefone +55 (51) 3327-0200
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Diretores e Acionistas da

Be8 S.A.

Passo Fundo - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Be8 S.A. (“Companhia”), e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Be8 S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Aquisição de controlada – combinação de negócios

Veja a Nota 3 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>No exercício de 2025, a controladora Be8 S.A. adquiriu o controle de outras entidades mediante combinação de negócios.</p> <p>A contabilização de tal aquisição requer entre outros procedimentos, que a Companhia determine o valor justo dos ativos intangíveis e tangíveis adquiridos, como carteira de clientes, imobilizado e ágio por expectativa de rentabilidade futura. Estes procedimentos envolvem um elevado grau de julgamento na determinação das estimativas de valores justos baseadas em metodologia, mensuração e premissas relacionados ao desempenho futuro do negócio adquirido e que estão sujeitos a um elevado grau de incerteza.</p> <p>Devido às incertezas relacionadas às metodologias e premissas, tais como a receita líquida, vida útil, e a taxa de desconto inerentes à mensuração do valor justo, e conseqüentemente a determinação das informações que devem ser divulgadas para possibilitar que os usuários das demonstrações financeiras avaliem a natureza e os efeitos financeiros provenientes da combinação de negócios, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">- Leitura dos contratos celebrados que formalizaram a combinação de negócios; <p>Com auxílio de nossos especialistas de finanças corporativas e especialistas em avaliação de ativos tangíveis, para as aquisições por nós consideradas como significativas, avaliamos:</p> <ul style="list-style-type: none">(i) se a metodologia utilizada para mensuração do valor justo dos ativos adquiridos estão consistentes com metodologias de avaliação normalmente utilizadas;(ii) se as premissas utilizadas são fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado condizentes com a data base do trabalho e/ou com o orçamento aprovado pela Administração e se os argumentos apresentados são razoáveis;(iii) se os cálculos matemáticos estão corretos e não apresentam qualquer tipo de erro que possa impactar as conclusões. <p>- Avaliação se as divulgações realizadas nas notas explicativas das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, estão adequadas em relação aos requerimentos das políticas contábeis aplicáveis a transação.</p> <p>No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetariam a valorização da carteira de clientes, os quais não foram registrados pela companhia, por terem sido considerados imateriais.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os valores reconhecidos e as divulgações sobre a combinação de negócios são aceitáveis no contexto</p>

	das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.
--	---

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção

relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 26 de fevereiro de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/F-7


Luis Claudio de Oliveira Guerreiro
Contador CRC-RJ 093679/O-1

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)



	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo					
Circulante		3.094.890	2.264.219	3.966.249	2.516.851
Caixa e equivalentes de caixa	11(a)	1.049.566	393.086	1.390.393	492.981
Aplicações financeiras	11(b)	43.848	306.637	43.848	306.637
Contas a receber de clientes	12	588.954	307.035	665.431	408.111
Estoques	13	358.560	385.065	520.208	426.523
Impostos a recuperar	14 (a)	511.168	427.456	942.132	453.757
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	14 (b)	82.153	46.562	93.858	46.595
Adiantamentos a fornecedores		91.540	12.894	100.265	89.478
Instrumentos financeiros derivativos	10 (h)	33.999	57.019	43.394	57.252
Aplicações financeiras vinculadas	20 (b)	52.200	107.386	52.205	107.386
Outras contas a receber		282.902	221.079	114.515	128.131
Não circulante		2.128.516	906.231	2.390.957	896.636
Realizável a longo prazo		470.242	197.077	844.233	201.976
Impostos a recuperar	14 (a)	113.132	112.633	324.435	114.297
Outras contas a receber		46.301	3.388	170.769	4.919
Aplicações financeiras vinculadas	20 (b)	229.913	15.153	229.913	15.153
Impostos diferidos	24	80.896	65.903	119.116	67.607
Investimentos	16	1.219.372	280.250	300	300
Propriedades para investimento	17	26.489	26.625	26.489	26.625
Imobilizado	18	371.591	362.591	1.238.216	583.620
Intangível	19	40.822	39.688	281.719	84.115
Total do ativo		5.223.406	3.170.450	6.357.206	3.413.487

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante		2.066.008	1.903.740	2.455.349	2.100.219
Empréstimos, financiamentos e debêntures	20	384.159	352.962	485.683	457.654
Fornecedores	21	1.282.893	1.236.898	1.488.488	1.279.951
Obrigações trabalhistas		36.352	32.019	48.767	35.521
Obrigações tributárias		23.013	22.283	47.699	25.722
Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	3.411	6.023	2.943
Adiantamentos de clientes		36.998	11.856	40.817	12.098
Instrumentos financeiros derivativos	10 (h)	47.118	58.807	55.749	62.223
Passivos de arrendamento		13.620	13.952	13.995	13.957
Contas a pagar pela aquisição de controlada	21	4.966	-	10.751	5.847
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	25 (c)	150.000	44.053	150.000	44.053
Outras contas a pagar		86.889	127.499	107.377	160.250
Não circulante		2.487.799	564.755	3.232.258	611.313
Empréstimos, financiamentos e debêntures	20	1.895.227	505.130	2.494.556	576.361
Outras contas a pagar		13.990	6.993	62.842	8.297
Dividendos e juros sobre o capital próprio	25 (c)	300.000	-	300.000	-
Passivos de arrendamento		-	13.604	15.550	13.913
Impostos diferidos	24	-	-	4.441	4.768
Contas a pagar pela aquisição de controlada	21	219.755	42	219.840	3.788
Provisões para contingências	22	3.833	4.186	3.818	4.186
Provisão para perdas em investimento	16	54.994	34.800	-	-
Passivo indenizatório da combinação de negócios	3	-	-	131.211	-
Total do passivo		4.553.807	2.468.495	5.687.607	2.711.532
Patrimônio líquido	25				
Capital social		421.137	203.502	421.137	203.502
Reserva de lucros		208.343	482.517	208.343	482.517
Ajustes de avaliação patrimonial		40.119	15.936	40.119	15.936
Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		669.599	701.955	669.599	701.955
Participação de não controladores		-	-	-	-
Total do patrimônio líquido		669.599	701.955	669.599	701.955
Total do passivo e patrimônio líquido		5.223.406	3.170.450	6.357.206	3.413.487

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Be8 S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024



(Valores expressos em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida de vendas	26	7.410.252	6.728.126	10.006.065	7.336.063
Custo dos produtos, mercadorias vendidas e serviços prestados	27	(6.564.697)	(5.661.384)	(8.672.355)	(6.181.645)
Lucro bruto		845.555	1.066.742	1.333.710	1.154.418
Despesas com vendas	27	(70.337)	(90.134)	(202.747)	(245.772)
Despesas gerais e administrativas	27	(243.264)	(204.520)	(403.848)	(245.613)
Outras receitas e (despesas) operacionais, líquidas	27	12.412	(25.496)	14.110	(32.309)
Resultado de equivalência patrimonial	16	164.316	(131.596)	-	-
Lucro operacional antes do resultado financeiro		708.682	614.996	741.225	630.724
Despesas financeiras	29	(543.558)	(331.264)	(633.162)	(364.601)
Receitas financeiras	29	283.746	179.476	342.488	214.778
(Perdas)/Ganhos com instrumentos financeiros derivativos, líquidos	29	17.217	(50.616)	31.227	(72.803)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		466.087	412.592	481.778	408.098
Imposto de renda e contribuição social - corrente	23	-	(5.791)	(11.446)	(4.179)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	23	22.036	70.236	17.791	73.114
Lucro líquido do exercício		488.123	477.037	488.123	477.037
Resultado atribuído aos acionistas controladores		-	-	488.123	477.037
Resultado atribuído aos acionistas não controladores		-	-	-	(4)
Lucro básico e diluído por ação (em Reais)	25 (d)	75,13	73,42	75,13	73,42

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Be8 S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024



(Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	488.123	477.037	488.123	477.033
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado	18.477	(15.251)	18.477	(15.250)
<i>Hedge accounting</i> de fluxo de caixa	23.212	(21.342)	27.406	(23.107)
IRPJ e CSLL <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa	(7.043)	7.256	(8.929)	7.857
Reflexo de outros resultados abrangentes (ORA) em controladas	2.308	(1.165)	-	-
Diferenças cambiais de conversão de controladas no exterior	6.133	35.499	6.133	35.499
Resultado abrangente do exercício	512.733	497.285	512.733	497.282
Resultado abrangente atribuído aos acionistas controladores	-	-	512.733	497.285
Resultado abrangente atribuído aos acionistas não controladores	-	-	-	(3)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Be8 S.A.**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

*(Valores expressos em milhares de Reais)*

	Reservas de Lucros						Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Ajustes avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total		
Saldos em 01 de janeiro de 2024	203.502	32.630	109.733	(3.352)	-	342.513	4	342.517
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	477.037	477.037	(4)	477.033
Realização de ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(960)	960	-	-	-
Diferenças cambiais de conversão de controladas no exterior	-	-	-	35.499	-	35.499	-	35.499
Hedge accounting de fluxo de caixa	-	-	-	(15.251)	-	(15.251)	-	(15.251)
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	(17.212)	-	(120.631)	(137.843)	-	(137.843)
Constituição de reserva legal	-	8.070	-	-	(8.070)	-	-	-
Constituição de reserva de retenção de lucros (nota 25 (b.2))	-	-	349.296	-	(349.296)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	203.502	40.700	441.817	15.936	-	701.955	-	701.955
Saldos em 01 de janeiro de 2025	203.502	40.700	441.817	15.936	-	701.955	-	701.955
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	488.123	488.123	-	488.123
Realização de ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(427)	427	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	24.405	-	-	(24.405)	-	-	-
Diferenças cambiais de conversão de controladas no exterior	-	-	-	6.133	-	6.133	-	6.133
Hedge accounting de fluxo de caixa	-	-	-	18.477	-	18.477	-	18.477
Dividendos e juros sobre o capital próprio intermediários (nota 25 (c))	-	-	-	-	(98.579)	(98.579)	-	(98.579)
Dividendos adicionais deliberados ano 2024 (nota 25 (c))	-	-	(24.182)	-	-	(24.182)	-	(24.182)
Dividendos adicionais deliberados ano 2025 (nota 25 (c))	-	-	(200.000)	-	(222.328)	(422.328)	-	(422.328)
Aumento de capital social	217.635	-	(217.635)	-	-	-	-	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	143.238	-	(143.238)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	421.137	65.105	143.238	40.119	-	669.599	-	669.599

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas.



Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		488.123	477.037	488.121	477.033
Ajustes para reconciliar o resultado ao fluxo de caixa das atividades operacionais:					
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido	23	(22.037)	(64.445)	(6.343)	(68.935)
Depreciação e amortização	18 e 19	31.354	29.015	67.865	33.860
Perda (ganho) na venda de ativos		1.899	705	2.193	3.094
Resultado de equivalência patrimonial	16	(164.316)	131.596	-	-
Perda (ganho) com instrumentos financeiros derivativos, líquida	10 (h)	7.910	(219)	6.072	2.314
Perda (ganho) com instrumentos financeiros derivativos - swap de taxa de juros	29	14.427	(35.239)	17.863	(35.239)
Provisão para obsolescência de estoque	13	1.174	(859)	1.405	(859)
Ajuste a valor justo de propriedades de investimento		3.803	(2.706)	3.803	(2.706)
Provisão (reversão) para ajuste a valor realizável líquido de estoques	13	(270)	19.218	34	19.218
Provisão para perdas esperadas com contas a receber de clientes	12	-	-	(1.973)	1.237
Provisão para perdas esperadas com adiantamentos	27 (iv)	-	25.338	-	25.338
Provisão para contingências	22	(409)	461	(645)	461
Variações monetárias e encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	20	251.859	148.931	298.636	139.860
Juros sobre passivo de arrendamento	20	10.006	9.024	11.349	9.024
Reconhecimento inicial de CBIOS a valor justo	13	(51.748)	(77.011)	(55.142)	(77.011)
Recuperação de créditos extemporâneos		(25.293)	-	(27.840)	-
Ajuste a valor justo de fornecedores a fixar e variação cambial compras em dólar	10 (h)	(6.703)	6.925	(6.703)	6.925
Variação monetária em contas a pagar por aquisição de controladas	20	43.017	-	43.017	-
		582.796	667.771	841.712	533.614
Variações nos ativos e passivos					
(Aumento) redução no contas a receber de clientes		(281.920)	124.286	(237.189)	45.254
Redução (aumento) nos estoques		77.349	(64.329)	18.855	(72.374)
(Aumento) de impostos a recuperar		(91.618)	(120.371)	(314.596)	(137.766)
(Aumento) redução de outros ativos		(339.416)	(198.096)	100.140	(164.556)
Aumento de fornecedores		52.697	266.103	134.940	287.383
(Redução) aumento de impostos a pagar		(6.860)	3.235	(9.424)	2.350
Aumento (redução) de outros passivos		(1.263)	37.361	(261.726)	57.961
		(8.235)	715.960	272.712	551.866
Caixa gerado atividades operacionais					
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	20	(157.137)	(173.955)	(206.010)	(176.121)
Juros sobre passivo de arrendamento pagos	20	(7.649)	(5.148)	(7.901)	(5.320)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(509)	(2.380)	(5.503)	(5.525)
		(173.530)	534.477	53.298	364.900
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Aplicações financeiras	11 (b)	262.789	(306.637)	262.788	(306.637)
Aporte de capital em controlada	16	(237.736)	(9.475)	-	-
Aquisição de investimento em controlada, líquido do caixa adquirido no consolidado	3	(199.755)	-	(186.339)	-
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível		(43.387)	(36.217)	(567.178)	(90.993)
Adiantamento para aquisição de imobilizado		-	-	(137.698)	-
Valor recebido na venda de ativo imobilizado		-	156	-	156
Valor recebido pela venda de propriedades para investimento	17 (b)	6.300	6.200	6.300	6.200
Devolução de valor recebido por venda de propriedade para investimento (distrato)		(3.240)	-	(3.240)	-
Subvenção governamental recebida relacionada a ativo imobilizado	28 (c)	-	-	12.132	4.000
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	16	(14.248)	(146.774)	-	-
		(229.277)	(492.747)	(613.235)	(387.274)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	20	(511.004)	(1.027.587)	(658.140)	(1.030.021)
Ingressos de empréstimos, financiamentos e debêntures	20	1.845.080	511.880	2.410.094	620.255
Pagamento de custos de transação de empréstimo	20	(8.802)	-	(28.644)	-
Amortização de passivos de arrendamento	20	(15.875)	(16.333)	(17.372)	(16.333)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	20	(137.342)	(90.401)	(137.342)	(90.401)
Pagamento de aquisição de controlada	20	(99.919)	(232)	(102.299)	(5.174)
Pagamento de juros por aquisição de controlada	20	(12.851)	-	(12.851)	-
		1.059.287	(622.673)	1.453.446	(521.674)
Caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades de financiamento					
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		656.480	(580.943)	893.509	(544.048)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	11	393.086	974.029	492.981	1.018.457
Efeito da variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa		-	-	3.903	18.572
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	11	1.049.566	393.086	1.390.393	492.981

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Be8 S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/204	31/12/2025	31/12/204
Receitas	8.357.183	7.606.405	11.277.076	8.217.920
Receita de contrato com cliente	8.313.280	7.550.167	11.206.269	8.158.995
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	-	-	(260)	(924)
Outras receitas	42.681	55.659	40.448	59.266
Receitas relativas à construção de ativos próprios	1.222	579	30.619	583
Insumos adquiridos de terceiros	7.165.973	6.349.566	9.502.873	7.041.462
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	7.022.467	6.189.479	9.157.057	6.701.949
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	143.506	160.087	345.816	339.513
Perda/(recuperação) de valores ativos, líquidos	-	-	-	-
Valor adicionado bruto	1.191.210	1.256.839	1.774.203	1.176.458
Retenções	31.351	29.012	74.568	32.177
Depreciação e amortização	31.351	29.012	74.568	32.177
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	1.159.859	1.227.827	1.699.635	1.144.281
Valor adicionado recebido em transferência	896.369	337.083	906.953	519.642
Resultado de equivalência patrimonial	164.316	(131.596)	-	-
Receitas financeiras	730.376	467.978	904.567	517.754
Outras transferências recebidas	1.677	701	2.386	1.888
Valor Adicionado total a distribuir	2.056.228	1.564.910	2.606.588	1.663.923
Distribuição do valor adicionado	2.056.229	1.564.910	2.606.589	1.663.923
Pessoal e encargos	132.611	107.429	181.689	126.975
Remuneração direta	112.705	90.384	154.254	108.955
Benefícios	13.573	12.130	18.684	12.890
FGTS	6.333	4.915	8.751	5.130
Impostos, taxas e contribuições	412.479	203.591	698.397	204.127
Municipais	339	22	664	59
Estaduais	221.576	196.886	268.030	197.735
Federais	190.564	6.683	429.703	6.333
Remuneração de capitais de terceiros	1.023.016	776.853	1.238.380	855.784
Juros	421.146	265.473	526.222	298.328
Aluguéis	3.713	3.120	6.645	4.922
Outros	598.157	508.260	705.513	552.534
Remuneração de capitais próprios	488.123	477.037	488.123	477.037
Lucros retidos no período	167.216	356.406	167.216	356.406
Dividendos	320.907	120.631	320.907	120.631

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Be8 S.A. ("Companhia" ou "Controladora", e de forma conjunta com suas controladas como "Consolidado" ou "Grupo"), é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, com sede em Passo Fundo, Rodovia Federal BR-285, Km 294, s/nº, Bairro Petrópolis – RS. A Companhia tem por objeto a industrialização, beneficiamento, comercialização, importação, exportação e distribuição de cereais e sementes oleaginosas, óleos vegetais brutos e refinados, biodiesel, glicerina, seus derivados e subprodutos, incluindo proteínas vegetais. Além disso, a Companhia fomenta ainda a originação de matéria-prima, objetivando a manutenção do selo combustível social, referente às compras do Programa Nacional de Agricultura Familiar, o PRONAF.

A Companhia é controlada direta integral da ECB Holding S.A., sociedade anônima brasileira de capital fechado, sendo esta a sua controladora final. A ECB Holding S.A. é a holding controladora do Grupo ECB.

2 Relação de entidades controladas

A seguir apresentamos a lista das controladas da Companhia, que compõem as demonstrações financeiras consolidadas:

Controlada	País	Participação acionária %			
		31/12/2025		31/12/2024	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Be8 Comércio Importação e Exportação Ltda.	Brasil	100	-	99,99	-
Be8 Switzerland S.A.	Suíça	100	-	100	-
Be8 Immo S.A.	Suíça	-	100	-	100
Be8 Biodiesel S.A.	Suíça	-	100	-	100
Beeight Mena S.A.	Emirados Árabes Unidos	-	100	-	100
Omega Green S.A.	Paraguai	99,99	-	99,99	-
Be8 Exportação e Importação Ltda.	Brasil	100	-	100	-
Be8 Paraguay S.A.	Paraguai	100	-	100	-
Agroindustrial La Paloma S.A.	Paraguai	-	100	-	100
Biosinergy S.A.	Paraguai	-	100	-	100
Be8 Agro S. A.	Brasil	100	-	100	-
Be8 Cuiabá Ltda.	Brasil	100	-	-	-
Be8 Floriano Ltda.	Brasil	100	-	-	-
Be8 Santo Antônio do Tauá Ltda.	Brasil	100	-	-	-
Be8 Nova Marilândia Ltda.	Brasil	100	-	-	-

Be8 Comércio Importação e Exportação Ltda.: Sociedade empresária limitada, com sede na cidade de São Paulo, tem como atividade principal a comercialização de glicerina, biodiesel, etanol, óleo de milho, focada principalmente na expansão do segmento de *trading* (compra e revenda) do Grupo. No dia 06 de agosto de 2025, ocorreu a alteração da razão social de BSBIOS

Comércio Importação e Exportação Ltda. para Be8 Comércio Importação e Exportação Ltda. sem impacto nas atividades operacionais da Empresa.

Be8 Switzerland S.A.: Sociedade por ações constituída de acordo com as leis da Confederação Suíça, com sede em Genebra, tem como atividade principal a comercialização de glicerina, biodiesel e etanol. A sociedade é detentora de 100% das ações da Be8 Immo, “*holding pura*”, e uma empresa produtora de biodiesel denominada Be8 Biodiesel S.A., bem como uma trading denominada Beeight Mena S.A.

Be8 Biodiesel S.A.: Empresa produtora de biodiesel, situada em Domdidier, Suíça, onde a principal matéria prima utilizada é o UCO (óleo de cozinha usado).

Be8 Immo S.A.: “*holding pura*”, detentora de 100% das ações da Be8 Biodiesel S.A.

Beeight Meena S.A.: Sociedade por ações, constituída em abril de 2024, em conformidade com a legislação dos Emirados Árabes Unidos, localizada em Dubai. Tem como atividade principal operações de *trading* voltada a expansão deste segmento do Grupo.

Omega Green S.A.: Sociedade anônima constituída e existente de acordo com as leis do Paraguai, com sede em Assunción, tendo como principal atividade a produção de combustíveis renováveis, em fase pré-operacional.

Be8 Exportação e Importação Ltda.: Sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Passo Fundo. A sociedade possui duas filiais: Filial Be8 Exportação e Importação, que possui como atividade principal a transmissão e distribuição de energia elétrica de origem hidráulica, térmica, eólica e solar, localizada em Soledade, RS e a matriz Be8 Exportação e Importação Ltda., a qual sediará a nova indústria de etanol e glúten vital do Grupo, em fase de construção.

Be8 Paraguay S.A.: “*holding pura*”, detentora de 100% das ações das empresas Agroindustrial La Paloma S.A. e Biosinergy S.A.

Agroindustrial La Paloma S.A.: Com sede em La Paloma del Espíritu Santo, no Departamento de Canindeyú, tem como principal atividade o esmagamento de soja, efetuando a extração do óleo degomado de soja e a produção do farelo de soja. A empresa é pertencente a Be8 Paraguay S.A., “*holding pura*” também detentora da empresa Biosinergy S.A. estabelecida no mesmo complexo fabril.

Biosinergy S.A.: Com sede em La Paloma del Espíritu Santo, no Departamento de Canindeyú, tem como principal atividade a produção de biodiesel e seus subprodutos. A matéria-prima para produção do biodiesel (óleo degomado de soja) é adquirida da Agroindustrial La Paloma S.A., empresa pertencente ao Grupo. A empresa é pertencente a Be8 Paraguay S.A., “*holding pura*” também detentora da Agroindustrial La Paloma S.A., estabelecida no mesmo complexo fabril.

Be8 Agro S.A.: Sociedade por ações, constituída de acordo com as leis brasileiras, no dia 27 de junho de 2024, sediada no município de Passo Fundo, Rio Grande do Sul, tem como objeto social, a industrialização, beneficiamento, comercialização, armazenagem, logística, representação, exportação e importação de produtos agrícolas, implementos, máquinas, gestão operacional de propriedades rurais e cultivo de grãos, sementes e outras culturas.

Be8 Cuiabá Ltda: Sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Cuiabá, Mato Grosso, onde são desenvolvidas atividades de escritório administrativo. Este escritório funciona como um centro de operações para as atividades administrativas, estreitamento do relacionamento com clientes e fornecedores locais, e o fornecimento de suporte para as operações das unidades industriais de Nova Marilândia, Floriano e Santo Antônio do Tauá.

Be8 Floriano Ltda.: A unidade da Be8 em Floriano, Piauí, é uma planta industrial com capacidade de produzir aproximadamente 90 milhões de litros de biodiesel por ano, utilizando principalmente óleo de soja como matéria-prima. Estrategicamente localizada no Nordeste, essa instalação desempenha um papel importante na produção e distribuição de biodiesel na região. O processo produtivo envolve a transesterificação do óleo de soja, resultando em biodiesel e glicerina. A operação em Floriano contribui para a economia local através da geração de empregos e do fortalecimento da cadeia produtiva de biocombustíveis na região.

Be8 Santo Antônio do Tauá Ltda.: Localizada em Santo Antônio do Tauá, estado do Pará, a unidade possui capacidade instalada para produção de cerca de 90 milhões de litros de biodiesel anualmente. Assim como na unidade de Floriano, o processo produtivo baseia-se na transesterificação do óleo de soja, gerando biodiesel e glicerina como subproduto.

Be8 Nova Marilândia Ltda.: Localizada em Nova Marilândia, no Mato Grosso, a unidade da Be8, possui uma capacidade produtiva de aproximadamente 180 milhões de litros de biodiesel anualmente. Essa unidade expande significativamente a presença da Be8 no Centro-Oeste, uma região de destaque no agronegócio brasileiro, onde a disponibilidade de óleo de soja como principal matéria-prima é vasta.

Empregando o processo de transesterificação, a planta de Nova Marilândia converte o óleo de soja em biodiesel, gerando glicerina como subproduto. A unidade impulsiona a capacidade produtiva total da Be8, também injeta dinamismo na economia local do Mato Grosso, criando empregos e fortalecendo a cadeia de valor dos biocombustíveis em um estado crucial para a produção agrícola nacional.

3 Combinação de negócios

Em 14 de janeiro de 2025, a Be8 S.A. obteve o controle das unidades da Biopar (“Grupo Biopar”). A transação incluiu a aquisição da Be8 Cuiabá Ltda. (anteriormente Biopar Participações Ltda.), com sede em Cuiabá, Mato Grosso, bem como três unidades industriais sendo elas a Be8 Floriano Ltda. (anteriormente Unibras Indústria e Comércio de Biodiesel Ltda.), situada no estado do Piauí, Be8 Santo Antônio do Tauá Ltda. (anteriormente União Indústria e Comércio do Pará Ltda.), situada no estado do Pará e Be8 Nova Marilândia Ltda. (anteriormente Biopar Produção de Biodiesel Parecis Ltda.), situada no estado do Mato Grosso. Ao longo da demonstração financeira, o conjunto das 4 entidades adquiridas na combinação de negócios está denominado como “Be8 Cerrado”.

Nos ativos e passivos identificáveis adquiridos do Grupo Biopar estão incluídos *inputs* (uma sede, três fábricas, estoques e relacionamentos com clientes), processos de produção e força de trabalho organizada. O Grupo determinou que juntos, os *inputs* e processos adquiridos contribuem significativamente para a capacidade de gerar receita (*outputs*). O Grupo concluiu que o conjunto adquirido é um negócio.

A concretização da aquisição está alinhada ao planejamento estratégico do Grupo que consiste na diversificação geográfica na produção, considerando mercados atendidos, com consequente aumento de participação de mercado. A operação teve o objetivo de ampliar a presença e o sistema de distribuição para as Regiões Norte, Nordeste e Centro-oeste, elevando a Companhia à terceira posição nacional em termos de capacidade de produção de biodiesel.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Grupo Biopar contribuiu com uma receita líquida de R\$ 1.911.576 e lucro líquido de R\$ 177.379 às demonstrações financeiras consolidadas. Caso a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2025, a Administração estima que a receita líquida consolidada seria de R\$ 1.965.535 e o lucro líquido consolidado seria de R\$ 181.377. Para a determinação destes montantes, a Administração considerou que os ajustes de valor justo, determinados provisoriamente na data de aquisição, teriam sido os mesmos caso a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2025.

Em 31 de dezembro de 2025, os trabalhos de especialistas avaliadores contratados para determinação do valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos na aquisição, incluindo-se a apuração e alocação do ágio, de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinações de negócios, foram concluídos. Não ocorreram alterações significativas nos registros preliminares anteriormente efetuados.

(a) Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos:

Abaixo segue o resumo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, considerando o balanço patrimonial da Biopar em 13 de janeiro de 2025, e os ajustes do valor justo estimados com base no relatório dos especialistas.

<i>Em milhares de reais</i>	Valor contábil	Valor justo
Ativo	686.033	811.082
Ativo circulante	489.875	493.983
Caixa e equivalentes de caixa	13.525	13.525
Contas a receber de clientes	16.349	16.349
Estoques	54.050	58.158
Impostos a recuperar	392.286	392.286
Adiantamento a fornecedores	8.042	8.042
Instrumentos financeiros derivativos ativos	607	607
Outras contas a receber	5.016	5.016
Ativo não circulante	196.158	317.099
Impostos diferidos ativos	59.626	59.626
Imobilizado	135.928	162.380
Intangível	604	95.093
Passivo	436.909	436.909
Passivo circulante	266.983	266.983
Empréstimos, financiamentos e Debêntures	147.834	147.834
Fornecedores	75.513	75.513
Obrigações trabalhistas	7.906	7.906
Obrigações tributárias	11.182	11.182
Imposto de renda e contribuição social a recolher	4.527	4.527
Adiantamentos de clientes	969	969
Outras Contas a pagar	19.052	19.052
Passivo não circulante	169.926	169.926
Outras contas a pagar	5.021	5.021
Impostos diferidos	16.728	16.728
Passivo indenizatório da combinação de negócios	147.955	147.955
Provisões para contingências	222	222
Total dos ativos identificáveis, líquido	249.124	374.173

Mensuração do valor justo

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos significativos adquiridos foram as seguintes:

Ativos adquiridos	Técnica de avaliação
Imobilizado	Técnica de comparação de mercado e técnica de custo: o modelo de avaliação considera os preços de mercado para itens semelhantes, quando disponível, e o custo de reposição depreciado, quando apropriado. O custo de reposição depreciado reflete ajustes de deterioração física, bem como a obsolescência funcional e econômica.
Intangível	O método <i>multi-period excess earnings</i> considera o valor presente dos fluxos de caixa líquidos esperados pelas relações com clientes, excluindo qualquer fluxo de caixa relacionado com ativos de contribuição.
Estoques	Técnica de comparação de mercado: o valor justo é determinado com base no preço estimado de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e venda e numa margem de lucro razoável com base no esforço necessário para concluir e vender os estoques.

(b) Contraprestação transferida:

A tabela a seguir resume o valor justo na data de aquisição dos itens mais relevantes da contraprestação transferida.

<i>Em milhares de reais</i>	
Caixa	480.046
Contraprestação contingente (ii) (Nota explicativa 3(c))	14.141
Total da contraprestação transferida	494.187

O preço de aquisição foi calculado da seguinte forma: *Enterprise value* de R\$ 800.000, deduzido por (i) R\$ 247.955 referentes a créditos tributários de PIS e COFINS existentes em 31 de dezembro de 2023 e (ii) acrescido ou deduzido dos ajustes de capital de giro e endividamento na data de fechamento.

A contraprestação transferida pela aquisição do controle do negócio é formada por pagamentos em caixa, os quais incluem o preço de aquisição base após os ajustes de capital de giro e endividamento líquido na data do fechamento, sendo este montante corrigido até as datas de vencimento definidas em contrato por CDI + 2% a.a. e parcela a ser paga em caixa a título de antecipação de créditos tributários a recuperar, sem quaisquer correções monetárias, no montante líquido e certo de R\$ 80.000, o qual será pago no mesmo fluxo de vencimentos previsto para o preço de aquisição. O fluxo de pagamentos previsto em contrato para a contraprestação transferida consistiu em pagamento à vista de 40% na data de fechamento e o restante em 3 parcelas anuais que correspondem em cada data de vencimento a 20% do total da contraprestação transferida.

(c) Contraprestação contingente:

Além dos valores mencionados acima, foi previsto que seria pago pela Be8 S.A. (Compradora) o valor de até R\$ 100.000 a título de adiantamento dos créditos tributários. Conforme definido contratualmente, o valor de adiantamento de créditos é devido pela Compradora aos Vendedores em conjunto do preço de aquisição, sendo os pagamentos nas mesmas datas. Todavia, na última parcela relativa ao adiantamento dos créditos tributários, sendo que esta parcela perfaz o montante de R\$ 20.000, o pagamento está condicionado a recuperação de determinado valor de créditos tributários. Desta forma, a última parcela de antecipação de créditos tributários foi considerada uma contraprestação contingente na aplicação do método de aquisição.

Adicionalmente, a parcela remanescente de créditos tributários de R\$ 147.955 (ou seja, R\$ 247.955 deduzidos do adiantamento de créditos tributários de até R\$ 100.000 a ser efetuado pela Compradora), conforme previsto contratualmente, será devido pelas adquiridas aos Vendedores à medida que forem recuperados após a finalização do pagamento de antecipação dos créditos devido pela Compradora, sendo observado o prazo de até 5 anos após a data de fechamento. Desta forma, a parcela remanescente de créditos tributários foi reconhecida na data de fechamento como um passivo no balanço das adquiridas devido aos antigos sócios, sendo este classificado no passivo não circulante.

(d) Custo de aquisição:

O Grupo incorreu em custos relacionados à aquisição no valor de R\$ 2.225 referentes a honorários advocatícios e custos de *due diligence*. Os honorários advocatícios e os custos de *due diligence* foram registrados como “Despesas gerais e administrativas” na demonstração de resultado na controladora.

(e) Ágio:

O ágio reconhecido como resultado da aquisição foi determinado conforme segue:

<i>Em milhares de reais</i>	
Contraprestação transferida (Nota explicativa 3 (b))	494.187
Patrimônio líquido adquirido (Nota explicativa 3 (a))	249.124
Ativos identificáveis	
Valor justo dos estoques (i)	4.108
Valor justo do imobilizado (ii)	26.452
Valor justo do intangível (iii)	94.488
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (Goodwill)	120.015

- (i) Os estoques das adquiridas na data de aquisição eram compostos por produtos acabados. Para avaliação dos estoques foram efetuados inventários e os itens foram avaliados a valor justo. O valor justo alocado aos estoques foi de R\$ 4.108 em 13 de janeiro de 2025. O método de mensuração do valor justo está descrito na nota explicativa 3(a).
- (ii) O ativo imobilizado das adquiridas na data da aquisição era composto majoritariamente por terrenos, edificações e máquinas e equipamentos. Para a avaliação do imobilizado foram efetuados levantamento físico dos ativos e aplicado o método comparativo direto de dados de mercado, o método de quantificação do custo e custo histórico. O primeiro consiste em analisar as condições de mercado e transações comparáveis ao ativo que está sendo avaliado e, assim, determinar o valor justo onde os dados confiáveis e disponíveis sobre as vendas podem ser encontrados. O segundo método consiste em avaliar o valor e os valores associados para substituição, reposição ou reprodução dos ativos. No método de avaliação pelo custo histórico, o valor do bem é determinado a partir da atualização monetária do seu custo de aquisição, apurado em registros contábeis e aplicando-se índices econômicos específicos, geralmente utilizados por órgãos competentes e oficiais. O valor justo alocado ao imobilizado foi de R\$ 26.452 em 13 de janeiro de 2025. O valor justo alocado ao imobilizado será depreciado pelo prazo da sua vida útil.
- (iii) O ativo intangível identificado, cujo valor justo pode ser mensurado com segurança pela Companhia, refere-se a carteira de clientes. A carteira de clientes foi avaliada pelo método MPEEM (“*Multi Period Excess Earnings Method*”), que é baseado em um cálculo de desconto de fluxos de caixa dos benefícios econômicos futuros atribuíveis à base de clientes, líquidas das eliminações das obrigações de contribuições implicados em sua geração. Para estimar a vida útil remanescente da base de clientes, foram aplicadas sobre a base de receitas uma taxa de rotatividade (*churn rate*), estimada com base na análise da carteira de clientes e faturamento

histórico, representando uma vida útil econômica de 4,97 anos. O valor justo alocado ao relacionamento com clientes, na data de aquisição, foi de R\$ 94.488, o qual será amortizado pelo prazo da sua vida útil.

O ágio apurado no montante de R\$ 120.015 representa o benefício econômico futuro esperado das sinergias decorrentes da aquisição e ampliação da atuação da Be8 S.A. nas regiões norte, nordeste e centro-oeste do Brasil. O ágio reconhecido tem expectativa de ser dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social. Adicionalmente, não foram constituídos impostos diferidos sobre os efeitos de valor justo de estoques, imobilizado e intangível devido a intenção da Administração de incorporar as adquiridas no futuro.

4 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foi autorizada pela Administração da Companhia em 26 de fevereiro de 2026.

5 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, estão apresentadas em Reais, moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Cada controlada da Companhia determina sua própria moeda funcional, e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do Real, as demonstrações financeiras são convertidas para o Real na data do fechamento.

A moeda funcional de cada entidade está relacionada abaixo:

Controlada	País	Moeda Funcional
Be8 Comércio Importação e Exportação Ltda.	Brasil	Real
Be8 Switzerland S.A.	Suíça	Franco suíço
Be8 Immo S.A.	Suíça	Franco suíço
Be8 Biodiesel S.A.	Suíça	Franco suíço
Beeight Meena S.A.	Emirados Árabes Unidos	Dirham dos Emirados Árabes Unidos
Omega Green S.A.	Paraguai	Guarani paraguaio
Be8 Exportação e Importação Ltda.	Brasil	Real
Be8 Agro S.A.	Brasil	Real
Be8 Paraguay S.A.	Paraguai	Dólar americano
Agroindustrial La Paloma S.A.	Paraguai	Dólar americano
Biosinergy S.A.	Paraguai	Dólar americano
Be8 Nova Marilândia Ltda.	Brasil	Real
Be8 Santo Antônio do Tauá Ltda.	Brasil	Real
Be8 Cuiabá Ltda.	Brasil	Real
Be8 Floriano Ltda.	Brasil	Real

6 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros e consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

6.1 Julgamentos e incertezas sobre premissas e estimativas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

a. *Perda (impairment) do ágio*

Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 19).

b. *Valor justo de derivativos*

O valor justo de instrumentos financeiros derivativos que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Administração usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

c. *Contabilização e apresentação de contingências*

São contabilizadas provisões de contingências passivas, quando a Companhia possui uma obrigação presente como resultado de eventos passados, e há provável saída de recursos para liquidar a obrigação e essa possa ser estimada de forma confiável.

Para passivos contingentes possíveis de ocorrer, mas não prováveis, a Companhia divulga a existência dos mesmos, porém não efetua registro contábil de provisão.

d. *Mensuração do valor justo*

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final de cada período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 3** – Aquisição de controladas;
- **Nota explicativa 10** - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos; e
- **Nota explicativa 17** - Propriedades para investimento.

e. Recuperabilidade de impostos diferidos ativos

Conforme divulgado na nota explicativa 24, a Companhia possui ativos fiscais diferidos oriundos de prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. As premissas consideradas para a mensuração do lucro tributável se amparam principalmente no orçamento da Companhia para os próximos anos, juntamente aos comparativos relacionados a médias históricas de saldos que ajudam a traçar a expectativa futura de lucro no que se refere a interferência da sazonalidade no resultado da Companhia. Estas premissas utilizadas na construção do orçamento para anos futuros, tais como volume de venda, preço de venda, preços de matérias-primas, taxas de dólar, dentre outras, podem divergir das expectativas da Administração, bem como a definição da base tributável futura tendo em vista as incertezas que giram em torno dos aspectos tributários para os anos seguintes. Os preços de *commodities* comercializadas e adquiridas pela Companhia, bem como mudanças de legislação, adoção de benefícios e incentivos fiscais podem trazer alterações relevantes na projeção.

7 Base de mensuração

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo;
- Passivos atrelados a *commodities* (fornecedores a fixar) mensurados a valor justo; e
- As propriedades para investimento são mensuradas pelo valor justo.

8 Resumo das políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

8.1 Base de consolidação

(i) Combinações de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para a Companhia. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, a Companhia avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um input e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar output.

A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

(ii) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As informações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(iii) Perda de controle

Quando a Companhia perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(iv) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas (exceto para ganhos ou perdas de transações em moeda estrangeira) não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

8.2 Moeda estrangeira**a. Transações e saldos**

As operações com moedas estrangeiras são convertidas em moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes aos ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

b. Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio médias do exercício. As taxas utilizadas para fins de conversão das operações do exterior em 31 de dezembro de 2025, foram as seguintes:

Moeda	País	Taxa de fechamento	Taxa média
Guarani	Paraguai	0,0008395	0,0008039
Franco Suíço	Suíça	6,9457	6,8477
Dólar	Paraguai	5,5024	5,4530

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Se a controlada não for uma controlada integral, a parcela correspondente da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores.

Quando uma entidade no exterior é baixada na totalidade ou parcialmente, de forma a perder o controle, influência significativa ou controle conjunto, o montante acumulado de variações cambiais relacionadas a essa entidade no exterior é reclassificado para o resultado como parte do ganho ou perda na baixa. Se a Companhia baixar parte de sua participação em uma controlada, mas mantiver o controle, a proporção relevante do valor acumulado será atribuída à participação de acionistas não controladores. Quando a Companhia baixar apenas parte de uma associada ou *joint venture*, mantendo uma influência significativa ou controle conjunto, a proporção relevante do valor acumulado é reclassificada para o resultado.

8.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

8.4 Instrumentos financeiros

8.4.1 Classificação

A Companhia classifica os seus ativos e passivos financeiros nas categorias: (a) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR); (b) mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e (b) custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, tendo por base o modelo de negócios e as características de fluxos de caixa contratuais.

a. Valor justo por meio do resultado

Todos ativos e passivos financeiros que não atendem aos critérios de classificação mensurados como custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados por seu valor justo por meio do resultado, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício, como receita ou despesa financeira dependendo do resultado obtido.

b. Custo amortizado

São incluídos nesta categoria os passivos financeiros e ativos financeiros de dívida simples, cujo objetivo é de recolher apenas fluxos de caixa contratuais. São atualizados pelo método de juros efetivos, reconhecendo as receitas ou despesas de juros no resultado, ao longo do período pertinente com base na taxa de juros efetiva.

8.4.2 Reconhecimento, mensuração, desreconhecimento e compensação

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado, são reconhecidos inicialmente pelo preço de transação, sendo normalmente o valor justo do instrumento financeiro.

Se identificado que o valor justo no reconhecimento inicial se difere do preço da transação, e for comprovado por preço cotado em mercado ativo ou passivo idêntico (Nível 1) a entidade deve reconhecer a diferença entre valor justo inicial e o preço da transação como ganho ou perda.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que tenham sido transferidos, substancialmente, todos os riscos e os benefícios da titularidade do ativo financeiro.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente

diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os ativos e passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, são contabilizados usando o método da taxa de juros efetiva, amortizando quaisquer taxas incluídas no cálculo da taxa de juros efetiva ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

Os investimentos em instrumentos patrimoniais e contratos relativos a esses instrumentos devem ser reconhecidos pelo valor justo. Contudo, em circunstâncias limitadas, o custo pode ser uma estimativa apropriada do valor justo, caso não haja informações suficientes mais recentes disponíveis para mensurar o valor justo.

O valor justo dos investimentos com cotação pública se baseia nos preços atuais de mercado. Para os ativos financeiros sem mercado ativo, o valor justo é estabelecido por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem a comparação com operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções.

8.4.3 *Impairment de ativos financeiros*

O objetivo dos requisitos de redução ao valor recuperável é reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

A Companhia mensura a provisão para perdas de instrumento financeiro ao valor equivalente às perdas de crédito esperadas se o risco de crédito desse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

8.4.4 *Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado*

As variações no valor justo destes instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente no resultado do exercício, na rubrica “(Perdas)/Ganhos com instrumentos financeiros derivativos, líquidos”.

A Companhia está exposta ao risco cambial de operações estrangeiras decorrente de diferenças entre as moedas nas quais as vendas, compras, recebíveis e empréstimos são denominados, e as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo. A moeda funcional do Grupo é principalmente o Real. As moedas nas quais as transações do Grupo são primariamente denominadas são: Real, Dólar Americano (USD), Guarani (Paraguai) e Franco Suíço (CHF).

8.4.5 *Derivativos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes*

A política de gestão de risco da Companhia é fazer *hedging* de sua exposição esperada em moeda estrangeira com relação a vendas e compras previstas no curso normal do negócio. O Grupo utiliza contratos futuros e *swaps* para proteger seu risco cambial. Tais contratos são geralmente designados como *hedges* de fluxo de caixa.

Relacionado aos *hedges* do complexo Soja (soja, farelo, óleo e seus derivados), a Companhia designa integralmente o contrato de câmbio a termo como instrumento de *hedge*. Por fim, o *hedge* de empréstimos em moeda estrangeira, a Companhia designa integralmente os contratos de *swaps* como instrumento de *hedge*. A política determina que as condições críticas dos contratos de câmbio a termo sejam consistentes com o item objeto de *hedge*.

A Companhia determina a existência de uma relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* com base na moeda, no valor e no momento dos respectivos fluxos de caixa. O Grupo avalia se há a expectativa de que o derivativo designado em cada relação de *hedge* compense mudanças e se foi eficaz na compensação de mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* utilizando o método de variabilidade reduzida.

Nessas relações de *hedge*, as principais fontes de ineficácia são:

- Efeito do próprio risco de crédito do Grupo e das contrapartes sobre o valor justo dos contratos de câmbio a termo e *swaps*, o que não é refletido na mudança no valor justo dos fluxos de caixa objeto de *hedge* atribuíveis à mudança nas taxas de câmbio; e
- Mudanças no momento de realização das operações objeto de *hedge*.

8.5 **Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo preço de transação, e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado utilizando-se do método da taxa de juros efetiva, menos a provisão para *impairment*, se necessária.

A provisão para *impairment* é estabelecida quando existe uma evidência significativa de que não será possível receber todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O cálculo da provisão é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas esperadas na realização das contas a receber, considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas.

8.6 **Estoques**

Os estoques são mensurados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. Os custos dos estoques são determinados pelo método de avaliação de estoques "custo médio ponderado". O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matéria-prima, mão de obra direta, outros custos diretos e os respectivos custos indiretos de produção (com base na capacidade operacional normal). Os estoques são avaliados quanto ao seu valor recuperável nas datas de balanço. Em caso de perda por desvalorização (*impairment*), esta é imediatamente reconhecida no resultado.

O estoque de grãos adquiridos na modalidade “a fixar”, por não haver um preço definido no

momento da transação, é reconhecido a valor de mercado no período de aquisição.

8.7 Ativos intangíveis

a. *Ágio*

O *ágio (goodwill)* é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida.

No caso de apuração de *deságio*, o montante é registrado como ganho no resultado do exercício, na data da aquisição. O *ágio* é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). O *ágio* é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre *ágio* não são revertidas.

O *ágio* é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o *ágio* se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

b. *Programas de computador (softwares)*

Licenças adquiridas de programas de computador (*softwares*) são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os gastos com o desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, estimadas em aproximadamente quinze anos.

8.8 Imobilizado

Os bens do imobilizado são registrados ao custo ou custo atribuído e depreciados pelo método linear ao longo da vida útil econômica dos bens. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo.

As reformas são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado. Os custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido. Se o valor contábil de um ativo for maior do que seu valor recuperável, constitui-se uma provisão para *impairment* de modo a ajustá-lo ao seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do

resultado.

A Companhia não possui bens do ativo imobilizado que espera abandonar ou alienar e que exigiriam a constituição de provisão para obrigações por descontinuação de ativos.

As vidas úteis dos ativos imobilizados da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 18.

8.9 Propriedades para investimentos

As propriedades para investimento são inicialmente mensuradas pelo custo e subsequentemente ao valor justo, sendo que quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado.

A receita de aluguel de propriedades para investimento é reconhecida como outras receitas pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos concedidos são reconhecidos como parte integrante da receita total de aluguel, durante o prazo do arrendamento.

8.10 Impairment de ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto propriedades para investimento, estoques e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

8.11 Contas a pagar

a. Fornecedores

Os saldos de fornecedores estão classificados em duas modalidades, demonstradas a seguir:

Preço fixo: obrigação junto aos fornecedores, demonstrados ao valor original de contratação, de acordo com os documentos fiscais remetidos pelos mesmos;

Preço a fixar: obrigação junto aos fornecedores, em sua maioria cooperativas e produtores rurais, que realizaram a entrega dos produtos à Companhia, contudo sem definir preço final. O preço definitivo será acordado entre as partes dentro do prazo limite do contrato, que normalmente se dá dentro do próprio ano corrente. Os saldos de fornecedores a fixar estão demonstrados pelos valores originais e ajustados a valores de mercado, mensalmente.

8.12 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado.

Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os custos dos empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de ativo qualificável formam parte do custo de tal ativo. Outros custos de empréstimos são reconhecidos como despesas, de acordo com o regime contábil de competência.

8.13 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for líquido e certo que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando há uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e os passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

8.14 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (a) ativos contingentes com êxitos prováveis, ou seja, quando for provável a entrada de benefícios econômicos, são apenas divulgados em nota explicativa; (b) passivos contingentes são provisionados na medida em que a Companhia espera ser provável o desembolso de fluxos de caixa. Processos tributários, trabalhistas e cíveis são provisionados quando as perdas são avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Quando a expectativa de perda nestes processos é possível, uma descrição dos

processos e montantes envolvidos é divulgada nas notas explicativas. Passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados; e (c) obrigações legais são registradas como exigíveis.

8.15 Tributos sobre o lucro

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos e são lançados na demonstração do resultado do exercício, exceto quando estão relacionados à combinação de negócios ou a itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido.

8.15.1 Impostos correntes

A despesa com imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício à alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. São consideradas as compensações de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social de anos anteriores, limitada a 30% do lucro real.

O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflita as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

8.15.2 Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo o saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos são reconhecidos apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço refletindo a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

8.16 Reconhecimento de receita

As orientações trazidas pela norma CPC 47 – “Receitas de Contratos com Clientes” requerem que as receitas sejam reconhecidas quando atenderem aos seguintes critérios: (a) o valor da receita puder ser mensurado com segurança; (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia; e (c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos em cada uma das vendas realizadas, bem como a confirmação do crédito para a realização da transação e a transferência do controle do bem ou serviço for atendida.

A Companhia reconhece a receita quando atinge sua obrigação de performance ao fornecer o produto ao cliente, em determinado momento no tempo, transferindo-lhe o controle sobre o mesmo, que ocorre geralmente quando da entrega física dos bens ou execução do serviço. No mercado interno, a receita é reconhecida por ocasião da remessa ou entrega dos produtos, e para as vendas ao mercado externo, é reconhecida pelo efetivo embarque dos produtos.

A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos e dos descontos incidentes sobre esta. Abaixo destacam-se os principais grupos de receita da Companhia:

a. Venda de produtos

Comércio da produção própria de biocombustível, glicerina, óleos básicos vegetais, farelo de soja e outros produtos do processo produtivo. A receita ocorre no momento da retirada do produto na indústria quando este é de responsabilidade do cliente final, ou no momento da entrega quando é de responsabilidade da Companhia entregar, satisfazendo a obrigação de performance requerida de acordo com os critérios contábeis e normas vigentes.

b. Revenda de mercadorias

A receita da revenda de mercadorias é reconhecida conforme as remessas ocorrem, visto que os produtos são comprados para comercialização e imediatamente revendidos após a compra e a mercadoria não transita fisicamente pelo estoque da Companhia.

c. Prestação de serviços

Industrialização por meio de serviço de esmagamento de grãos, serviços de armazenagem de grãos entre outros, sendo a receita de prestação de serviços reconhecida em momento específico no tempo, que é o momento da prestação do serviço.

d. Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva, e é reconhecida à medida que há expectativa de realização. As principais receitas financeiras da Companhia são receitas de juros, variações cambiais positivas e ganhos com instrumentos financeiros derivativos.

8.17 Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se

refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, incluindo aqueles ativos não monetários mensurados a valor justo, a subvenção governamental é reconhecida como receita diferida, no passivo, e lançada no resultado em base sistemática e racional ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

8.18 Capital Social

A estrutura societária atual é composta por 100% das ações pertencentes à controladora ECB Holding S.A.

8.19 Distribuição de dividendos

A Companhia possui Política de apuração e distribuição de dividendos trimestrais para os acionistas. Os valores apurados são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras até o momento de seu pagamento. A Política de distribuição de dividendos da Companhia, aprovada pelo Conselho de Administração, prevê pagamentos trimestrais condicionados à avaliação da estrutura de capital da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25% do lucro líquido ajustado nos termos do Artigo 202, da Lei nº 6.404/1976) somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

8.20 Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

(v) Como arrendatário

A Companhia avalia seus contratos de arrendamento, analisando taxa de juros, prazos, valor dos bens arrendados e a intenção de compra ao final do contrato. Os contratos cujos prazos são iguais ou inferiores a 12 meses, ou ainda, ativos classificados como de baixo valor, são reconhecidos como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos, quando aplicável.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas

por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento com essa mesma nomenclatura no balanço patrimonial.

(vi) Como arrendador

A Companhia possui propriedades para investimento (nota explicativa 18), e recebe arrendamentos mensais conforme cronogramas contratuais. As receitas de arrendamento são contabilizadas em bases lineares no resultado do exercício e apresentadas na rubrica de "Outras receitas e despesas operacionais, líquidas" no resultado do exercício.

8.21 Demonstração do valor adicionado (DVA)

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP, não sendo requeridas para companhias de capital fechado, mas somente a companhias abertas.

9 Normas novas ou revisadas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivadas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. O Grupo não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

a. IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais:

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades

também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.

- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

O Grupo ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do Grupo, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. O Grupo também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'. Ao longo do exercício de 2025, foram implementadas melhorias no plano de contas da Companhia, principalmente no que tange a forma de contabilização das variações cambiais, segregando de forma detalhada os efeitos decorrentes de contas a receber de clientes, fornecedores, empréstimos, bancos, corretoras, dentre outros.

b. Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações na IFRS 9 e IFRS 7);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

10 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a. Contexto geral

O Conselho de Administração tem a responsabilidade global de determinar os objetivos e políticas de gestão de risco da Companhia. O objetivo geral é estabelecer políticas que visam reduzir o risco ao máximo, sem afetar indevidamente a competitividade e flexibilidade da Companhia. A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de limites de exposição. Todas as operações, que atendem aos critérios de reconhecimento, estão integralmente reconhecidas na contabilidade. Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados para a proteção das margens operacionais da Companhia.

Os saldos de instrumentos financeiros estão classificados conforme abaixo:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo		2.419.223	1.423.677	2.810.733	1.610.048
Valor Justo por meio do resultado		5.312	29.000	93.606	101.563
Caixa e bancos	11	4.774	9.867	93.069	82.197
Instrumentos financeiros derivativos	10(h)	538	19.133	537	19.366
Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes		33.461	37.886	42.857	37.886
Instrumentos financeiros derivativos	10(h)	33.461	37.886	42.857	37.886
Custo amortizado		2.380.450	1.356.791	2.674.270	1.470.599
Aplicações financeiras	11	1.088.640	689.856	1.341.172	717.421
Adiantamento a fornecedores		91.540	12.894	100.265	89.478
Outras contas a receber		329.203	224.467	285.284	133.050
Contas a receber clientes	12	588.954	307.035	665.431	408.111
Aplicações financeiras vinculadas	20(b)	282.113	122.539	282.118	122.539
Passivo		(4.435.616)	(2.371.796)	(5.445.649)	(2.638.392)
Valor Justo por meio do resultado		(18.141)	(42.348)	(22.156)	(45.763)
Instrumentos financeiros derivativos	10(h)	(17.903)	(42.348)	(21.917)	(45.763)
Fornecedores a fixar	21	(238)	-	(239)	-
Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes		(29.215)	(16.459)	(33.832)	(16.460)
Instrumentos financeiros derivativos	10(h)	(29.215)	(16.459)	(33.832)	(16.460)
Custo amortizado		(4.388.260)	(2.312.989)	(5.389.661)	(2.576.169)
Fornecedores		(1.279.332)	(1.236.344)	(1.484.926)	(1.279.397)
Fornecedores risco sacado	21	(3.323)	(554)	(3.323)	(554)
Adiantamento de clientes		(36.998)	(11.856)	(40.817)	(12.098)
Contas a pagar pela aquisição de controlada	21	(224.721)	(42)	(230.591)	(9.635)
Passivos de arrendamento	20	(13.620)	(27.556)	(29.545)	(27.870)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	20	(2.279.386)	(858.092)	(2.980.239)	(1.034.015)
Outras contas a pagar		(100.880)	(134.492)	(170.220)	(168.547)
Dividendos a pagar e juros sobre o capital próprio a pagar		(450.000)	(44.053)	(450.000)	(44.053)
Total Ativo + Passivo		(2.016.393)	(948.119)	(2.634.916)	(1.028.344)

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Companhia, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota.

A Companhia está exposta, em virtude de suas operações, aos seguintes riscos financeiros:

- Risco de preço das *commodities*;
- Risco de taxas de câmbio;
- Risco de taxas de juros;
- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de capital.

Em suas atividades, a Companhia está sujeita a riscos de mercado relacionados à variação cambial do dólar americano bem como do preço de algumas *commodities*. Com o objetivo de mitigar esses riscos, a Companhia dispõe de uma política de gestão de riscos de mercado aprovada pelo Conselho de Administração devidamente implementada e em plena execução, dentro da qual está prevista utilização de instrumentos financeiros derivativos.

b. Risco à variação de preço de commodities

Trata-se do risco de que alterações no preço de algumas *commodities* como a soja, óleo degomado e o farelo de soja, possam gerar algum prejuízo para a Companhia. Essa exposição decorre de

algumas operações relacionadas à compra e venda dessas *commodities*. Estas operações são negociadas com referência em preços das *commodities* cotados no mercado futuro, determinadas pela bolsa *Chicago Board of Trade* (CBOT). As operações estão relacionadas à exposição da produção da Companhia, de modo que toda operação tem seu lastro em produto físico. A Companhia contratou operações de derivativos de *commodities* para fixar o preço de parte do custo de produção da próxima safra. Sobre a posição de matéria-prima a fixar, cujo estoque tenha sido realizado, são realizadas operações a termo de *commodities*. Como forma de proteger-se da variação no preço do óleo degomado de soja, que é a matéria-prima para produção do biodiesel, a Companhia procedeu à compra de contratos futuros de óleo de soja, com entrega física. Sobre as compras de soja em grão, a Companhia tem como política, fixar simultaneamente com *tradings* ou a termo em CBOT, a quantidade de farelo e óleo de soja a ser produzido pela Companhia:

Controladora		31 de dezembro de 2025						
Operação	Tonelada	Exposição	(+) 15%	(+) 10%	(+) 5%	(-) 5%	(-) 10%	(-) 15%
Farelo de Soja								
Venda	(276)	(500.647)						
(-) Derivativos Farelo	245	444.899						
Total	(31)	(55.748)	(64.110)	(61.323)	(58.535)	(52.961)	(50.173)	(47.386)
Óleo de Soja								
Venda	49	260.468						
(-) Derivativos Óleo de Soja	(48)	(266.539)						
Total	1	(6.071)	(6.982)	(6.678)	(6.375)	(5.767)	(5.464)	(5.160)

Consolidado		31 de dezembro de 2025						
Produto	Tonelada	Exposição	(+) 15%	(+) 10%	(+) 5%	(-) 5%	(-) 10%	(-) 15%
Farelo de Soja								
Venda	(276)	(500.647)						
(-) Derivativos Farelo	245	444.899						
Total	(31)	(55.748)	(64.110)	(61.323)	(58.535)	(52.961)	(50.173)	(47.386)
Óleo de Soja								
Venda	91	503.422						
(-) Derivativos Óleo de Soja	(86)	(494.010)						
Total	5	9.412	10.824	10.353	9.883	8.941	8.471	8.000

Controladora		31 de dezembro de 2024						
Produto	Tonelada	Exposição	(+) 15%	(+) 10%	(+) 5%	(-) 5%	(-) 10%	(-) 15%
Farelo de Soja								
Venda	0	(81.614)						
(-) Derivativos Farelo	16	45.745						
Total	16	(35.869)	(41.250)	(39.456)	(37.663)	(34.076)	(32.282)	(30.489)
Óleo de Soja								
Venda	68	358.608						
(-) Derivativos Óleo de Soja	(52)	(256.294)						
Total	16	102.314	117.662	112.546	107.430	97.199	92.083	86.967

Consolidado		31 de dezembro de 2024						
Produto	Tonelada	Exposição	(+) 15%	(+) 10%	(+) 5%	(-) 5%	(-) 10%	(-) 15%
Farelo de Soja								
Venda	0	(81.614)						
(-) Derivativos Farelo	16	45.745						
Total	16	(35.869)	(41.250)	(39.456)	(37.663)	(34.076)	(32.282)	(30.489)
Óleo de Soja								
Venda	68	358.608						
(-) Derivativos Óleo de Soja	(52)	(256.294)						
Total	16	102.314	117.662	112.546	107.430	97.199	92.083	86.967

Para a apuração do valor justo foi estimado seu valor presente utilizando-se de uma metodologia comumente empregada pelos participantes do mercado. Essa metodologia baseia-se na estimativa do valor presente dos pagamentos por meio da utilização de curvas de mercado divulgadas pela B3 S.A. (Brasil, Bolsa, Balcão).

A Companhia efetua análises de sensibilidade, refletidas em seis cenários de simulação para *commodities*. No realista, utilizou os preços das *commodities* em 31 de dezembro de 2025 e sobre

estes preços acrescentou/reduziu 5%, 10% e 15%, e para câmbio utilizou a expectativa de câmbio obtida pelo Relatório Focus, divulgado pelo Banco Central do Brasil em 26 de dezembro de 2025 (último do ano divulgado) formando os outros seis cenários. Tais cenários representam mudanças no risco de preço das *commodities* que na avaliação da Administração são variações razoavelmente possíveis:

Análise de sensibilidade

Controladora									
Operação	Risco	(-)15%	(-)10%	(-)5%	Realista	5%	10%	15%	
NDF Dólar	Cotação do dólar	4,62	4,90	5,17	5,44	5,71	5,98	6,26	
	Ajuste	81.173	57.314	33.456	9.598	(14.261)	(38.119)	(61.977)	
Farelo de Soja CBOT	Cotação da commodity	(2.350)	(2.488)	(2.626)	(2.765)	(2.903)	(3.041)	(3.179)	
Óleo de Soja CBOT	Cotação da commodity	6.109	6.469	6.828	7.187	7.547	7.906	8.266	

Consolidado									
Operação	Risco	(-)15%	(-)10%	(-)5%	Realista	5%	10%	15%	
NDF Dólar	Cotação do dólar	4,62	4,90	5,17	5,44	5,71	5,98	6,26	
	Ajuste	116.382	81.927	47.471	13.016	(21.440)	(55.895)	(90.351)	
Farelo de Soja CBOT	Cotação da commodity	(2.350)	(2.488)	(2.626)	(2.765)	(2.903)	(3.041)	(3.179)	
Óleo de Soja CBOT	Cotação da commodity	11.695	12.383	13.071	13.759	14.447	15.135	15.823	
Soja CBOT	Cotação da commodity	-	-	-	-	-	-	-	
NDF Euro	Cotações do Euro	5,44	5,76	6,08	6,40	6,72	7,04	7,36	
	Ajuste	(12.158)	(10.422)	(8.687)	(6.952)	(5.216)	(3.481)	(1.746)	

c. Risco taxa de câmbio

Com o objetivo de proteção das receitas de vendas da Empresa, que são sujeitas à volatilidade da cotação do câmbio, utilizam-se instrumentos financeiros derivativos, cujo portfólio consiste, basicamente, em contratos de vendas e compras a termo de moeda - *Non Deliverable Forward* (NDF). Estas operações são realizadas diretamente com instituições financeiras, em ambiente de balcão, onde não existem chamadas de margens. O impacto sobre o fluxo de caixa da Empresa se dá somente na data da liquidação dos contratos.

Estes instrumentos são utilizados principalmente para duas finalidades de hedge:

- Hedge da exposição cambial associada a derivativos negociados na CBOT, cujos contratos são negociados em moeda estrangeira. A negociação das NDFs visa reduzir impactos no resultado decorrentes de oscilações de taxa de câmbio entre real e outras moedas.
- Hedge de proteção cambial de fluxo de caixa, onde as negociações foram realizadas em moeda estrangeira, enquanto o caixa da Empresa é em reais. As NDFs têm o objetivo de preservar o valor em reais a ser pago/recebido, mitigando a exposição à volatilidade cambial de entrada ou saída de recursos, até a data de suas respectivas liquidações.

Para empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, a Companhia gerencia seu risco de taxa de câmbio para fluxo de caixa utilizando *swap* de taxa de juros, de dólar para taxa em reais. O objetivo é minimizar os riscos de valorização da moeda americana dos contratos firmados com esse indexador. A Companhia assume a dívida por uma taxa prefixada CDI e tem na ponta ativa a variação cambial da mesma dívida.

Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, as operações vinculadas ao dólar apresentadas em Reais estavam compostas conforme abaixo:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros		87.319	140.190	172.558	285.771
Disponibilidades		79	987	50.515	46.215
Contas a receber de clientes		48.296	43.103	91.555	153.351
Outras contas a receber		38.944	96.100	30.488	86.205
Passivos financeiros		(278.425)	(99.177)	(362.506)	(167.886)
Empréstimos	20	(229.553)	(30.188)	(301.579)	(63.185)
Fornecedores mercado externo	21	(48.872)	(68.989)	(60.927)	(104.701)
Total de operações vinculadas ao dólar		187.095	(4.290)	250.275	12.052
Derivativos a termo (NDF)		67.753	172.165	85.853	198.569
Derivativos Chicago Board of Trade (CBOT)		(105.053)	(206.861)	(108.035)	(216.923)
Swaps de dívida		224.395	30.406	272.457	30.406
Total		(4.011)	36.723	60.327	129.937

d. *Risco de taxas de juros*

Decorre da possibilidade da Companhia incorrer em ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em longo prazo, com taxas prefixadas ou pós-fixadas lastreadas em CDI, de forma que, quaisquer resultados oriundos da volatilidade desses indexadores não incorram em nenhum impacto significativo. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, as operações vinculadas a taxas de juros (CDI), apresentadas eram:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo		1.409.526	879.281	369.360	979.409
Caixa e equivalentes de caixa	11	1.049.566	393.086	-	492.981
Aplicações financeiras	11	43.848	306.637	43.848	306.637
Aplicações financeira vinculadas		282.113	122.539	282.118	122.539
Instrumentos financeiros derivativos		33.999	57.019	43.394	57.252
Passivo		(2.340.124)	(944.455)	(3.065.533)	(1.124.108)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	20	(2.279.386)	(858.092)	(2.980.239)	(1.034.015)
Instrumentos financeiros derivativos		(47.118)	(58.807)	(55.749)	(62.223)
Passivo de arrendamento	20	(13.620)	(27.556)	(29.545)	(27.870)
Total		(930.598)	(65.174)	(2.696.173)	(144.699)

A Administração se utiliza de instrumentos financeiros derivativos para gerenciar suas exposições em moeda estrangeira e a taxas de juros, em conjunto. A posição de derivativos contempla as provisões através da marcação ao valor justo, as quais representam uma despesa de R\$ 13.344 em 31 de dezembro de 2025 (receita de R\$ 26.208 em 31 de dezembro de 2024). A Companhia possui valores garantidores de margem, que são saldos depositados em contas de corretoras nas quais são contratadas as operações com derivativos, sendo que tais depósitos correspondem ao montante de R\$ 14.361 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 35.528 em 31 de dezembro de 2024). Estes valores estão apresentados em “Outras contas a receber” no balanço patrimonial.

Abaixo segue quadro resumo das operações de *swap* de valor justo e *swap* de fluxo de caixa:

Saldo em 31 de dezembro de 2025		Controladora e consolidado		
Instrumento de hedge	Objeto hedgeado	MTM	Resultado financeiro	Patrimônio líquido
Swaps de valor justo		7.387	(16.547)	-
Swap de R\$ 63 milhões (Ativo Pré/ Passivo CDI+Pré)	Dívida de R\$ 63 milhões a juros de 11,90% a.a.	1.921	(138)	-
Swap de R\$ 47 milhões (Ativo Pré/ Passivo CDI+Pré)	Dívida de R\$ 47 milhões a juros de 13,80% a.a.	753	(125)	-
Swap de R\$ 31,5 milhões (Ativo Pré/ Passivo CDI+Pré)	Dívida de R\$ 31,5 milhões a juros de 11,50% a.a.	922	(896)	-
Swap de R\$ 200 milhões (Ativo Pré+IPCA/Passivo CDI+Pré)	Dívida de R\$ 200 milhões a juros de 2,20 e IPCA + 9,1645 % a.a.	3.770	(10.045)	-
Swap de R\$ 52 milhões (Ativo Pré/ Passivo CDI+Pré)	Dívida de R\$ 52 milhões a juros de 16,52% a.a.	503	(1.433)	-
Swap de R\$ 52 milhões (Ativo Pré/ Passivo CDI+Pré)	Dívida de R\$ 52 milhões a juros de 15,24 a.a.	(482)	(3.910)	-
Swaps de fluxo de caixa		(13.949)	-	(2.192)
Swap de R\$ 121,3 milhões (Ativo Pré/ Passivo CDI+Pré)	Dívida de R\$ 121,3 milhões a juros de 5,90% a.a.	(10.250)	-	867
Swap de R\$ 55,7 milhões (Ativo Pré/ Passivo CDI+Pré)	Dívida de R\$ 55,7 milhões a juros de 5,98% a.a.	(3.057)	-	(1.437)
Swap de R\$ 50 milhões (Ativo Pré/ Passivo CDI+Pré)	5,25 a.a.	(642)	-	(1.622)

e. *Análise de sensibilidade*

A Companhia realiza operações com instrumentos financeiros derivativos, única e exclusivamente, para proteção contra a flutuação do câmbio e dos preços de venda das *commodities* que produz e comercializa, as quais estão atreladas à cotação do dólar e dos preços da soja e de seus derivados no mercado internacional. Foi elaborada análise de sensibilidade para os instrumentos financeiros derivativos, agrupando-os conforme o fator de risco: variação cambial, variação nos preços das *commodities* e variação nos juros (CDI). Caso algum dos cenários projetados pela Administração venha a se realizar, tanto em situação de ganho ou de perda, os mesmos serão compensados em sua totalidade por efeito inverso apurado sobre a realização das receitas de vendas. O valor justo estimado para os instrumentos financeiros derivativos contratados foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e de metodologias específicas de avaliações.

e.1 *Swaps*

Os *swaps* celebram uma troca de fluxo de caixa, onde este se compromete a pagar uma variação percentual do CDI - CETIP para o banco e recebendo deste a variação do dólar. Essas operações visam proteger dívidas vinculadas à moeda estrangeira, no caso o dólar, portanto, a ponta cambial não apresenta nenhum tipo de risco, pois eventuais alterações na taxa do dólar serão compensadas pelo ajuste junto à instituição financeira, ou seja, a liquidação será pela diferença entre as pontas.

Finalmente, visando reduzir o risco da variação cambial, ao fazer o *swap* da variação cambial para CDI - CETIP contrata-se este simultaneamente com a operação em dólar, com mesma data de vencimento e sem intenção de liquidação antecipada desta.

A Companhia também possui *swaps* enquadrados como *swaps* de troca de taxa pré-fixada para taxa pós fixada, os quais são designados dentro da contabilidade de *hedge* como *hedge* de valor justo.

e.2 *Análise de sensibilidade da oscilação do CDI, TJLP e IPCA*

Com o objetivo de verificar a sensibilidade do indexador CDI, TJLP e IPCA das dívidas (posição 31 de dezembro de 2025), foram definidos dois cenários diferentes a partir da referida taxa desta data, estipulada pelo Comitê de Política Monetária (COPOM). Com base nesta informação foram calculadas as variações com o agravamento dessas taxas em 10% e 15% que representam uma oscilação razoavelmente possível na avaliação da Administração.

Consolidado			Realista		10%		15%	
Operações	Indexador	31/12/2025	Taxa % a.a	R\$	Taxa % a.a	R\$	Taxa % a.a	R\$
Empréstimos	CDI	2.430.240	14,90	109.543	16,39	183.525	17,14	221.266
Empréstimos	IPCA	228.047	4,81	15.670	5,29	30.673	5,53	38.578
Empréstimos	TJLP	20.171	9,07	668	6,98	834	10,43	917
Empréstimos	TR	288.527	1,70	41.009	1,87	44.641	1,96	46.474
Total		2.966.985		166.890		259.673		307.235

f. *Risco de crédito*

O risco de crédito é o risco de perda financeira se o cliente ou contraparte de um instrumento financeiro deixar de cumprir suas obrigações contratuais. A Companhia está exposta, principalmente, ao risco de crédito advindo de vendas a prazo. A política implementada em nível local, é avaliar o risco de crédito de clientes antes de realizar contratos. Essas avaliações de crédito são consideradas pelas práticas comerciais locais. Normalmente não é considerada necessária a exigência de garantias reais em relação às vendas a prazo.

A Companhia não possui índices relevantes de inadimplência, bem como histórico de perdas efetivas com contas a receber de clientes.

A Companhia não apresenta saldos com risco de crédito relevante (e substancialmente não *impaired*) em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, contudo, reflete os riscos e incertezas futuras na provisão, de acordo com os conceitos do CPC 48.

g. *Risco de liquidez*

O risco de liquidez representa o risco de a Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. O risco de liquidez é monitorado através de constantes atualizações do fluxo de caixa, mantendo os investimentos e caixa prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

A Administração considera que os passivos provenientes de empréstimos, financiamentos e debêntures estão adequadamente distribuídos até o vencimento das operações. Em relação aos valores de capital de giro, cujos vencimentos são de curto prazo, deverão ser renovados, já que as linhas de crédito da Companhia junto ao mercado financeiro dão suporte para tal renovação.

Em 2021, no contexto da aquisição do controle da Companhia pela até então controladora RP Biocombustíveis S.A. (“RP BIO”), a RP BIO firmou contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças com a Petrobras Biocombustíveis S.A. (“PBIO”). Conforme termo de fechamento da operação, do preço de aquisição foi retido o valor principal de R\$ 67.500 (R\$

85.042 em 31 de dezembro de 2025), reconhecido como conta Escrow Indenização. Este valor será liberado em favor da vendedora (PBIO) de acordo com o cronograma previsto contratualmente. A Companhia apresenta o saldo da conta Escrow Indenização em bases líquidas do respectivo passivo a pagar para a PBIO, tendo em vista que possui um direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido e tem a intenção de realizar o ativo (conta Escrow indenização) e o passivo no mesmo momento. O saldo da conta *Escrow*, em 31 de dezembro de 2025 corresponde a R\$ 85.042 (R\$ 63.236 em 31 de dezembro de 2024).

A seguir apresenta-se as informações de intervalo dos vencimentos dos principais passivos financeiros:

		Controladora			31/12/2025	
	Nota	Até um ano	De um a dois anos	De três a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Passivo		(1.809.526)	(967.999)	(891.806)	(269.167)	(3.938.498)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	20	(384.159)	(734.254)	(891.806)	(269.167)	(2.279.386)
Fornecedores	21	(1.282.893)	-	-	-	(1.282.893)
Adiantamento de clientes		(36.998)	-	-	-	(36.998)
Outras contas a pagar		(86.890)	(13.990)	-	-	(100.880)
Passivos de arrendamento	20	(13.620)	-	-	-	(13.620)
Contas a pagar pela aquisição de controlada	21	(4.966)	(219.755)	-	-	(224.721)

		Controladora			31/12/2024	
	Nota	Até um ano	De um a dois anos	De três a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Passivo		(1.743.167)	(341.967)	(34.100)	(149.702)	(2.268.936)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	20	(352.962)	(321.328)	(34.100)	(149.702)	(858.092)
Fornecedores	21	(1.236.898)	-	-	-	(1.236.898)
Adiantamento de clientes		(11.856)	-	-	-	(11.856)
Outras contas a pagar		(127.499)	(6.993)	-	-	(134.492)
Passivos de arrendamento	20	(13.952)	(13.604)	-	-	(27.556)
Contas a pagar pela aquisição de controlada	21	-	(42)	-	-	(42)

		Consolidado			31/12/2025	
	Nota	Até um ano	De um a dois anos	De três a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Passivo		(2.147.112)	(1.186.783)	(1.019.195)	(586.810)	(4.939.900)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	20	(485.683)	(888.551)	(1.019.195)	(586.810)	(2.980.239)
Fornecedores	21	(1.488.488)	-	-	-	(1.488.488)
Adiantamento de clientes		(40.817)	-	-	-	(40.817)
Outras contas a pagar		(107.378)	(62.842)	-	-	(170.220)
Passivos de arrendamento	20	(13.995)	(15.550)	-	-	(29.545)
Contas a pagar pela aquisição de controlada	21	(10.751)	(219.840)	-	-	(230.591)

		Consolidado			31/12/2024	
	Nota	Até um ano	De um a dois anos	De três a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Passivo		(1.929.757)	(320.633)	(97.924)	(183.802)	(2.532.116)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	20	(457.654)	(294.635)	(97.924)	(183.802)	(1.034.015)
Fornecedores	21	(1.279.951)	-	-	-	(1.279.951)
Adiantamento de clientes		(12.098)	-	-	-	(12.098)
Outras contas a pagar		(160.250)	(8.297)	-	-	(168.547)
Passivos de arrendamento	20	(13.957)	(13.913)	-	-	(27.870)
Contas a pagar pela aquisição de controlada	21	(5.847)	(3.788)	-	-	(9.635)

Não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise de maturidade possam ocorrer significativamente mais cedo ou em valores diferentes.

h. Hierarquia da mensuração do valor justo

As normas contábeis exigem determinadas divulgações que requerem a classificação de ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo usando uma hierarquia que tem os seguintes níveis:

- Preços cotados (não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1)).
- Entradas, além dos preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, derivados de preços calculados com base em metodologias de precificação baseadas em dados de mercado observáveis (nível 2).
- Entradas no ativo ou passivo que não se baseiam em dados de mercado observáveis (nível 3).

A tabela abaixo apresenta a hierarquia dos instrumentos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e por meio de outros resultados abrangentes para a Companhia:

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2025		31/12/2024		31/12/2025		31/12/2024	
	Ponta ativa	Ponta passiva	Ponta ativa	Ponta passiva	Ponta ativa	Ponta passiva	Ponta ativa	Ponta passiva
Instrumentos financeiros derivativos contratos futuros (Nível 1)	11.152	(7.714)	29.702	(10.906)	19.765	(7.712)	29.872	(10.906)
Instrumentos financeiros derivativos contratos a termo e swaps (Nível 2)	22.847	(39.404)	27.317	(47.901)	23.629	(48.037)	27.380	(51.317)
Caixa e bancos (Nível 1)	4.774	-	9.867	-	93.069	-	82.197	-
Total	38.773	(47.118)	66.886	(58.807)	136.463	(55.749)	139.449	(62.223)

Abaixo destacamos as técnicas de mensuração de valor justo dos instrumentos financeiros derivativos classificados em nível 2:

Tipo	Técnica de avaliação
Swaps de taxa de juros	O valor justo é calculado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. As estimativas dos fluxos de caixa futuros de taxas pós-fixadas são baseadas em taxas cotadas de swap, preços futuros e taxas de juros de empréstimos interbancários. A estimativa do valor justo está sujeita a atualização após análise comparando o risco de crédito da Companhia e da contraparte, calculado com base nos spreads de crédito derivados de crédito default swaps ou preços atuais de títulos negociados.
Contrato a termo de moeda	O valor justo dos contratos a termo de moeda é determinado com base na diferença entre a taxa contratada do derivativo e a taxa a termo calculada com base na curva de juros, refletindo o custo de carregamento entre a data contratada e a data de vencimento.
Contratos a termo de commodities	O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos a termo de commodities é determinado com base na diferença entre o preço a termo da commodity e o preço de mercado no vencimento, sendo o valor resultante descontado ao valor presente pela taxa DI, atualizado pela ptax na mesma data.
Fornecedores a fixar	O valor justo dos fornecedores a fixar é determinado com base na diferença entre o preço a termo da commodity e o preço de mercado no final de cada período de reporte.

Os resultados referentes as operações de instrumentos financeiros com derivativos e ajustes a valor justo de fornecedores a fixar foram:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Custo dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	(60.178)	(114.499)	(60.657)	(122.289)
Instrumentos derivativos CBOT liquidação	(112.096)	(114.499)	(122.130)	(122.289)
Instrumentos derivativos dólar liquidação	51.918	-	61.473	-
Resultado financeiro				
Ajuste a valor justo (MTM)	(1.207)	(6.706)	631	(9.239)
Operações relacionadas a commodities - CBOT	(306)	(3.389)	(291)	(3.254)
Operações em dólar	(7.604)	3.608	(5.781)	940
Ajuste a valor justo de fornecedores a fixar e variação cambial compras em dólar	6.703	(6.925)	6.703	(6.925)

Liquidações (efeito caixa)	18.425	(44.070)	30.597	(63.723)
Operações em dólar	18.327	(21.889)	30.499	(41.542)
Ajuste a valor justo de fornecedores a fixar	98	(22.181)	98	(22.181)
(Perdas) Ganhos com instrumentos financeiros derivativos, líquido	17.218	(50.776)	31.228	(72.962)

i. Risco de capital

O objetivo principal da gestão de capital é assegurar a continuidade dos negócios da Companhia, ao mesmo tempo que maximiza o retorno aos acionistas por meio da otimização da estrutura de capital ideal.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas do país. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia poderá ajustar o valor dos dividendos pagos aos acionistas, retornar capital aos acionistas, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir a dívida.

A estrutura de capital ou o risco financeiro decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e as suas controladas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e as suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures.

A dívida líquida é composta pelos empréstimos, financiamentos e debêntures, deduzidos os saldos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas.

O quadro abaixo demonstra o índice de alavancagem na estrutura de capital da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos, financiamentos e debêntures - circulante	384.159	352.962	485.683	457.654
Empréstimos, financiamentos e debêntures - não circulante	1.895.227	505.130	2.494.556	576.361
Total da dívida bruta	2.279.386	858.092	2.980.239	1.034.015
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(1.049.566)	(393.086)	(1.390.393)	(492.981)
(-) Aplicações financeiras	(43.848)	(306.637)	(43.848)	(306.637)
(-) Aplicações financeiras vinculadas - circulante	(52.200)	(107.386)	(52.205)	(107.386)
(-) Aplicações financeiras vinculadas - não circulante	(229.913)	(15.153)	(229.913)	(15.153)
Total da dívida líquida (A)	903.859	35.830	1.263.880	111.858
Patrimônio líquido (B)	669.598	701.955	669.598	701.955
Índice de alavancagem (C) (C = A / B x 100)	134,99%	5,10%	188,75%	15,94%

A variação no índice de alavancagem da Companhia é representada pela relação da dívida líquida sobre o total do patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2025, o patrimônio líquido foi impactado positivamente pelos resultados operacionais da Companhia, bem como pelos resultados das empresas adquiridas no período. Houve ainda, no mês de dezembro de 2025, a deliberação relativa à distribuição de dividendos por meio das reservas de lucros e resultados do período, no contexto da nova legislação de tributação de dividendos, gerando uma redução no patrimônio líquido da Companhia. Ainda, a Companhia efetuou no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, pagamentos relacionados a combinação de negócios efetuada, bem como desembolsos do projeto de construção da indústria de etanol de trigo e glúten vital, localizada em Passo Fundo/RS, além de juros da dívida e dividendos ao acionista.

Em 2024, houve mudança na Política de pagamento de dividendos da Companhia, tendo em vista que a apuração e pagamento passou a ser trimestral. Ao longo de 2025, até 30 de setembro de 2025, a política de distribuição de dividendos não sofreu alterações. No contexto da Lei nº 15.270/25, a Administração da Companhia propôs e o Conselho de Administração aprovou em reunião realizada em 17 de dezembro de 2025, a suspensão da atual política de distribuição de dividendos por prazo indeterminado. Para maiores detalhes sobre as deliberações de dividendos no contexto da nova legislação, veja a nota explicativa 25 – Patrimônio líquido.

j. Contabilidade de hedge (hedge accounting)

A Companhia adota a contabilidade de *hedge*, para as transações com instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de proteção do risco de variação de preços das *commodities*, câmbio e taxa de juros em suas operações. A relação de proteção enquadrada como *hedge* de fluxo de caixa consiste em fornecer proteção contra a variação nos fluxos de caixa atribuível a um risco particular associado com um ativo ou passivo reconhecido ou mesmo uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado. Quando classificada com *hedge* de valor justo, consiste em proteger a exposição às mudanças no valor justo de passivos financeiros suscetíveis a variações de taxa de juros.

Na categoria de *hedge* de fluxo de caixa, a parcela efetiva do ganho ou perda do instrumento de *hedge* é reconhecida no patrimônio líquido como outros resultados abrangentes, na rubrica “*Hedge accounting* de fluxo de caixa”, e a parcela inefetiva, quando aplicável, é reconhecida no resultado financeiro. Os ganhos e perdas acumulados são reclassificados no resultado ou no balanço patrimonial quando o objeto de proteção é reconhecido, ajustando-se a rubrica em que foi contabilizado o referido objeto.

Ressalte-se que os efeitos tributários diferidos sobre os ganhos e perdas reconhecidos no patrimônio líquido são reconhecidos também em outros resultados abrangentes, na rubrica “IRPJ e CSLL *hedge accounting* de fluxo de caixa.”

A contabilização de *hedge* é descontinuada prospectivamente a partir da data em que a relação de *hedge* não se qualifica mais, podendo ocorrer de forma parcial ou integral. As condições para a descontinuação do *hedge accounting* ocorrem quando: i) nas relações de *hedge* de fluxo de caixa, o item protegido é reconhecido no balanço da Companhia. Nesse caso, o valor registrado no patrimônio líquido é incluído no mesmo período e no mesmo componente em que o item protegido é reconhecido (balanço patrimonial ou resultado); ii) o instrumento de *hedge* é encerrado. Nesse contexto, o valor efetivo registrado no patrimônio líquido é reconhecido na data de competência em que o item protegido é reconhecido; iii) não existir a relação de *hedge* devido à alteração do objetivo da gestão de risco e iv) não existir a relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item protegido ou o efeito do risco de crédito começa a predominar na relação de *hedge*.

Caso ocorra a descontinuação do *hedge accounting* de acordo com os itens iii e iv, todos os ganhos e perdas acumulados das relações de *hedge* semelhantes, registradas no patrimônio líquido, são imediatamente transferidos para o resultado financeiro.

Na categoria de *hedge* de valor justo, as variações no valor justo de derivativos são registradas na demonstração do resultado financeiro, e os financiamentos, objeto de proteção, também são ajustados a valor justo, cujas variações são igualmente refletidas do resultado financeiro.

Hedge de fluxo de caixa

Os valores relativos aos itens designados como instrumentos de *hedge* foram os seguintes:

Controladora	31/12/2025					Durante o exercício de 2025	
	Valor Nominal	Valor Contábil		Rubrica no balanço patrimonial em que o instrumento de hedge está incluído	Ganhos / Perdas com hedge reconhecidos em ORA	Valor reclassificado da reserva de hedge para o resultado	Rubrica no resultado afetada pela classificação
Ativos		Passivos					
Risco Cambial							
Contratos de câmbio a termo vendas e contas a receber - Margem	64.050	174.219	(123.504)	Instrumentos Financeiros Derivativos	(1.203)	51.918	Custos dos produtos, mercadorias vendidas
Contratos de câmbio a termo vendas e contas a receber - Caixa	149.440	21.002	(3.964)	Instrumentos Financeiros Derivativos	(1.289)	18.327	Ganhos/Perdas com instrumentos financeiros derivativos, líquidos
Contratos de câmbio a termo CBOT	73.336	231.825	(336.878)	Instrumentos Financeiros Derivativos	7.043	(112.096)	Custos dos produtos, mercadorias vendidas
Contratos de swaps Empréstimos na modalidade 4131	599.324	-	(4.498)	Instrumentos Financeiros Derivativos	(2.766)	(1.732)	Despesas financeiras

Consolidado	31/12/2025					Durante o exercício de 2025	
	Valor Nominal	Valor Contábil		Rubrica no balanço patrimonial em que o instrumento de hedge está incluído	Ganhos / Perdas com hedge reconhecidos em ORA	Valor reclassificado da reserva de hedge para o resultado	Rubrica no resultado afetada pela classificação
Ativos		Passivos					
Risco Cambial							
Contratos de câmbio a termo vendas e contas a receber - Margem	90.112	236.632	(179.989)	Instrumentos Financeiros Derivativos	(4.830)	61.473	Custos dos produtos, mercadorias vendidas
Contratos de câmbio a termo vendas e contas a receber - Caixa	191.080	272.889	(243.679)	Instrumentos Financeiros Derivativos	(1.289)	30.499	Ganhos/Perdas com instrumentos financeiros derivativos, líquidos
Contratos de câmbio a termo CBOT	71.484	315.562	(423.597)	Instrumentos Financeiros Derivativos	14.095	(122.130)	Custos dos produtos, mercadorias vendidas
Contratos de swaps Empréstimos na modalidade 4131	599.324	-	(4.500)	Instrumentos Financeiros Derivativos	(2.768)	(1.732)	Despesas financeiras

Teste de efetividade da contabilidade de hedge

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram realizados testes de efetividade que demonstraram que o programa de contabilidade de *hedge* implementado é efetivo, considerando a relação econômica a partir da análise do *hedge ratio*, do efeito do risco de crédito envolvido no instrumento e objeto de *hedge*, e avaliação dos termos críticos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve efeitos de inefetividade reconhecidos no resultado.

11 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

a. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa em poder da Companhia, depósitos bancários e aplicações financeiras.

O saldo dessa conta no final do período de relatório, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa pode ser conciliado com os respectivos itens do balanço patrimonial, como demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e Equivalentes de caixa	1.049.566	393.086	1.390.393	492.981
Caixa	18	14	76	136
Bancos	4.756	9.853	92.993	82.061
Aplicação financeira	1.044.792	383.219	1.297.324	410.784

A Companhia mantém aplicações financeiras de curto prazo para atender a demanda de aquisição de matéria-prima, com rendimentos atrelados ao percentual de até 103% do CDI (102,2% em 31 de dezembro de 2024).

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras são prontamente conversíveis em caixa e não há caixa restrito que tenha sido dado como garantia para operações de empréstimos e financiamentos.

b. Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações financeiras	43.848	306.637	43.848	306.637
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)	356	149.236	356	149.236
Certificados de Depósito Bancário (CDBs)	-	50.503	-	50.503
Letras Financeiras (LFs)	43.492	106.898	43.492	106.898

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía aplicações financeiras de liquidez imediata no fundo de investimento exclusivo CS Evolution Be8 Fundo de Investimento Financeiro – Multimercado Crédito Privado, administrado pela Credit Suisse, com rendimentos atrelados ao percentual do CDI, cuja performance de rentabilidade até dezembro/25 foi de 101% do CDI. Não há prazo de carência para resgate das quotas, ou seja, podem ser resgatadas em D+0.

O fundo de investimento não tem obrigações significativas. As obrigações financeiras limitam-se às taxas de gestão de ativos, às taxas de custódia, às taxas de auditoria e às despesas.

12 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Clientes - mercado interno	542.213	265.487	575.964	258.821
Clientes - mercado externo	48.296	43.103	91.555	153.351
Provisão para perdas esperadas	(1.555)	(1.555)	(2.088)	(4.061)
Contas a receber de clientes	588.954	307.035	665.431	408.111

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	581.913	308.545	650.402	409.787
Vencidas De 1 a 30 dias	6.840	-	14.699	2.038
Vencidas De 31 a 60 dias	-	-	41	-
Vencidas De 91 a 180 dias	155	-	214	-
Vencidas Acima de 181 dias	1.601	45	2.163	347
Total	590.509	308.590	667.519	412.172

A Companhia entende que o montante reconhecido como provisão para perdas esperadas do contas a receber de clientes é suficiente para cobrir as perdas esperadas no recebimento de contas a receber. O cálculo da provisão para perdas esperadas é efetuado levando em consideração o risco de crédito dos clientes. À medida que há alterações no risco de crédito dos clientes da Companhia, a provisão para perda esperada é constituída.

A movimentação da provisão para perdas esperadas no exercício é demonstrada abaixo:

	Controladora	Consolidado
Provisão para perdas		
Saldo inicial em 01 de janeiro de 2025	(1.555)	(4.061)
(-) Novas provisões	-	(243)
(+) Reversões	-	2.216
Saldo Final em 31 de dezembro de 2025	(1.555)	(2.088)

	Controladora	Consolidado
Provisão para perdas		
Saldo inicial em 01 de janeiro de 2024	(1.555)	(2.824)
(-) Novas provisões	-	(1.237)
Saldo Final em 31 de dezembro de 2024	(1.555)	(4.061)

13 Estoques

Estoques	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Matérias-primas	162.441	156.074	252.770	162.291
Produtos em elaboração	61.589	65.888	62.490	64.929
Produtos acabados	115.946	115.362	185.510	151.562
Créditos de descarbonização - CBIOS	18.584	47.741	19.438	47.741
Total	358.560	385.065	520.208	426.523

A movimentação da provisão para obsolescência de estoque e de ajuste ao valor realizável líquido está evidenciada abaixo:

Provisão para perdas	Controladora		Consolidado	
	Provisão para obsolescência	Provisão para ajuste ao valor realizável líquido	Provisão para obsolescência	Provisão para ajuste ao valor realizável líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2025	(2.246)	(22.019)	(2.246)	(22.019)
Saldo oriundo de combinação de negócios	-	-	(398)	-
(-) Novas provisões	(2.032)	(21.749)	(3.651)	(22.053)
(+) Reversões	858	22.019	2.246	22.019
Saldos em 31 de dezembro de 2025	(3.420)	(21.749)	(4.049)	(22.053)

Provisão para perdas	Controladora		Consolidado	
	Provisão para obsolescência	Provisão para ajuste ao valor realizável líquido	Provisão para obsolescência	Provisão para ajuste ao valor realizável líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2024	(3.105)	(2.801)	(3.105)	(2.801)
(-) Novas provisões	(2.246)	(22.019)	(2.246)	(22.019)
(+) Reversões	3.105	2.801	3.105	2.801
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(2.246)	(22.019)	(2.246)	(22.019)

A Companhia considera uma provisão para estoques obsoletos à medida que itens de estoque fiquem sem movimentação por um ciclo completo de dois anos. No que tange aos estoques de CBIOS, o valor realizável líquido é determinado com base no preço de venda dos CBIOS na B3 ao final de cada período, deduzido dos custos que são estimados para concretizar a venda dos CBIOS.

Créditos de descarbonização - CBIOS

A política Nacional de Biocombustíveis (Renovabio), instituída pela Lei nº 13.576/2017 tem como principal instrumento o estabelecimento de metas nacionais anuais de descarbonização para o setor de combustíveis, de forma a incentivar o aumento da produção e da participação de biocombustíveis na matriz energética do país. A Be8 S.A., desde novembro de 2019, está certificada pela Renovabio, estando habilitada a participar do mercado de CBIOS (créditos de descarbonização), desde então já podendo proceder com a emissão de pré-CBIOS. Em agosto de 2020, a Companhia iniciou a escrituração dos CBIOS na B3 S.A – Brasil, Bolsa e Balcão (transformação dos pré-CBIOS em CBIOS). No que tange as controladas, a Be8 Santo Antônio do Tauá Ltda. está certificada pela Renovabio desde 12 de julho de 2024. Em 2025, a Be8 Nova Marilândia Ltda. e a Be8 Floriano Ltda. também tiveram suas certificações no Renovabio concedidas, estando habilitadas a participar do mercado de CBIOS desde 16 de dezembro e 15 de dezembro, respectivamente.

O CBIO é gerado a partir de um coeficiente aplicado sobre metros cúbicos de biodiesel vendido pela usina produtora. Na mensuração inicial, a Companhia reconhece os CBIOS gerados pelo custo que se equivale ao valor justo considerando preços divulgados pela B3 na data de reconhecimento e tornando-se um estoque no balanço patrimonial da Companhia. Após o reconhecimento inicial, o valor justo inicialmente reconhecido passa a ser considerando o custo do estoque do CBIO. Ao final de cada período, a Companhia efetua uma análise do valor realizável líquido dos estoques de CBIOS, considerando o valor justo menos as despesas de vendas estimadas para concretizar a venda.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o efeito da mensuração inicial dos CBIOS pelo custo foi de R\$ 51.748 (R\$ 77.011 em 31 de dezembro de 2024), na controladora e R\$ 55.142 (R\$ 77.011 em 31 de dezembro de 2024), no consolidado. Esse efeito é reconhecido na rubrica

de “custos dos produtos, mercadorias vendidas e serviços prestados” na demonstração do resultado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a receita líquida obtida pela venda dos CBIOS foi de R\$ 45.418 (R\$ 15.591 em 31 de dezembro de 2024) na controladora, e de R\$ 46.558 (R\$ 15.591 em 31 de dezembro de 2024) no consolidado.

14 Impostos a recuperar e imposto de renda e contribuição social a recuperar

a. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Impostos a recuperar - Circulante	511.168	427.456	942.133	453.757
Imposto de renda retido na fonte	9.332	19.551	13.137	19.712
PIS e COFINS (i)	495.504	404.187	887.210	409.693
ICMS	5.650	3.306	25.051	23.670
Outros	377	25	16.408	295
Reintegra	305	387	327	387
Impostos a recuperar - Não circulante	113.132	112.633	324.435	114.297
PIS/COFINS (i)	85.844	86.911	246.690	88.297
ICMS	27.288	25.722	77.745	26.000
Total	624.300	540.089	1.266.568	568.054

PIS e COFINS

Em 31 de dezembro de 2025, na Controladora, a Companhia possuía a título de PIS e COFINS a recuperar o montante total de R\$ 581.348 (R\$ 491.098 em 31 de dezembro de 2024). Ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia recebeu ressarcimentos em caixa referentes a PIS/COFINS no valor de R\$ 190.347. A operação gerou novos créditos durante o exercício, tomados sobre a aquisição de insumos e créditos presumidos de acordo com a Lei nº 12.865/2013.

Desta forma, a Companhia apresentou junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil pedido de ressarcimento no total de R\$ 223.964, e ainda resta solicitar ressarcimento de R\$ 82.889 relativos a créditos de PIS/COFINS. Os demais valores que movimentaram os saldos de PIS e COFINS ao longo do ano, se referem a créditos a compensar com operações próprias no valor de R\$ 160.304 e créditos em discussão administrativa no montante de R\$ 114.191.

No consolidado, a Companhia possuía a título de PIS e COFINS a recuperar o montante total de R\$ 1.150.644. Ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia recebeu ressarcimentos em caixa referentes a PIS/COFINS no valor de R\$ 214.498. A operação gerou novos créditos durante o exercício, tomados sobre a aquisição de insumos e créditos presumidos de acordo com a Lei nº 12.865/2013.

Desta forma, a Companhia apresentou junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil pedido de ressarcimento no total de R\$ 521.410, e ainda resta solicitar ressarcimento de R\$ 168.587 relativos a créditos de PIS/COFINS. Os demais valores que movimentaram os saldos de PIS e COFINS ao longo do ano, se referem a créditos a compensar com operações próprias no valor de R\$ 209.848 e créditos em discussão administrativa no montante de R\$ 250.800.

Controladora					
	Saldo	A recuperar	Pedido ressarcimento	Glosa (em discussão)	Período atual
Pis/Cofins	581.348	160.304	223.964	114.191	82.889

Consolidado					
	Saldo	A recuperar	Pedido ressarcimento	Glosa (em discussão)	Período atual
Pis/Cofins	1.150.645	209.848	521.410	250.800	168.587

Abaixo demonstramos os ressarcimentos recebidos no ano de 2025, bem como o período aos quais se referiam aos pedidos de ressarcimento:

Recebimento	1º Trimestre	2º - Trimestre	3º - Trimestre	4 - Trimestre	Total
PIS/COFINS - 3T_2023	70.578	-	-	-	70.578
PIS/COFINS - 4T_2024	-	40.665	-	-	40.665
PIS/COFINS - 1T_2024	-	21.632	-	-	21.632
PIS/COFINS - 1T_2023	-	1.462	-	-	1.462
PIS/COFINS - 3T_2023	-	307	-	-	307
PIS/COFINS - 2T_2024	-	-	44.662	-	44.662
PIS/COFINS - 2T_2020	-	-	324	-	324
PIS/COFINS - 3T_2020	-	-	64	-	64
PIS/COFINS - 4T_2020	-	-	240	-	240
PIS/COFINS - 1T_2021	-	-	358	-	358
PIS/COFINS - 2T_2021	-	-	392	-	392
PIS/COFINS - 3T_2024	-	-	3.178	-	3.178
PIS/COFINS - 3T_2020	-	-	179	-	179
PIS/COFINS - 2T_2020	-	-	-	70	70
PIS/COFINS - 3T_2020	-	-	-	291	291
PIS/COFINS - 3T_2024	-	-	-	10.887	10.887
PIS/COFINS - 4T_2020	-	-	-	183	183
PIS/COFINS - 3T_2025	-	-	-	2.000	2.000
PIS/COFINS - 1T_2023	-	-	-	1.835	1.835
PIS/COFINS - 3T_2020	-	-	-	123	123
PIS/COFINS - 1T_2021	-	-	-	169	169
PIS/COFINS - 1T_2023	-	-	-	1.285	1.285
PIS/COFINS - 2T_2023	-	-	-	188	188
PIS/COFINS - 4T_2023	-	-	-	1.024	1.024
PIS/COFINS - 1T_2024	-	-	-	566	566
PIS/COFINS - 2T_2024	-	-	-	1.164	1.164
PIS/COFINS - 3T_2020	-	-	-	566	566
PIS/COFINS - 4T_2020	-	-	-	1.565	1.565
PIS/COFINS - 1T_2021	-	-	-	779	779
PIS/COFINS - 2T_2021	-	-	-	1.298	1.298
PIS/COFINS - 3T_2021	-	-	-	1.614	1.614
PIS/COFINS - 4T_2021	-	-	-	1.783	1.783
PIS/COFINS - 1T_2022	-	-	-	1.465	1.465
PIS/COFINS - 2T_2022	-	-	-	186	186
PIS/COFINS - 3T_2022	-	-	-	197	197
PIS/COFINS - 4T_2022	-	-	-	1.219	1.219
Total	70.578	64.066	49.397	30.457	214.498

No consolidado, o aumento nos saldos de PIS e COFINS a recuperar e ICMS a recuperar deve-se a combinação de negócios realizada no exercício, conforme descrito na nota explicativa 3.

A Administração revisa a segregação entre ativo circulante e não circulante da rubrica de impostos a recuperar mensalmente e, considerando as premissas dispostas pela norma contábil em vigor, procedeu com a reclassificação para o ativo não circulante dos montantes cuja expectativa de conversibilidade em caixa/compensação com outros débitos seja superior a 12 meses contados a partir do exercício subsequente.

b. Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ/CSLL a recuperar				
Saldo negativo de IRPJ	67.235	40.719	77.655	40.722
Saldo negativo de CSLL	14.918	5.843	16.203	5.873
Total circulante	82.153	46.562	93.858	46.595

O saldo negativo de IRPJ e CSLL a recuperar é substancialmente decorrente de crédito extemporâneo da não incidência de imposto de renda e contribuição social sobre saídas com ICMS isento ou com base reduzida, conforme previsto na legislação com base na LC 160, o qual foi reconhecido em junho de 2023. Este crédito compreende os exercícios de 2020 e 2021 e soma o montante atualizado de R\$ 35.390 em 31 de dezembro de 2025. O levantamento dos créditos e reconhecimento foram realizados após a evolução do tema de forma positiva nos tribunais superiores, e respaldada por opinião legal dos assessores jurídicos da Companhia. Tais valores serão realizados por meio de pedidos de ressarcimento já realizados pela Companhia, os quais serão recebidos em caixa. A expectativa da Administração é o recebimento dos referidos montantes em até doze meses.

Em 06 de junho de 2025 transitou em julgado ação judicial que determinava o direito da Companhia em excluir das bases de cálculo do IRPJ e CSLL os créditos presumidos de ICMS do farelo de soja. Diante deste cenário, foi apurado o montante passível de recuperação, atualizado até a data de 31 de dezembro de 2025 no montante de R\$ 17.976. Tais créditos foram devidamente habilitados perante a Receita Federal do Brasil e serão objeto de compensação exclusivamente, pelo período de aproximadamente 12 meses.

15 Partes relacionadas

A Companhia realiza transações com partes relacionadas. As vendas para a Be8 Switzerland S.A. são principalmente compostas por exportações de glicerina, biodiesel e etanol respeitando os critérios fiscais pertinentes. As vendas efetuadas para a Be8 Comércio Importação e Exportação Ltda. são exclusivamente de glicerina, que em etapa futura é exportada para a Be8 Switzerland S.A.

As seguintes operações foram realizadas com partes relacionadas:

a. Vendas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Vendas	545.963	223.750	172	-
Agroindustrial La Paloma S.A.	9	-	-	-
Be8 Agro S.A.	852	-	-	-
Be8 Comércio Importação e Exportação Ltda.	20.319	16.598	-	-
Be8 Exportação e Importação Ltda.	229	-	-	-
Be8 Switzerland S.A.	524.382	207.152	-	-
Erasmoo Carlos Battistella	172	-	172	-

Outras receitas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Outras receitas	45.106	29.865	-	-
Agroindustrial La Paloma S.A.	273	437	-	-
Be8 Agro S.A.	496	-	-	-
Be8 Comércio Importação e Exportação Ltda.	213	26.201	-	-
Be8 Cuiabá Ltda.	72	-	-	-
Be8 Exportação e Importação Ltda.	9.330	963	-	-
Be8 Floriano Ltda.	12.945	-	-	-
Be8 Nova Marilândia Ltda.	9.584	-	-	-
Be8 Paraguay S.A.	-	181	-	-
Be8 Santo Antônio do Tauá Ltda.	11.827	-	-	-
Be8 Switzerland S.A.	23	2.083	-	-
Biosinergy Paraguay S.A.	91	-	-	-
Omega Green S.A.	252	-	-	-

b. Compra e outras despesas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Compra	(34.533)	(87.234)	(1.036)	(814)
Agroindustrial La Paloma S.A.	-	(77.813)	-	-
Be8 Agro S.A.	(11)	-	-	-
Be8 Comércio Importação e Exportação Ltda.	-	(6.718)	-	-
Be8 Exportação e Importação Ltda.	(1.077)	(799)	-	-
Be8 Switzerland S.A.	-	(1.090)	-	-
Biosinergy Paraguay S.A.	(32.409)	-	-	-
ECB Gestão de Ativos Ltda.	-	(814)	-	(814)
Erasmoo Carlos Battistella	(1.036)	-	(1.036)	-
Outras Despesas	(42.989)	(15.109)	(283)	(440)
Be8 Comércio Importação e Exportação Ltda.	(12.665)	(9.151)	-	-
Be8 Cuiabá Ltda.	(212)	-	-	-
Be8 Exportação e Importação Ltda.	(3.091)	-	-	-
Be8 Floriano Ltda.	(8.885)	-	-	-
Be8 Nova Marilândia Ltda.	(5.768)	-	-	-
Be8 Santo Antônio do Tauá Ltda.	(12.085)	-	-	-
Be8 Switzerland S.A.	-	(5.518)	-	-
ECB Holding S.A.	(121)	(353)	(121)	(353)
Instituto Educacional de Passo Fundo IE Ltda.	(162)	(87)	(162)	(87)
Despesas financeiras	(2.868)	(12.115)	(2.868)	(12.115)
Acionista controlador - avais	(2.868)	(12.115)	(2.868)	(12.115)

Os valores demonstrados acima relacionados a outras receitas e outras despesas com partes relacionadas reconhecidos na controladora, representam valores recebidos e cobrados das empresas controladas relacionados aos compartilhamentos de despesas, os quais são repassados/recebidos das controladas pelo valor da despesa incorrida.

O valor informado nas transações com a Biosinergy Paraguay S.A. corresponde à compra de óleo degomado de soja, o qual é utilizado como matéria-prima no processo de fabricação de biodiesel, no curso normal das operações da Companhia.

Os valores apresentados referentes às unidades Be8 Santo Antônio do Tauá, Be8 Nova Marilândia e Be8 Floriano correspondem, em sua maior parte, às alocações de resultado decorrentes de operações com derivativos.

Os valores demonstrados acima referente ao Instituto Educacional Passo Fundo (IE) são decorrentes de convênio educacional firmado entre a Be8 S.A. e o IE. Os valores representam a

parcela paga pela empresa como forma de subsidiar parte da mensalidade dos filhos dos colaboradores que estudam no colégio.

Alguns empréstimos bancários são avalizados pelo acionista controlador da Companhia, na pessoa física de seu representante legal. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o cálculo dos avais foi feito utilizando as taxas de 2% a.a. sobre os montantes líquidos da dívida garantida. O montante reconhecido no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a título de avais, no resultado financeiro, foi de R\$ 2.868 (R\$ 12.115 em 31 de dezembro de 2024) e o saldo a pagar no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 117 (R\$ 518 em 31 de dezembro de 2024).

c. Saldos das contas patrimoniais

A seguir é apresentado o saldo existente no balanço patrimonial nos exercícios apresentados, decorrentes das vendas/compras de produtos, reembolso de despesas, operações de empréstimos *intercompany* e outras contas a pagar.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber	122.308	65.630	17	-
Agroindustrial La Paloma S.A.	468	186	-	-
Be8 Agro S.A.	1.125	-	-	-
Be8 Comércio Importação e Exportação Ltda.	63.238	42.706	-	-
Be8 Cuiabá Ltda.	68	-	-	-
Be8 Exportação e Importação Ltda.	5.977	960	-	-
Be8 Floriano Ltda.	1.351	-	-	-
Be8 Nova Marilândia Ltda.	1.560	-	-	-
Be8 Paraguay S.A.	535	535	-	-
Be8 Santo Antônio do Tauá Ltda.	1.643	-	-	-
Be8 Switzerland S.A.	44.863	21.234	-	-
Biosinergy Paraguay S.A.	91	-	-	-
Erasmus Carlos Battistella	17	-	17	-
Omega Green S.A.	1.372	9	-	-
Contas a pagar	(463.176)	(51.165)	(466.443)	(44.125)
Be8 Comércio Importação e Exportação Ltda.	-	(841)	-	-
Be8 Exportação e Importação Ltda.	(2.110)	-	-	-
Be8 Floriano Ltda.	(467)	-	-	-
Be8 Nova Marilândia Ltda.	(1.336)	-	-	-
Be8 Santo Antônio do Tauá Ltda.	(1.208)	-	-	-
Be8 Switzerland S.A.	(6.199)	(6.199)	-	-
Biosinergy Paraguay S.A.	(1.248)	-	-	-
ECB Gestão de Ativos Ltda.	(588)	(65)	(16.423)	(65)
ECB Holding S.A.	(450.000)	(44.053)	(450.000)	(44.053)
Instituto Educacional de Passo Fundo (IE)	(20)	(7)	(20)	(7)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Mútuo a receber	215.186	80.178	-	-
Agroindustrial La Paloma S.A.	4.917	-	-	-
Be8 Comércio Importação e Exportação Ltda.	65.455	72.374	-	-
Be8 Floriano Ltda.	77	-	-	-
Be8 Nova Marilândia Ltda.	94.737	-	-	-
Be8 Paraguay S.A.	11.547	7.804	-	-
Be8 Santo Antônio do Tauá Ltda.	38.453	-	-	-

Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Outras contas a pagar	(117)	(518)	(117)	(518)
Acionista controlador - avais	(117)	(518)	(117)	(518)

As contas a receber de partes relacionadas são, principalmente, decorrentes de operações de vendas de biodiesel e glicerina e vencem em 30 e 60 dias. Não são mantidas provisões para contas a receber de partes relacionadas. O pagamento das compras efetuadas de partes relacionadas normalmente ocorre em um prazo de 15 dias.

No primeiro trimestre de 2025, foram constituídas operações de mútuo e devidamente formalizadas por meio de instrumentos contratuais com as seguintes controladas:

- Be8 Nova Marilândia Ltda.: mútuo no valor de R\$ 94.737, com remuneração atual de CDI + 1,00 % a.a. e vencimento em 31 de dezembro de 2026;
- Be8 Santo Antônio do Tauá Ltda.: mútuo no valor de R\$ 38.453 com remuneração de CDI + 1,00 % a.a. e vencimento em 31 de dezembro de 2026;
- Be8 Paraguay S.A.: mútuo no montante de R\$ 11.547, com juros remuneratórios de 7,5% a.a. e vencimento em 31 de janeiro de 2026;
- Agroindustrial La Paloma S/A.: mútuo no montante de R\$ 4.917, com juros remuneratórios de 7,5% a.a. e vencimento em 31 de janeiro de 2026.

O saldo de contas a pagar com a ECB Holding S.A. é proveniente de dividendos. Para maiores detalhes veja nota explicativa 25 – Patrimônio líquido.

No caso da ECB Gestão de Ativos Ltda., o valor apresentado como outras contas a pagar na controladora refere-se ao contrato de arrendamento do escritório localizado em Passo Fundo, Rio Grande do Sul. Já no consolidado, reflete também o valor de contrato de arrendamento do escritório localizado na cidade de São Paulo, em São Paulo, para a controlada Be8 Comércio Importação e Exportação Ltda. Os valores dos respectivos contratos são corrigidos anualmente, no mês de outubro de cada ano no caso da controladora, e em março no caso da Be8 Comércio Importação e Exportação Ltda, pela variação acumulada do período do IPCA.

As transações apresentadas acima foram realizadas em condições específicas negociadas entre as partes, considerando os volumes das operações e prazos de pagamentos, não comparáveis a operações com terceiros não relacionados.

d. Remuneração ao pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os Vice-presidentes e Diretores da Companhia e os membros do Conselho de Administração. O valor está demonstrado conforme quadro abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Remuneração ao pessoal-chave da administração	21.102	23.191
Remuneração do Conselho	2.885	2.503
Remuneração da Diretoria estatutária	9.078	11.449
Participação nos resultados	5.762	6.344
Incentivos de longo prazo	3.377	2.895

Os incentivos de longo prazo, referem-se a programas de remuneração com base em metas vinculadas a performance da Companhia, os quais serão pagos de acordo com cronograma anual específico, quando do atingimento das metas aplicáveis. Os incentivos de longo prazo passarão a ser pagos apenas a partir de 2026 e os valores acima demonstrados representam a provisão constituída considerando os resultados atingidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

16 Investimentos em controladas (controladora)

(i) Saldo e movimentação dos investimentos em controladas

O saldo de investimentos em controladas em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 1.165.483 (R\$ 1.165.183 incluindo não controladas) no balanço patrimonial individual.

	Be8 Comércio Importação e Exportação Ltda.	Be8 Switzerland S.A.	Omega Green S.A.	Be8 Exp. e Imp. Ltda	Be8 Paraguay S.A	Be8 Agro	Be8 Cerrado	Total
Investimento em 01 de janeiro de 2025	(34.800)	106.708	91.772	71.296	9.674	500	-	245.150
Aquisição de participação em controlada (ii)	-	-	-	-	-	-	249.124	249.124
Valor justo dos ativos adquiridos (iii)	-	-	-	-	-	-	125.048	125.048
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) (iv)	-	-	-	-	-	-	120.015	120.015
Resultado da equivalência patrimonial	(18.612)	15.322	(4.658)	31.747	(9.096)	(3.169)	177.380	188.914
Amortizações valores justos de estoques, carteira de clientes e imobilizado (v)	-	-	-	-	-	-	(24.598)	(24.598)
Efeito reflexo de outros resultados abrangentes	147	-	-	(1.572)	-	-	3.733	2.308
Ajustes acumulados de conversões (CTA)	-	1.566	6.436	-	(1.868)	-	-	6.134
Aporte de capital em controlada	-	-	-	231.934	5.802	-	-	237.736
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) (i)	-	-	13.307	-	-	940	-	14.247
Investimento em 31 de dezembro de 2025	(53.265)	123.596	106.857	333.405	4.512	(1.729)	650.702	1.164.078
Classificado no ativo não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos em controladas	-	123.596	106.857	333.405	4.512	-	650.702	1.219.072
Classificado no passivo não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para perda com investimento	(53.265)	-	-	-	-	(1.729)	-	(54.994)
Total do investimento líquido	(53.265)	123.596	106.857	333.405	4.512	(1.729)	650.702	1.164.078

- (i) Os adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC), foram efetuados para as controladas com a finalidade de atender a necessidades de caixa, bem como para pagamento de obrigações específicas. Tais valores de adiantamento para futuro aumento de capital serão convertidos em aumento de capital mediante aprovação dos órgãos de governança da Companhia. Valores enviados a título de aumento de capital não possuem previsão de devolução em caixa.
- (ii) Refere-se ao percentual adquirido de 100% das quotas da Biopar, considerando o patrimônio líquido das adquiridas em 13 de janeiro de 2025 por seus valores contábeis.
- (iii) Refere-se ao percentual de participação da controladora nos ativos identificados na combinação de negócios pelos seus valores justos em 13 de janeiro de 2025. No consolidado, os valores justos de estoques, ativo imobilizado e intangível são apresentados nas respectivas linhas no balanço patrimonial.
- (iv) Ágio por expectativa de rentabilidade futura gerado na combinação de negócios. Maiores detalhes descritos na nota explicativa 3. No consolidado, o ágio apresentado no grupo de intangível no balanço patrimonial.
- (v) Os valores de amortização de valores justos de estoques, imobilizado e intangível (carteira de clientes), na controladora estão apresentados na linha de equivalência patrimonial na demonstração do resultado do exercício. Já no consolidado, estes efeitos estão apresentados na linha de “Depreciação e amortização”, e compõe o grupo de “Despesas gerais e administrativas”.

	BSBIOS Comércio Importação e Exportação Ltda.	Be8 Switzerland S.A.	Omega Green S.A.	Be8 Exp. e Imp. Ltda	Be8 Paraguay S.A	Be8 Agro	Total
Investimento em 01 de janeiro de 2024	(418)	96.471	62.160	17.957	9.995	-	186.165
Resultado da equivalência patrimonial	(108.417)	(9.057)	(1.791)	(221)	(12.111)	-	(131.597)
Efeito reflexo de outros resultados abrangentes	(1.165)	-	-	-	-	-	(1.165)
Diferenças cambiais de conversão de controladas no exterior	-	19.294	13.389	-	2.815	-	35.498
Aporte de capital em controlada	-	-	-	-	8.975	500	9.475
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	75.200	-	18.014	53.560	-	-	146.774
Investimento em 31 de dezembro de 2024	(34.800)	106.708	91.772	71.296	9.674	500	245.150
Classificado no ativo não circulante							
Investimentos em controladas	-	106.708	91.772	71.296	9.674	500	279.950
Classificado no passivo não circulante							
Provisão para perda com investimento	(34.800)	-	-	-	-	-	(34.800)
Total do investimento líquido	(34.800)	106.708	91.772	71.296	9.674	500	245.150

(ii) Informações financeiras resumidas

Saldos em 31 de dezembro de 2025:

Saldos em 31 de dezembro de 2025	Be8 Comércio Importação e Exportação Ltda.	Be8 Switzerland S.A.	Omega Green S.A.	Be8 Exp. e Imp. Ltda	Be8 Paraguay S.A	Be8 Agro	Be8 Cerrado (i)
Participação acionária em %	100	100	99,996	100	100	100	100
Ativo circulante	94.243	161.710	692	518.870	55.109	349	801.216
Ativo não circulante	28.862	50.728	108.284	231.101	61.511	81	195.270
Passivo circulante	142.767	92.566	11.737	62.239	98.340	1.432	348.466
Passivo não circulante	28.654	2.430	-	366.096	10.905	89	303.272
Patrimônio Líquido	(48.316)	117.442	97.239	321.636	7.375	(1.091)	344.748
Lucro Líquido	163.816	13.998	(3.580)	20.709	(6.073)	(1.758)	103.178

(i) A Companhia denomina de “Be8 Cerrado”, as informações combinadas das unidades adquiridas na combinação de negócios, conforme explicado na nota explicativa 3.

Saldos em 31 de dezembro de 2024:

Saldos em 31 de dezembro de 2024	BSBIOS Comércio Importação e Exportação Ltda.	Be8 Switzerland S.A.	Omega Green S.A.	Be8 Exp. e Imp. Ltda	Be8 Paraguay S.A	Be8 Agro
Participação acionária em %	99,99	100	99,996	100	100	100
Ativo circulante	152.134	181.493	7.707	108.410	56.964	500
Ativo não circulante	1.797	51.817	115.611	38.830	67.739	-
Passivo circulante	188.611	123.325	31.546	11.024	97.983	-
Passivo não circulante	120	3.276	-	64.920	17.042	-
Patrimônio Líquido	(34.800)	106.708	91.772	71.296	9.678	500
(Prejuízo) Lucro Líquido	(108.417)	(9.057)	(1.791)	(221)	(12.116)	-

17 Propriedades para investimento

Os ativos classificados como propriedades para investimento referem-se a terrenos e edificações, os quais serão mantidos pela Companhia para obter renda e para valorização do capital.

Com a posse efetiva das propriedades, a Companhia passa a classificar os ativos como propriedades para investimento, optando pela metodologia de mensuração pelo seu valor justo.

a. Mensuração do valor justo

Para determinação do valor justo foi contratada uma empresa terceirizada especializada. No laudo elaborado pelos especialistas contratados foram utilizados os seguintes métodos para avaliação, de forma isolada:

Terrenos: Método direto Comparativo de Dados de Mercado, devido existência de mercado imobiliário local, ofertas, compras e vendas de imóveis assemelhados para a devida comparação através de tratamento estatístico dos dados de mercado.

Edifícios e benfeitorias: Método da Quantificação de Custo de Benfeitorias, levando em consideração as características das obras civis, utilizando orçamentos de construções semelhantes atualizando seus valores. Para demais equipamentos alocados nos edifícios foi utilizado o método de Custo de Reposição destes equipamentos.

b. Conciliação do valor contábil

O saldo da conta é apresentado na movimentação abaixo:

Propriedades para investimento	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial em 01 de janeiro	26.625	23.919	26.625	23.919
(+/-) Reversões	3.667	-	3.667	-
(-) Ajuste a Valor Justo	(3.803)	2.706	(3.803)	2.706
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro	26.489	26.625	26.489	26.625

A Companhia efetuou a venda de sete propriedades para investimento em 31 de dezembro de 2023, totalizando R\$ 28.650. Este montante foi reconhecido no resultado do exercício daquele ano em “outras receitas operacionais”. O saldo a ser recebido desta transação está contabilizado na rubrica de “outras contas a receber” no balanço patrimonial e corresponde ao valor atualizado de R\$ 4.600 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 10.900 em 31 de dezembro de 2024).

Imóveis	Data da venda	Valor da venda	Parcelas	Data de vencimento	Pagamentos 2023	Pagamentos 2024	Pagamentos 2025
Imóvel 1	29/09/2023	6.600	1.800	30/10/2023	1.800	-	-
			600	30/11/2023	600	-	-
			2.100	31/10/2024	-	2.100	-
			2.100	31/10/2025	-	-	-
Imóvel 2	29/09/2023	1.000	300	29/09/2023	300	-	-
			250	30/06/2024	-	250	-
			250	31/10/2024	-	250	-
			200	31/10/2025	-	-	200
Imóvel 3	29/09/2023	3.000	900	29/09/2023	900	-	-
			750	30/06/2024	-	750	-
			750	31/10/2024	-	750	-
Imóvel 4	29/09/2023	850	600	31/10/2025	-	-	600
			850	29/12/2023	850	-	-
			1.000	30/10/2023	1.000	-	-
Imóvel 5	31/10/2023	8.500	2.500	30/05/2024	1.400	1.100	-
			2.500	30/05/2025	-	-	2.500
			2.500	30/05/2026	-	-	-
Imóvel 6	29/09/2023	2.700	2.700	29/12/2023	2.700	-	-
			2.000	29/09/2023	2.000	-	-
			1.000	15/01/2024	-	1.000	-
Imóvel 7	29/09/2023	6.000	1.000	15/09/2024	-	-	1.000
			1.000	15/01/2025	-	-	1.000
			1.000	15/09/2025	-	-	1.000
			1.000	15/09/2025	-	-	1.000
Total		28.650			11.550	6.200	6.300

Em setembro de 2025, foi formalizado o distrato da venda do “Imóvel 1” realizada em 2023. Considerando deduções por uso e pagamentos antecipados, a Companhia devolverá à compradora o valor líquido de R\$ 3.240. Na mesma data, foi firmado novo contrato de arrendamento com vigência de cinco anos e valor mensal de R\$ 30.

c. Valores reconhecidos no resultado

A receita de aluguel reconhecida pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 1.552 na controladora (R\$ 701 em 31 de dezembro de 2024) e foi incluída em outras receitas operacionais na demonstração do resultado do exercício.

18 Imobilizado

Imobilizado	Controladora						Total
	Terrenos	Edificações	Veículos e máquinas	Móveis, utensílios e equipamentos	Direitos de uso (i)	Obras em andamento	
Saldo inicial em 01 de janeiro de 2025	5.916	71.841	172.018	5.147	53.541	54.128	362.591
Aquisições	-	20	1.841	356	38	38.355	40.610
Alienações	-	-	(2.219)	(46)	(3.672)	-	(5.937)
Baixa depreciação e alienação	-	-	1.640	42	2.356	-	4.038
Transferências	-	2.730	9.438	617	-	(14.240)	(1.455)
Depreciação	-	(6.952)	(18.094)	(1.241)	(2.508)	-	(28.795)
Capitalização de Juros (iii)	-	-	-	-	-	539	539
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2025	5.916	67.639	164.624	4.875	49.755	78.782	371.591
Custo	5.916	105.843	389.817	15.633	59.473	78.782	655.464
Depreciação acumulada	-	(38.204)	(225.193)	(10.758)	(9.718)	-	(283.873)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2025	5.916	67.639	164.624	4.875	49.755	78.782	371.591

Imobilizado	Controladora						Total
	Terrenos	Edificações	Veículos e máquinas	Móveis, utensílios e equipamentos	Direitos de uso (i)	Obras em andamento	
Saldo inicial em 01 de janeiro de 2024	5.916	71.665	162.146	5.210	55.203	54.522	354.662
Aquisições	-	-	15	1	866	34.753	35.635
Alienações	-	-	(1.726)	(52)	-	-	(1.778)
Baixa depreciação por alienação	-	-	1.023	52	-	-	1.075
Transferências (ii)	-	6.969	27.372	1.002	-	(35.727)	(384)
Depreciação	-	(6.793)	(16.812)	(1.066)	(2.528)	-	(27.199)
Capitalização de juros (iv)	-	-	-	-	-	580	580
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2024	5.916	71.841	172.018	5.147	53.541	54.128	362.591
Custo	5.916	103.092	380.757	14.706	63.107	54.128	621.706
Depreciação acumulada	-	(31.251)	(208.739)	(9.559)	(9.566)	-	(259.115)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2024	5.916	71.841	172.018	5.147	53.541	54.128	362.591

Imobilizado	Consolidado						Total
	Terrenos	Edificações	Veículos e máquinas	Móveis, utensílios e equipamentos	Direitos de uso (i)	Obras em andamento	
Saldo inicial em 01 de janeiro de 2025	75.373	100.567	194.548	7.399	53.879	151.854	583.620
Aquisições	-	283	2.728	575	16.090	515.010	534.686
Aquisição de controlada	17.930	50.321	62.952	1.486	-	3.238	135.927
Valor justo do ativo imobilizado reconhecido na combinação de negócios	(15.595)	3.200	38.237	610	-	-	26.452
Amortização valores justos de ativo imobilizado da combinação de negócios	-	(166)	(1.878)	(86)	-	-	(2.130)
Alienações	-	(9.942)	(2.439)	(352)	(3.672)	(5)	(16.410)
Baixa depreciação e alienação	-	885	1.707	103	2.356	-	5.051
Transferências	-	5.044	9.231	757	-	(16.617)	(1.585)
Depreciação	-	(11.703)	(27.666)	(1.939)	(3.363)	-	(44.671)
Capitalização de Juros iii)	-	-	-	-	-	33.409	33.409
Subvenções municipais	-	-	-	-	-	(11.763)	(11.763)
Ajustes acumulados de conversão	700	(2.698)	(1.824)	(158)	(37)	(353)	(4.370)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2025	78.408	135.791	275.596	8.395	65.253	674.773	1.238.216
Custo	78.408	197.703	537.928	24.037	76.027	674.773	1.588.876
Depreciação acumulada	-	(61.912)	(262.332)	(15.642)	(10.774)	-	(350.660)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2025	78.408	135.791	275.596	8.395	65.253	674.773	1.238.216

Imobilizado	Consolidado						Total
	Terrenos	Edificações	Veículos e máquinas	Móveis, utensílios e equipamentos	Direitos de uso (i)	Obras em andamento	
Saldo inicial em 01 de janeiro de 2024	52.473	108.224	180.532	7.032	55.263	100.462	503.986
Aquisições	62	113	4.999	223	1.353	83.663	90.413
Alienações	-	-	(4.147)	(58)	-	(23)	(4.228)
Baixa depreciação e alienação	-	61	1.023	51	-	-	1.135
Transferências (ii)	12.545	(5.417)	27.373	1.048	-	(35.933)	(384)
Depreciação	-	(7.784)	(20.149)	(1.322)	(2.754)	-	(32.009)
Capitalização de juros (iv)	-	-	-	-	-	579	579
Subvenções municipais (nota 28c)	-	-	-	-	-	(5.440)	(5.440)
Ajustes acumulados de conversão	10.293	5.370	4.917	425	17	8.546	29.568
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2024	75.373	100.567	194.548	7.399	53.879	151.854	583.620
Custo	75.373	135.206	415.157	20.486	63.671	151.854	861.747
Depreciação acumulada	-	(34.639)	(220.609)	(13.087)	(9.792)	-	(278.127)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2024	75.373	100.567	194.548	7.399	53.879	151.854	583.620

- (i) O grupo de direito de uso trata-se de direito de uso dos contratos de arrendamento de hardwares, aeronave e locação de sala comercial.
- (ii) As transferências ocorrem da rubrica “Obras em andamento” para o respectivo grupo de imobilizados e intangíveis após a conclusão de que o bem está pronto para uso, e está no local e condições operacionais pretendidos pela Administração.
- (iii) A Companhia capitaliza os juros de empréstimos que são diretamente atribuíveis a aquisição, construção ou produção de ativo qualificável como parte do custo. A taxa de capitalização média ponderada no ano em 2024 foi de 13,89% a.a. Em 31 de dezembro de 2025, a taxa de capitalização média ponderada é de 15,21% a.a.

O montante em obras em andamento apresentado no quadro acima, é formado substancialmente pelos investimentos que estão sendo realizados na construção da planta industrial de etanol de trigo e glúten vital, em Passo Fundo/RS, por meio da controlada Be8 Exportação e Importação Ltda. O projeto tem previsão de conclusão e início das atividades produtivas ao final do ano de 2026.

A Companhia avalia anualmente, no mínimo, a existência de indicadores de *impairment* ou de que a vida útil dos bens possa ter se alterado de forma relevante. Ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foram identificados indicadores de *impairment* com relação aos ativos imobilizados, bem como não houve alteração na vida útil dos ativos, tanto na controladora como no consolidado.

As taxas de depreciação são calculadas pelo método linear e são calculadas de acordo com a vida útil de cada bem. No quadro abaixo apresentamos a vida útil esperada por grupo de contas, para ambos os períodos apresentados:

Bem	Vida útil esperada
Edificações	15 a 80 anos
Veículos e máquinas	5 a 50 anos
Móveis e utensílios e equipamentos	5 a 50 anos
Direito de uso	5 a 25 anos

19 Intangível

Intangível	Controladora		
	Goodwill	Programas de computador	Total
Saldo Inicial em 01 de janeiro de 2025	35.820	3.868	39.688
Adições	-	2.240	2.240
Transferências	-	1.453	1.453
Amortização	-	(2.559)	(2.559)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2025	35.820	5.002	40.822
Custo	35.820	22.063	57.883
Amortização acumulada	-	(17.061)	(17.061)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2025	35.820	5.002	40.822

Intangível	Controladora		
	Goodwill	Programas de computador	Total
Saldo inicial em 01 de janeiro de 2024	35.820	5.301	41.121
Transferências	-	384	384
Amortização	-	(1.817)	(1.817)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2024	35.820	3.868	39.688
Custo	35.820	22.541	58.361
Amortização acumulada	-	(18.673)	(18.673)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2024	35.820	3.868	39.688

Consolidado					
Intangível	Goodwill	Informática	Carteira Clientes	Marcas	Total
Saldo Inicial em 01 de janeiro de 2025	63.501	3.973	13.194	3.447	84.115
Adições	-	2.252	-	-	2.252
Transferências	-	1.585	-	-	1.585
Amortização do valor justo da carteira de clientes	-	-	(21.529)	-	(21.529)
Aquisição controlada	120.015	598	94.488	7	215.108
Amortização	-	(2.710)	-	-	(2.710)
Ajustes acumulados de conversão	2.637	2	205	54	2.898
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2025	186.153	5.700	86.358	3.508	281.719
Custo	186.153	23.925	107.887	3.508	321.473
Amortização acumulada	-	(18.225)	(21.529)	-	(39.754)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2025	186.153	5.700	86.358	3.508	281.719

Consolidado					
Intangível	Goodwill	Informática	Carteira Clientes	Marcas	Total
Saldo Inicial em 01 de janeiro de 2024	60.751	5.440	9.424	2.462	78.077
Transferências	-	384	-	-	384
Amortização	-	(1.851)	-	-	(1.851)
Ajustes acumulados de conversão	2.750	-	3.770	985	7.505
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2024	63.501	3.973	13.194	3.447	84.115
Custo	63.501	22.791	13.194	3.447	102.933
Amortização acumulada	-	(18.818)	-	-	(18.818)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2024	63.501	3.973	13.194	3.447	84.115

A vida útil esperada é de 5 anos para a amortização dos programas de computador (*software*).

Testes do ágio para verificação de *impairment*

A Companhia avalia anualmente a expectativa de recuperação do valor contábil do ágio em suas Unidades Geradoras de Caixa (UGC). Atualmente, a Companhia possui quatro UGC conforme demonstradas abaixo.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ágio - Aquisição Marialva/PR	35.820	35.820	35.820	35.820
Ágio - Aquisição Be8 Biodiesel	-	-	17.455	15.840
Ágio - Aquisição Complexo La Paloma	-	-	13.883	8.424
Ágio - Aquisição Cerrado	-	-	120.015	-
Diferenças cambiais de conversão de controladas no exterior	-	-	(1.020)	3.417
Total	35.820	35.820	186.153	63.501

O processo de estimativa do valor em uso envolve a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros e representa a melhor estimativa da Companhia aprovada pela Administração. Para cada UGC, as principais premissas foram as seguintes:

a. *Ágio - Aquisição Marialva/PR*

Projeções de crescimento do mercado de biodiesel, compatíveis com o desempenho histórico apresentado pela UGC, juntamente com a expectativa de manutenção dos custos fixos apresentados historicamente, margem EBITDA (*Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*) positiva e taxa de desconto de 13,48%. A Administração não identificou indícios de *impairment* para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, tendo em vista que o valor em uso foi superior ao valor contábil da UGC.

b. *Ágio - Aquisição Be8 Biodiesel:*

As projeções para teste de *impairment* foram elaboradas com base nas projeções de longo prazo construídas pela Companhia. Nestas, a Administração prevê um crescimento de vendas de 6,9% para 2026. A margem Ebitda para os anos subsequentes a 2026 se mantém em média 3,5%. Este aumento decorre principalmente em ações para manter a produtividade constante reduzindo períodos ociosos. Para fins de fluxo de caixa descontado foi considerado como taxa de desconto 6,77%. A Administração não identificou indícios de *impairment* para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, tendo em vista que o valor em uso foi superior ao valor contábil da UGC.

c. *Ágio - Aquisição Complexo La Paloma*

Para fins de fluxo de caixa descontado foi considerado como taxa de desconto 10,35%. Administração prevê um crescimento de vendas de 10,5% para 2026 e posteriormente mantendo um crescimento constante de 2,3 % para cada ano subsequente. A Administração não identificou indícios de *impairment* para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, tendo em vista que o valor em uso foi superior ao valor contábil da UGC.

d. *Ágio - Aquisição Biopar*

Conforme descrito na nota explicativa 3, em 14 de janeiro de 2025, a Companhia concretizou a aquisição do Grupo Biopar, assumindo a partir desta data o controle das operações das quatro entidades englobas na operação. A contraprestação transferida na operação superou o valor dos ativos líquidos assumidos na data de fechamento da operação e como resultado disso, gerou-se um ágio por expectativa de rentabilidade futura (*Goodwill*). O ágio é alocado a unidade gerado de caixa denominada “Be8 Cerrado”, a qual contempla as quatro entidades.

O ágio apurado no montante de R\$ 136.405 representa o benefício econômico futuro esperado das sinergias decorrentes da aquisição e ampliação da atuação da Be8 S.A. nas regiões norte, nordeste e centro-oeste do Brasil. O ágio reconhecido tem expectativa de ser dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social. No final de cada exercício social, considerando tratar-se de um ativo intangível com vida útil indefinida, o mesmo será submetido a teste de recuperabilidade (*impairment*).

No que tange aos fluxos futuros projetados, para as receitas de vendas foi projetado crescimento de 14,4% para o ano de 2026, sendo que na perpetuidade considerou-se a inflação. Adicionalmente, no que tange à taxa de desconto foi considerada em 14%. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração não identificou indícios de *impairment*, pois o valor em uso foi maior que o valor contábil UGC.

20 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Controladora Descrição	Taxa de juros nominal a.a.	Ano de vencimento	Controladora		Consolidado	
			31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Capital de giro	CDI + 1,40% a 3,04%	2026 a 2030	1.430.778	486.615	1.648.614	602.954
Financiamentos	IPCA/IBGE + 3% / TJLP + 3,5%	2026 a 2027	21.195	31.622	21.195	31.622
Debêntures	CDI+1,5% a 2,70%	2026 a 2030	636.804	162.323	636.804	162.323
Notas Comerciais - 1ª emissão - Série 1	CDI + 2,20	2026 a 2029	73.772	73.654	73.772	73.654
Notas Comerciais - 2ª emissão - Série 2	IPCA + 9,1645	2026 a 2031	134.720	129.039	134.720	129.039
Subcréditos - BNDES	TR + 2,20% a 2,70%, TLP + 1,10%, SELIC + 1,31%	2026 a 2037	-	-	515.550	59.584
Outros		2026	8.356	170	8.369	170
Hedge valor justo			(10.135)	(11.434)	(10.135)	(11.434)
Custo de transação			(16.104)	(13.897)	(48.650)	(13.897)
Total			2.279.386	858.092	2.980.239	1.034.015
Passivo circulante			384.159	352.962	485.683	457.654
Passivo não circulante			1.895.227	505.130	2.494.556	576.361

Os custos de captação dos empréstimos, financiamentos e debêntures estão dispostos conforme abaixo:

Custo de Transação	Controladora						Total
	2026	2027	2028	2029	2030	Após 2030	
Notas Comerciais - 1ª emissão - Série 1	843	786	786	589	-	-	3.004
Notas Comerciais - 1ª emissão - Série 2	960	960	960	960	960	799	5.599
Custos de transações - 2ª emissão Debêntures	1.139	1.139	1.139	1.139	285	-	4.841
Custos de transações - 3ª emissão Debêntures	694	694	694	578	-	-	2.660
Total	3.636	3.579	3.579	3.266	1.245	799	16.104

Custo de Transação	Consolidado						Total
	2026	2027	2028	2029	2030	Após 2030	
Notas Comerciais - 1ª emissão - Série 1	843	786	786	589	-	-	3.004
Notas Comerciais - 1ª emissão - Série 2	960	960	960	960	960	801	5.601
Custos de transações - 2ª emissão Debêntures	1.139	1.139	1.139	1.139	285	-	4.841
Custos de transações - 3ª emissão Debêntures	694	694	694	578	-	-	2.660
Repasso BNDES	3.518	3.518	3.518	3.518	3.518	14.954	32.544
Total	7.154	7.097	7.097	6.784	4.763	15.755	48.650

Principais operações realizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

Em 21 março de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a realização da 2ª (segunda) emissão de 360.000 (trezentos e sessenta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública sob rito de registro automático, para investidores profissionais, no valor total de R\$ 360.000 (trezentos e sessenta milhões de reais), da Companhia, as quais foram objeto de oferta pública de distribuição, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da Resolução Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 160, de 13 de julho de 2022. As debêntures possuem prazo de vencimento de 5 anos, contados da data de emissão, com juros remuneratórios correspondentes a variação acumulada de 100% do CDI + 2,70% ao ano. Parte dos recursos da 2ª emissão foi utilizado para liquidação do saldo devedor da 1ª emissão de debêntures da Companhia.

Em 21 de março de 2025, houve a liberação dos subcréditos 1, 2 e 3 relativos ao empréstimo obtido junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no montante total de R\$ 330.000, com o ingresso em caixa na controlada Be8 Exportação e Importação Ltda., no contexto da construção da planta de etanol de trigo, em Passo Fundo, no Rio Grande do Sul.

No dia 09 de abril de 2025, foi aprovada em reunião de Assembleia Geral Extraordinária e em

Reunião de Conselho de Administração da Companhia, a 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, no montante total de R\$ 250.000 (duzentos e cinquenta milhões de reais), sendo emitidas 250.000 (duzentos e cinquenta mil) debêntures. No dia 25 de abril de 2025, ocorreu o ingresso em caixa do montante, sendo que será utilizado pela Companhia para a gestão ordinária dos negócios, incluindo, mas não se limitando, à gestão dos passivos e reforço de caixa.

No dia 09 de julho de 2025, foi aprovado em reunião de sócios da empresa Be8 Exportação e Importação Ltda., a contratação de financiamento no valor de R\$ 290.268 (duzentos e noventa milhões, duzentos e sessenta e oito mil reais) perante o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a ser aplicado ao Projeto Glúten. No dia 10 de outubro de 2025, foi realizada a liberação da primeira tranche do referido financiamento, no montante de R\$ 100.000 (cem milhões de reais), a qual foi integralmente recebida pela Companhia. Os recursos serão aplicados nos investimentos do Projeto Glúten, junto a Planta de Etanol, localizada em Passo Fundo, no Rio Grande do Sul.

Ainda, ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia, no Consolidado, efetuou captações de recursos por meio de operações bilaterais com instituições financeiras, as quais, em conjunto totalizaram R\$ 1.431.000 (um bilhão, quatrocentos e trinta e um milhões de reais). Esses recursos estão sendo utilizados no curso normal dos negócios da Companhia, bem como foram destinados à liquidação de empréstimos dentro do ano.

Adicionalmente, no mesmo período, a Companhia realizou liquidações antecipadas de contratos de empréstimos referentes a operações que possuíam vencimentos originalmente previstos entre dezembro de 2025 e junho de 2027.

Principais operações anteriores a 2025:

Em 15 de setembro de 2024, a Companhia realizou a 1ª emissão de notas comerciais, por meio da qual foram emitidas 200.000 notas, sem garantia, em série única, para distribuição privada. Os direitos creditórios oriundos das notas comerciais foram vinculados aos certificados de recebíveis do agronegócio da 295ª emissão, em série única, da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.. A data de vencimento das notas comerciais, a contar da data de emissão, ocorrerá em: 14 de setembro de 2029 para a primeira série e 14 de setembro de 2031 para a segunda série. Assim como na primeira emissão, os recursos captados, por meio das notas comerciais serão utilizados exclusivamente para as atividades relacionadas ao agronegócio.

A Companhia possuía em 31 de dezembro de 2024, saldo em debêntures trazido pela incorporação da R.P. Participações em Biocombustíveis S.A. que ocorreu em 2021. Em 16 de dezembro de 2020, com o objetivo único de compra de 50% das ações da Companhia, a sua incorporada R.P. Participações em Biocombustíveis S.A. (R.P. BIO), emitiu debêntures conforme Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição da R.P. Participações em Biocombustíveis S.A. Foram emitidas 320.000 (trezentas e vinte mil) debêntures ao valor de R\$ 320.000 (trezentos e vinte milhões de Reais), atualizadas monetariamente por juros remuneratórios equivalentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. As Debêntures foram repactuadas em junho de 2023, liberando as garantias reais e alterando o vencimento até junho de 2027, com pagamento do valor nominal unitário em parcelas

trimestrais consecutivas, a partir do 12º (décimo segundo) mês contado da data de emissão, de acordo com o instrumento contratual. No mês de março de 2025, o saldo remanescente das debêntures foi liquidado, extinguindo-se a referida obrigação. A liquidação ocorreu com recursos da 2ª emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações efetuada pela Companhia em março de 2025 conforme destacado anteriormente.

As parcelas de longo prazo dos empréstimos, financiamentos e debêntures têm os seguintes vencimentos:

Vencimento no longo prazo	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
2026	-	223.404	-	294.635
2027	734.254	97.924	888.551	97.924
2028	504.661	34.100	576.897	34.100
2029	387.145	-	442.298	-
2030	227.670	149.702	275.257	149.702
Após 2030	41.497	-	311.553	-
	1.895.227	505.130	2.494.556	576.361

Apresentamos abaixo, a reconciliação das atividades de financiamento dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Controladora				Consolidado			
	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Passivo de arrendamento	Contas a pagar pela aquisição de controladas	Dividendos e juros sobre capital próprio	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Passivo de arrendamento	Contas a pagar pela aquisição de controladas	Dividendos e juros sobre capital próprio
Saldo em 01 de janeiro de 2025	858.092	27.556	42	44.053	1.034.015	27.870	9.635	44.053
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa	1.168.137	(23.523)	(112.770)	(137.342)	1.517.302	(25.273)	(115.150)	(137.342)
Ingressos de empréstimos	1.845.080	-	-	-	2.410.094	-	-	-
Amortização de empréstimos	(511.004)	-	-	-	(658.138)	-	-	-
Amortização de passivos de arrendamento	-	(15.874)	-	-	-	(17.372)	-	-
Pagamento de custos de transação de empréstimo	(8.802)	-	-	-	(28.644)	-	-	-
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(157.137)	-	-	-	(206.010)	-	-	-
Pagamento de juros sobre passivos de arrendamento	-	(7.649)	-	-	-	(7.901)	-	-
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	-	(137.342)	-	-	-	(137.342)
Pagamento de juros aquisição de controlada	-	-	(12.851)	-	-	-	(12.851)	-
Pagamento de aquisição de controlada	-	-	(99.919)	-	-	-	(102.299)	-
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa	253.157	9.587	337.449	543.289	428.922	26.948	336.106	543.289
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	543.289	-	-	-	543.289
Variação monetária em contas a pagar por aquisição de controladas	-	-	43.017	-	-	-	43.017	-
Reconhecimento inicial do passivo a pagar pela aquisição de controlada	-	-	294.432	-	-	-	294.432	-
Ingresso de Direito de uso de ativo	-	38	-	-	-	-	-	-
Ingresso pela aquisição de controlada	-	-	-	-	147.834	16.090	-	-
Custos de transações	6.595	-	-	-	9.529	-	-	-
Variações monetárias e encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	245.264	-	-	-	289.106	-	-	-
Diferenças cambiais de conversão de controladas no exterior	-	-	-	-	(18.845)	(34)	(1.343)	-
Juros sobre passivo de arrendamento	-	10.005	-	-	-	11.348	-	-
Hedge valor justo	1.298	-	-	-	1.298	-	-	-
Baixa passivo de arrendamento	-	(456)	-	-	-	(456)	-	-
Dividendos intercalares propostos	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	2.279.386	13.620	224.721	450.000	2.980.239	29.545	230.591	450.000

	Controladora				Consolidado			
	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Passivo de arrendamento	Contas a pagar pela aquisição de controladas	Dividendos e juros sobre capital próprio	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Passivo de arrendamento	Contas a pagar pela aquisição de controladas	Dividendos e juros sobre capital próprio
Saldo em 01 de janeiro de 2024	1.410.256	39.147	42	-	1.474.091	39.191	-	-
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa	(689.661)	(21.481)	-	(90.401)	(585.887)	(21.653)	-	(90.401)
Ingressos de empréstimos	511.881	-	-	-	620.255	-	-	-
Amortização de empréstimos	(1.027.587)	-	-	-	(1.030.021)	-	-	-
Amortização de passivos de arrendamento	-	(16.333)	-	-	-	(16.333)	-	-
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(173.955)	-	-	-	(176.121)	-	-	-
Pagamento de juros sobre passivos de arrendamento	-	(5.148)	-	(90.401)	-	(5.320)	-	(90.401)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa	137.497	9.890	-	134.454	145.811	10.332	-	134.454
Ingresso pela aquisição de controlada	-	866	-	-	-	1.298	-	-
Custos de transações	(8.846)	-	-	-	(24.485)	-	-	-
Ingresso sobre passivo de arrendamento	-	-	-	-	-	-	-	-
Variações monetárias e encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	157.777	-	-	-	164.345	-	-	-
Diferenças cambiais de conversão de controladas no exterior	-	-	-	-	17.385	10	-	-
Juros sobre passivo de arrendamento	-	9.024	-	-	-	9.024	-	-
Hedge valor justo	(11.434)	-	-	-	(11.434)	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	134.454	-	-	-	134.454
Saldo em 31 de dezembro de 2024	858.092	27.556	42	44.053	1.034.015	27.870	-	44.053

a. Garantias aos empréstimos

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui estoques dados em garantia, recebíveis e avais por parte relacionada.

b. Aplicações financeiras vinculada

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia possuía aplicações financeiras vinculadas a alguns contratos de empréstimos de capital de giro e contrato de prestação de garantia de fiança (CPG), conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante	52.200	107.386	52.205	107.386
Aplicações financeiras vinculadas	52.200	107.386	52.205	107.386
Não circulante	229.913	15.153	229.913	15.153
Aplicações financeiras vinculadas	229.913	15.153	229.913	15.153
Total	282.113	122.539	282.118	122.539

c. Cláusulas restritivas contratuais (Covenants)

Determinados contratos firmados pela Companhia estabelecem a observância de índices financeiros (*covenants*). Com base nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os índices apurados são apresentados a seguir:

	Índice
Índice de liquidez corrente (ativo circulante / passivo circulante)	maior ou igual a 1,20
Índice de cobertura de juros (EBITDA / despesas financeiras líquidas)	maior ou igual a 1,50
Índice de alavancagem (Dívida líquida / EBITDA)	menor ou igual a 3,00

Os índices acima são medidos anualmente ao final de cada exercício.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia estava em conformidade com suas cláusulas restritivas contratuais (*covenants*).

21 Fornecedores e contas a pagar por aquisição de controlada

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores	1.282.893	1.236.898	1.488.487	1.279.951
Mercado interno	1.230.460	1.167.355	1.423.999	1.174.696
Mercado externo	48.872	68.989	60.927	104.701
Soja a fixar	238	-	238	-
Risco sacado	3.323	554	3.323	554

A operação de fornecedores de soja a fixar refere-se a operações de compra de soja nas quais os fornecedores já entregaram o produto a Companhia, porém ainda não definiram a data de fixação do preço e por consequência o valor final da operação. Desta forma, a obrigação de pagamento fica vinculada ao valor de mercado da *commodity* entregue até a data em que for fixado o preço, podendo ser realizado conforme períodos estipulados em contrato, sendo valorizadas ao valor justo. Os contratos de compras de soja a fixar firmados pela Companhia com seus fornecedores, em sua maioria, possuem o prazo limite de doze meses para os fornecedores realizarem a fixação. Desta forma, o passivo da referida operação é apresentado no passivo circulante.

A Companhia implementa operações de risco sacado com seus fornecedores com o objetivo de proporcionar flexibilidade e liquidez aos fornecedores, ao mesmo tempo em que melhora o seu ciclo financeiro e a gestão do fluxo de caixa. Por meio da plataforma *Monkey*, os fornecedores participantes do programa, têm a oportunidade de antecipar seus recebíveis. A adesão às transações de antecipação de recebíveis por meio de risco sacado são de caráter opcional, conforme a escolha dos fornecedores. A efetivação das operações não implica em qualquer desembolso de encargos financeiros pela Companhia.

O quadro abaixo demonstra os valores a pagar pela aquisição das controladas Be8 São Paulo na controladora, que é condicionado a compensação de créditos tributários em cada ano calendário, bem como saldos a pagar pela aquisição da Biopar. Já no consolidado, além dos saldos já existentes na controladora, há uma parcela a pagar pela aquisição do complexo La Paloma, que são valores fixos pagos anualmente, no mês de fevereiro:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Contas a pagar - aquisição Biopar	224.721	-	224.721	-
Contas a pagar - aquisição Be8 São Paulo	-	42	-	42
Contas a pagar - aquisição Complexo Agroindustrial La Paloma	-	-	5.785	9.593
Contas a pagar - aquisição Be8 Biodiesel	-	-	85	-
Total	224.721	42	230.591	9.635
Contas a pagar pela aquisição de controlada - Circulante	4.966	-	10.751	5.847
Contas a pagar pela aquisição de controlada - Não Circulante	219.755	42	219.840	3.788
Total	224.721	42	230.591	9.635

22 Provisões para contingências

a. Riscos prováveis

A Companhia reconheceu em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, provisões referentes aos processos trabalhistas, tributários e cíveis que, na avaliação da Companhia, assessorada de seus consultores jurídicos, se revestem de riscos prováveis. Os valores provisionados foram julgados pela Administração como suficientes para a cobertura dessas contingências. A seguir é apresentado quadro com a composição da rubrica:

Natureza	Controladora					Provisão de contingências	(-) Depósitos Judiciais	Provisão de contingências, líquida
	Cíveis	Trabalhista	Tributárias	Trânsito				
Saldo em 01/01/2024	129	2.741	1.093	49	4.012	(307)	3.705	
(+/-) Provisões/Reversões	63	(721)	119	-	(539)	30	(509)	
(-) Atualização	-	1.000	-	-	1.000	(10)	990	
Saldo em 31/12/2024	192	3.020	1.212	49	4.473	(287)	4.186	

Natureza	Controladora					Provisão de contingências	(-) Depósitos Judiciais	Provisão de contingências, líquida
	Cíveis	Trabalhista	Tributárias	Trânsito				
Saldo em 01/01/2025	192	3.020	1.212	49	4.473	(287)	4.186	
(+/-) Provisões/Reversões	31	(1.859)	175	(45)	(1.698)	73	(1.625)	
(-) Atualização	-	1.289	-	-	1.289	(17)	1.272	
Saldo em 31/12/2025	223	2.450	1.387	4	4.064	(231)	3.833	

Consolidado							
Natureza	Cíveis	Trabalhista	Tributárias	Trânsito	Provisão de contingências	(-) Depósitos Judiciais	Provisão de contingências, líquida
Saldo em 01/01/2024	129	2.741	1.093	49	4.012	(307)	3.705
(+/-) Provisões/Reversões	63	(721)	119	-	(539)	30	(509)
(-) Atualização	-	1.000	-	-	1.000	(10)	990
Saldo em 31/12/2024	192	3.020	1.212	49	4.473	(287)	4.186

Consolidado								
Natureza	Cíveis	Trabalhista	Tributárias	Trânsito	Ambiental	Provisão de contingências	(-) Depósitos Judiciais	Provisão de contingências, líquida
Saldo em 01/01/2025	192	3.020	1.212	49	-	4.473	(287)	4.186
Ingresso por aquisição de controlada	-	305	-	-	-	305	(84)	221
(+/-) Provisões/Reversões	62	(2.164)	175	(45)	38	(1.934)	73	(1.861)
(-) Atualização	-	1.289	-	-	-	1.289	(17)	1.272
Saldo em 31/12/2025	254	2.450	1.387	4	38	4.133	(315)	3.818

Natureza dos processos

Trabalhistas

A Companhia possui, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, processos trabalhistas de risco provável, dos quais, os que possuem maior relevância no saldo apresentado, na sua grande maioria, são solicitações de equiparação salarial, horas extras, adicional de insalubridade e periculosidade. Para garantir que o saldo apresentado seja suficiente para cobrir eventuais perdas trabalhistas é feito um acompanhamento mensal de cada processo pelos assessores jurídicos da Companhia.

Trânsito

Os processos de Trânsito são derivados de multas que, quando possuem fundamento para recurso, são submetidos pela área jurídica. Os valores mais expressivos são multas derivadas de cargas com excesso de peso, embarcar produtos perigosos com documentação incompleta, ou com frete mínimo. Quando o recurso é indeferido, prossegue-se então para o pagamento da referida guia e a baixa da provisão.

Tributários

Os processos tributários são decorrentes de manifestações de inconformidade provenientes de ressarcimentos de créditos já arquivados, e que possuem risco de notificação de devolução a Fazenda.

b. Riscos Possíveis

A Companhia também é parte em processos administrativos e judiciais que, na avaliação dos consultores jurídicos, baseada em experiências com naturezas semelhantes, apresentam riscos possíveis, os quais não foram provisionados e totalizam, no consolidado, R\$ 525.844 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 502.935 em 31 de dezembro de 2024), classificado nas seguintes naturezas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Tributário	403.357	452.134	509.408	499.099
Trabalhista	5.216	1.899	5.222	1.899
Cíveis	1.877	1.901	1.927	1.901
Regulatório	-	-	5	-
Trânsito	-	36	-	36
Total	410.450	455.970	516.562	502.935

No âmbito tributário, na esfera administrativa, o montante é composto de ICMS (R\$ 387.246), PIS e COFINS (R\$ 119.747), IRPJ (R\$ 1.703) e outros (R\$ 712), no consolidado. Em geral os passivos contingentes tributários são decorrentes de discussões sobre interpretações da legislação quanto a tomada de créditos fiscais, as quais a Companhia já apresentou seus manifestos de inconformidades junto às autoridades fiscais.

Estes processos são defendidos por seus assessores jurídicos, nos quais espera-se obter uma decisão favorável ainda no âmbito administrativo, conforme experiências em casos similares.

Trabalhistas

As reclamatórias trabalhistas são referentes a horas extras, intervalos intrajornadas, danos morais, equiparação salarial e honorários. Quanto ao andamento dos processos, alguns foram contestados e aguardam a realização de audiência, outros foram realizadas ou agendadas as perícias.

Tributário

No âmbito tributário, o principal processo classificado como risco possível é um processo no âmbito estadual, decorrente de Auto de Lançamento (AL) emitido em abril de 2022 pelo Estado do RS, com alegação de apropriação indevida de créditos fiscais de ICMS durante o período de abril de 2017 a dezembro de 2021. Os créditos destacados no AL se referem a operações interestaduais, nas quais a Companhia adquire mercadorias de fornecedores localizados em outras unidades da federação com destaque de ICMS e posteriormente revende com diferimento dentro do estado do Rio Grande do Sul. A Companhia entende não haver irregularidade nas operações referidas.

Demais processos são referentes à solicitação de ressarcimento de PIS/COFINS com base em manifestações de inconformidades contra decisões que indeferiram pedidos de ressarcimentos dos anos de 2010 até 2016 e um referente ao ano de 2019. Também contemplam (i) auto de infração lavrado por suposta falha de fornecedor na emissão de notas fiscais do período de outubro de 2018 até março de 2020 com saída para estabelecimentos em estado diverso, nos quais a Companhia foi considerada parte solidária na autuação; (ii) Manifestação de inconformidade contra despacho decisório que homologou parcialmente a compensação declarada pela sucedida com créditos vinculados a receita de exportação apurados em 2013; e (ii) também homologação de crédito oriundo de valores pagos a maior da Contribuição Previdenciária Patronal sobre avais.

A Be8 S.A. aderiu ao programa de parcelamento junto à SEFAZ/RS, referente ao débito de ICMS originalmente no valor de R\$ 49.130, que, após as reduções legais de 95% para as multas e juros, totalizou o valor de R\$ 20.574 para pagamento em parcela única, conforme previsto no Regulamento do Programa Estadual REFAZ 2. O valor foi pago ainda no mês de dezembro de 2025. Para fins de demonstração dos resultados, os efeitos desta adesão estão refletivos nas linhas de “Outras receitas e despesas operacionais, líquidas”, para o valor principal e “Despesas financeiras” para os efeitos de multas e juros.

Cível

A Companhia possui processos cíveis com risco possível que se referem a ações indenizatórias e ações de desapropriação.

c. Ativos contingentes

Com relação às ações que ainda não transitaram em julgado, estes potenciais ativos são considerados como contingentes e não são reconhecidos até que sua probabilidade de materialização seja líquida e certa. Atualmente, não há ativos contingentes relevantes com ganho provável para a Companhia.

Ao longo do mês de julho, a Companhia foi comunicada por seus assessores jurídicos externos sobre decisões favoráveis obtidas em dois processos judiciais, os quais transitaram em julgado, sendo eles:

PIS e COFINS:

Transitou em julgado em 02/06/2025, o Mandado de Segurança nº 5005267-82.2016.4.04.7104, impetrado em favor de BE8 S.A., inscrita no CNPJ sob nº 07.322.382/0001-19, restando reconhecido o direito de a empresa incluir nas bases de créditos do PIS e da COFINS, todos os custos e despesas com serviços e peças voltadas à manutenção e à conservação quando realizadas em equipamentos associados à atividade econômica desempenhada pela Companhia, assim como, foi reconhecido o direito a compensação com as próprias contribuições de PIS e COFINS devidas pela empresa ou outros tributos administrados pela Receita Federal, os valores de PIS e COFINS pagos a maior nos últimos 5 (cinco) anos, devidamente corrigidos desde a data do pagamento indevido e até o mês da sua compensação. O período de apuração dos valores a serem recuperados será de 29/06/2011 até 02/06/2025.

IRPJ/CSLL:

Transitou em julgado em 06/06/2025, o Mandado de Segurança nº 5007013-14.2018.4.04.7104, impetrado em favor de Be8 (CNPJ nº 07.322.382/0001-19). A ação teve como objetivo a exclusão dos créditos presumidos de ICMS da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, sem observar os requisitos da LC 160/17 e Lei nº 14.789/14. Considerando que a Be8 S.A. já possui decisão favorável de mesma natureza específica para os créditos presumidos de ICMS relativos ao Biodiesel, essa ação engloba os créditos presumidos de ICMS do farelo de soja. A Companhia obteve êxito quanto ao reconhecimento do direito à exclusão dos créditos presumidos da base de IRPJ e CSLL de forma incondicionada, bem como de compensar administrativamente os valores recolhidos indevidamente nos últimos cinco anos. O período de apuração da ação retroage 5 anos da data de ingresso da ação, sendo que desta forma abrange o período de 10/10/2013 a 06/06/2025.

Com relação as ações mencionadas acima, com o auxílio de seus assessores jurídicos, a Companhia efetuou o levantamento dos montantes envolvidos nos processos, os quais são demonstrados abaixo:

	Controladora e consolidado	
	Exclusão dos créditos presumidos de ICMS da base de cálculo do IRPJ e da CSLL	PIS e COFINS sobre serviços e peças para manutenção e conservação de equipamentos
Valor principal	12.085	7.466
Atualização monetária	6.179	2.815
Total do crédito	18.264	10.281
Honorários	(1.096)	(617)
PIS e COFINS sobre atualização monetária	(287)	(131)
Subtotal	16.881	9.533
Superveniências ativas relativas a Petrobrás Biocombustíveis - principal	(4.370)	(614)
Superveniências ativas relativas a Petrobrás Biocombustíveis – atualização monetária	(2.211)	(441)
Efeito líquido na demonstração dos resultados do exercício	10.300	8.477
Efeito em "Outras receitas e despesas operacionais, líquidas"	6.620	6.235
Efeito em "Resultado financeiro, líquido"	3.680	2.243

23 Despesa de imposto de renda e contribuição social

A seguir é apresentada a composição das principais adições e exclusões que afetam o cálculo dos impostos sobre o lucro.

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	466.086	412.592
Alíquota fiscal combinada	0,34	0,34
Despesa de tributos à alíquota nominal	(158.469)	(140.281)
Multas	(11)	(9)
Doações	(698)	(986)
Prejuízos fiscais constituído do período corrente	-	64.512
Prejuízos fiscais não constituído do período corrente	(71.124)	-
Incentivos fiscais - crédito presumido de ICMS	164.074	141.866
PAT e incentivos fiscais	-	325
Venda de CBIOS	20.405	7.009
Equivalência patrimonial	64.231	(44.743)
Outras exclusões (adições)	(14.394)	(4.555)
Incentivos de longo prazo - ILP	(930)	(3.932)
Mais valia decorrentes de eventos societários e incorporação	(2.721)	(2.654)
Constituição (reversão) sobre prejuízos fiscais de anos anteriores	-	2.655
Benefício Fiscal - Lei do Bem	-	11.372
Juros sobre capital próprio	4.080	7.681
Subvenções CBIOS	17.594	26.185
Total	22.037	64.445
Imposto de renda e contribuição social - corrente	-	(5.791)
Imposto de renda e contribuição social diferido	22.037	70.236
Total	22.037	64.445
Alíquota efetiva	4,73%	15,62%

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	481.777	408.098
Alíquota fiscal combinada	0,34	0,34
Despesa de tributos a alíquota nominal	(163.804)	(138.753)
Multas	(11)	(9)
Doações	(692)	(986)
Prejuízos fiscais constituído do período corrente	11.659	64.512
Prejuízos fiscais não constituído do período corrente	(76.905)	(41.779)
Incentivos fiscais - crédito presumido de ICMS	171.232	141.866
Venda de CBIOS	20.405	325
Outras exclusões (adições)	(12.919)	7.007
Incentivos de longo prazo - ILP	(933)	-
Mais valia decorrentes de eventos societários e incorporação	(2.721)	(4.555)
Constituição (reversão) sobre prejuízos fiscais de anos anteriores	-	(3.932)
Benefício Fiscal - Lei do Bem	7.150	(2.654)
Juros sobre capital próprio	4.080	2.655
Subvenções CBIOS	17.712	11.372
Diferença de tributação (empresas controladas)	(1.774)	7.681
Incentivo sobre Lucro da Exploração	33.866	26.185
Total	6.345	68.935
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(11.446)	(4.179)
Imposto de renda e contribuição social diferido	17.791	73.114
Total	6.345	68.935
Alíquota efetiva	1,32%	16,89%

24 Imposto de renda e contribuição social diferidos

a. Composição e movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos e a movimentação de IRPJ e CSLL diferidos líquidos apresentam-se como segue:

	Controladora			Saldo em 31 de dezembro de 2025		
	Saldo líquido em 31/12/2024	Reconhecido no resultado	Reconhecido no patrimônio líquido	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Prejuízos fiscais	94.210	-	-	94.210	94.210	-
Provisão para contingências	1.521	(139)	-	1.382	1.382	-
Valor justo de propriedades para investimento	(4.018)	1.293	-	(2.725)	-	(2.725)
Ajuste ao valor realizável líquido dos estoques	9.198	(642)	-	8.556	8.556	-
Impairment de ativos financeiros e não financeiros	971	-	-	971	971	-
Direito de uso de ativos	(8.834)	(3.451)	-	(12.285)	-	(12.285)
Reavaliação imobilizado CPC 01 - custo atribuído (ii)	(2.421)	216	-	(2.205)	-	(2.205)
Depreciação diferença de vida útil	(4.476)	739	-	(3.737)	-	(3.737)
Mais valia - filial de Marialva	(464)	64	-	(400)	-	(400)
Mais valia ativos imobilizados - incorporação (i)	40.995	(2.721)	-	38.274	38.274	-
Depreciação acelerada e dif vida útil	(26.486)	5.550	-	(20.936)	-	(20.936)
Compra vantajosa - incorporação (i)	(2.000)	1.600	-	(400)	-	(400)
Hedge accounting - outros resultados abrangentes	7.286	-	(7.043)	243	-	243
Goodwill	(5.529)	-	-	(5.529)	-	(5.529)
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros derivativos	(4.462)	7.318	-	2.856	-	2.856
IRPJ e CSLL contingências PPA RP Bio	(40.410)	-	-	(40.410)	-	(40.410)
Provisão para perdas com adiantamentos	10.822	-	-	10.822	10.822	-
Provisão PLR e Energizar	-	3.765	-	3.765	3.765	-
Soja a fixar	-	81	-	81	81	-
Amortização valor justo de estoques - combinação de negócios	-	1.397	-	1.397	1.397	-
Amortização valor justo de imobilizado - combinação de negócios	-	6.242	-	6.242	6.242	-
Amortização valor justo de intangível - combinação de negócios	-	724	-	724	724	-
Total	65.903	22.036	(7.043)	80.896	166.424	(85.528)
Ativo (passivo) diferido, líquido				80.896	80.896	-

- (i) Efeitos Tributários provenientes da incorporação da R.P. Participações em Biocombustíveis S.A., ocorrida em 2021.
- (ii) A contribuição social e o imposto de renda sobre o custo atribuído dos ativos imobilizados serão transferidos para o passivo circulante (imposto corrente) na medida da realização por depreciação, baixa ou provisão para redução ao valor recuperável dos componentes do ativo. A contrapartida desses tributos diferidos relacionados ao custo atribuído está registrada no patrimônio líquido.

	Controladora			Saldo em 31 de dezembro de 2024		
	Saldo líquido em 31/12/2023	Reconhecido no resultado	Reconhecido no patrimônio líquido	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Prejuízos fiscais	29.698	64.512	-	94.210	94.210	-
Provisão ajuste a valor justo – fornecedores a fixar	779	(779)	-	-	-	-
Provisão para contingências	1.364	157	-	1.521	1.521	-
Valor justo de propriedades para investimento	(3.098)	(920)	-	(4.018)	-	(4.018)
Ajuste ao valor realizável líquido dos estoques	2.008	7.190	-	9.198	9.198	-
Impairment de ativos financeiros e não financeiros	971	-	-	971	971	-
Direito de uso de ativos	(5.461)	(3.373)	-	(8.834)	-	(8.834)
Reavaliação imobilizado CPC 01 - custo atribuído (ii)	(2.911)	490	-	(2.421)	-	(2.421)
Depreciação diferença de vida útil	(5.245)	769	-	(4.476)	-	(4.476)
Mais valia - filial de Marialva	(532)	68	-	(464)	-	(464)
Mais valia ativos imobilizados - incorporação (i)	43.716	(2.721)	-	40.995	40.995	-
Depreciação acelerada e dif vida útil	(25.967)	(519)	-	(26.486)	-	(26.486)
Compra vantajosa - incorporação (i)	(3.599)	1.599	-	(2.000)	-	(2.000)
Hedge accounting - outros resultados abrangentes	29	-	7.257	7.286	23.915	(16.629)
Goodwill	(5.529)	-	-	(5.529)	-	(5.529)
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros derivativos	5.284	(9.746)	-	(4.462)	-	(4.462)
IRPJ e CSLL contingências PPA RP Bio	(40.410)	-	-	(40.410)	-	(40.410)
CBIOs - Subvenção e realização pela venda	(4.894)	4.894	-	-	-	-
Provisão para perdas com adiantamentos	2.207	8.615	-	10.822	10.822	-
Total	(11.590)	70.236	7.257	65.903	181.632	(115.729)
Ativo (passivo) diferido, líquido				65.903	65.903	-

(i) Saldos existentes nas adquiridas em 13/01/2025.

	Consolidado			Saldo em 31 de dezembro de 2025			
	Saldo líquido em 31/12/2024	Saldo líquido em 13/01/2025 (i)	Reconhecido no resultado	Reconhecido no patrimônio líquido	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Prejuízos fiscais	94.210	58.318	(5.573)	-	146.955	146.955	-
Provisão para contingências	1.521	110	(236)	-	1.395	1.395	-
Valor justo de propriedades para investimento	(4.018)	-	1.293	-	(2.725)	-	(2.725)
Ajuste ao valor realizável líquido dos estoques	9.479	127	(500)	-	9.106	9.106	-
Impairment de ativos financeiros e não financeiros	971	949	-	-	1.920	1.920	-
Direito de uso de ativos	(8.834)	-	(3.605)	-	(12.439)	-	(12.439)
Reavaliação imobilizado CPC 01 - custo atribuído (ii)	(2.422)	(16.522)	1.307	195	(17.442)	-	(17.442)
Depreciação diferença de vida útil	(5.176)	-	739	-	(4.437)	-	(4.437)
Mais valia - filial de Marialva	(464)	-	64	-	(400)	-	(400)
Mais valia ativos imobilizados - incorporação (i)	40.995	-	(2.721)	-	38.274	38.274	-
Depreciação acelerada e dif vida útil	(26.486)	-	5.619	-	(20.867)	-	(20.867)
Compra vantajosa - incorporação (i)	(5.325)	-	1.600	-	(3.725)	-	(3.725)
Hedge accounting - outros resultados abrangentes	7.545	-	-	(8.926)	(1.381)	-	(1.381)
Goodwill	(5.529)	-	-	-	(5.529)	-	(5.529)
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros derivativos	(3.300)	(206)	6.770	-	3.264	3.264	-
IRPJ e CSLL contingências PPA RP Bio	(40.410)	-	-	-	(40.410)	-	(40.410)
CBIOs - Subvenção e realização pela venda	(1)	-	-	-	(1)	-	(1)
Ganho de capital - alienação de investimentos	(739)	-	49	-	(690)	-	(690)
Provisão para perdas com adiantamentos	10.822	-	-	-	10.822	10.822	-
Provisão PLR e Energizar	-	-	4.541	-	4.541	4.541	-
Provisão estoque obsoleto	-	-	-	-	-	-	-
Soja a fixar	-	-	81	-	81	81	-
Amortização valor justo de estoques - combinação de negócios	-	-	1.397	-	1.397	1.397	-
Amortização valor justo de imobilizado - combinação de negócios	-	-	6.242	-	6.242	6.242	-
Amortização valor justo de intangível - combinação de negócios	-	-	724	-	724	724	-
Total	62.839	42.776	17.791	(8.731)	114.675	224.721	(110.046)
Ativo (passivo) diferido, líquido					119.116	119.116	(4.441)

Consolidado		Saldo em 31 de dezembro de 2024				
	Saldo líquido em 31/12/2023	Reconhecido no resultado	Reconhecido no patrimônio líquido	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Prejuízos fiscais	29.698	64.512	-	94.210	94.210	-
Provisão ajuste a valor justo – fornecedores a fixar	780	(780)	-	-	-	-
Provisão para contingências	1.364	157	-	1.521	1.521	-
Valor justo de propriedades para investimento	(3.098)	(920)	-	(4.018)	-	(4.018)
Ajuste ao valor realizável líquido dos estoques	2.008	7.471	-	9.479	9.479	-
Impairment de ativos financeiros e não financeiros	971	-	-	971	971	-
Direito de uso de ativos	(5.461)	(3.373)	-	(8.834)	-	(8.834)
Reavaliação imobilizado CPC 01 - custo atribuído (ii)	(2.912)	490	-	(2.422)	-	(2.422)
Depreciação diferença de vida útil	(7.245)	2.069	-	(5.176)	-	(5.176)
Mais valia - filial de Marialva	(532)	68	-	(464)	-	(464)
Mais valia ativos imobilizados - incorporação (i)	43.716	(2.721)	-	40.995	40.995	-
Depreciação acelerada e dif vida útil	(25.967)	(519)	-	(26.486)	-	(26.486)
Compra vantajosa - incorporação (i)	(6.348)	1.599	(576)	(5.325)	-	(5.325)
Hedge accounting - outros resultados abrangentes	(311)	-	7.856	7.545	23.914	(16.369)
Goodwill	(5.529)	-	-	(5.529)	-	(5.529)
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros derivativos	5.197	(8.497)	-	(3.300)	-	(3.300)
IRPJ e CSLL contingências PPA RP Bio	(40.410)	-	-	(40.410)	-	(40.410)
CBIOs - Subvenção e realização pela venda	(4.895)	4.894	-	(1)	-	(1)
Ganho de capital - alienação de investimentos	(788)	49	-	(739)	-	(739)
Provisão para perdas com adiantamentos	2.207	8.615	-	10.822	10.822	-
Total	(17.555)	73.114	7.280	62.839	181.912	(119.073)
Ativo (passivo) diferido, líquido					67.607	(4.768)

- (i) Efeitos tributários provenientes da incorporação da R.P. Participações em Biocombustíveis S.A., ocorrida em 2021.
- (ii) A contribuição social e o imposto de renda sobre o custo atribuído dos ativos imobilizados serão transferidos para o passivo circulante (imposto corrente) na medida da realização por depreciação, baixa ou provisão para redução ao valor recuperável dos componentes do ativo. A contrapartida desses tributos diferidos relacionados ao custo atribuído está registrada no patrimônio líquido.

A seguir, demonstramos os saldos de ativos e passivos diferidos líquidos, por entidade legal, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, no consolidado:

Saldo em 31 de dezembro de 2025			
Entidade	Ativo diferido, líquido	Passivo diferido, líquido	Total
Be8 S.A.	80.896	-	80.896
Be8 Agro	80	-	80
Be8 Comércio Importação e Exportação Ltda.	379	-	379
Be8 Switzerland S.A.	-	(2.343)	(2.343)
Be8 Exportação e Importação Ltda.	-	(1.190)	(1.190)
Be8 Paraguai S.A.	-	(908)	(908)
Be8 Cuiabá Ltda.	58	-	58
Be8 Floriano Ltda.	2.697	-	2.697
Be8 Santo Antônio do Tauá Ltda.	3.301	-	3.301
Be8 Nova Marilândia Ltda.	31.705	-	31.705
Total	119.116	(4.441)	114.675

Saldo em 31 de dezembro de 2024			
Entidade	Ativo diferido, líquido	Passivo diferido, líquido	Total
Be8 S.A.	65.903	-	65.903
BSBIOS Comércio Importação e Exportação Ltda.	1.704	-	1.704
Be8 Switzerland S.A.	-	(2.308)	(2.308)
Be8 Exportação e Importação Ltda.	-	(1.438)	(1.438)
Be8 Paraguay S.A.	-	(1.022)	(1.022)
Total	67.607	(4.768)	62.839

b. Ativos fiscais diferidos não reconhecidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre o prejuízo fiscal foi constituído ao nível que a Companhia espera recuperar em um futuro previsível, por meio de lucro tributável futuro disponível. Desta forma, não foram reconhecidos ativos diferidos sobre os montantes de prejuízos fiscais conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízos fiscais acumulados	1.114.178	904.990	734.389	960.580
Efeito tributário	378.820	307.697	249.692	326.597

25 Patrimônio líquido e lucro básico por ação

a. Capital social e direito das ações

Em 18 de março de 2025, por meio de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, foi aprovado o aumento do capital social com a utilização de parte do saldo de reserva de lucros da Companhia, sendo que o aumento foi de R\$ 217.635 (duzentos e dezessete milhões, seiscentos e trinta e cinco mil, quinhentos e dez reais e dezessete centavos), sem a emissão de novas ações. Desta forma, em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia corresponde ao montante de R\$ 421.137 (quatrocentos e vinte e um milhões, centro e trinta e sete mil, e quinze reais) e está dividido em 6.496.964 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social é de R\$ 203.502 e está dividido em 6.496.964 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, pertencentes inteiramente à ECB Holding S.A., Companhia domiciliada no Brasil.

b. Reservas de lucros

b.1 Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social, conforme previsto em estatuto e em conformidade com o art. 193 da Lei 6.404-76. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. A Companhia destinou, em 31 de dezembro de 2025, à reserva legal montante equivalente a R\$ 24.374, totalizando R\$ 65.074 (R\$ 40.700 em 31 de dezembro de 2024).

b.2 Reserva de retenção de lucros

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, após as destinações do lucro líquido do exercício, bem como a distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, o montante de R\$ 349.296 foi destinado a reserva de retenção de lucros, sendo que a respectiva reserva totalizou R\$ 441.817 em 31 de dezembro de 2024.

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de Reserva de retenção de lucros superou o Capital social da Companhia em R\$ 238.315.

Em 18 de março de 2025, considerando o disposto no artigo 199 da Lei 6.404/76, foi aprovada pela Assembleia Geral Ordinária (AGO) a destinação da reserva de retenção de lucros, no valor

total de R\$ 441.817 (quatrocentos e quarenta e um milhões, oitocentos e dezessete mil, duzentos e trinta e três reais e cinquenta e dois centavos) da seguinte forma: a) R\$ 200.000 (duzentos milhões de reais) mantidos como reserva de retenção de lucros; b) R\$ 241.817 (duzentos e quarenta e um milhões, oitocentos e dezessete mil, duzentos e trinta e três reais e cinquenta e dois centavos) restantes serão destinados na proporção de 90% (noventa por cento) para a o aumento do capital social da Companhia, representado pelo total de R\$ 217.635 (duzentos e dezessete milhões, seiscentos e trinta e cinco mil, quinhentos e dez reais e dezessete centavos) sem emissão de novas ações e 10% (dez por cento) serão distribuídos a título de dividendos adicionais propostos correspondentes ao valor de R\$ 24.182 (vinte e quatro milhões, cento e oitenta e um mil, setecentos e vinte e três reais e trinta e cinco centavos).

Em 18 de dezembro de 2025, foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária (AGE), a distribuição de dividendos sobre a reserva de retenção de lucros e os resultados do exercício corrente até novembro de 2025 no montante total de R\$ 450.000 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais), conforme segue: (i) R\$ 200.000 (duzentos milhões de reais) correspondentes à distribuição com lucros acumulados de anos anteriores; (ii) R\$ 27.671 (vinte e sete milhões, seiscentos e setenta e um mil, quatrocentos e trinta e sete reais e setenta e nove centavos) referentes à distribuição do mínimo obrigatório relativo aos meses de outubro e novembro de 2025; (iii) R\$ 222.328 (duzentos e vinte e dois milhões, trezentos e vinte e oito mil, quinhentos e sessenta e dois reais e vinte e um centavos) correspondentes à distribuição adicional ao mínimo obrigatório, utilizando lucros do exercício corrente. O pagamento dos dividendos deliberados será realizado considerando o cronograma a seguir: a) Ano de 2026: quatro parcelas R\$ 37.500 cada, nos meses de março, junho, setembro e dezembro, totalizando R\$ 150.000; b) Ano de 2027: quatro parcelas de R\$ 37.500, nos meses de março, junho, setembro e dezembro, totalizando R\$ 150.000; c) Ano de 2028: quatro parcelas de R\$ 37.500 cada, nos meses de março, junho, setembro e dezembro, totalizando R\$ 150.000.

Desta forma, ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o saldo da reserva de retenção de lucros da Companhia totalizou R\$ 143.238 (R\$ 441.817 em 31 de dezembro de 2024).

c. **Dividendos mínimos obrigatórios**

Ao acionista é assegurada, anualmente, a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado.

O cálculo dos dividendos do período janeiro a setembro de 2025 está demonstrado abaixo:

	Lucro líquido	(-) Reserva legal (5%)	Base de dividendos	Dividendos (25%)	Dividendos adicionais ao mínimo	Efeito de IRRF sobre JSCP	Total distribuído	Detalhamento do JSCP		
								JSCP, líquido do IRRF, imputado ao dividendo	Efeito de IRRF sobre o JSCP	Total do JSCP, bruto
1º trimestre (i)	143.609	7.180	136.429	34.107	-	1.800	35.907	10.201	1.800	12.001
2º trimestre (ii)	20.207	1.010	19.197	4.799	-	-	4.799	-	-	-
3º trimestre (iii)	127.163	6.358	120.805	30.201	-	-	30.201	-	-	-
Resultado outubro e novembro (iv)	116.511	5.826	110.685	27.671	-	-	27.672	-	-	-
Resultado dezembro (v)	82.496	4.125	78.371	19.594	-	-	19.594	-	-	-
Dividendos adicionais (iv)	-	-	-	-	222.328	-	222.328	-	-	-
Total	489.986	24.499	465.487	106.372	222.328	1.800	340.500	10.201	1.800	12.001

- (i) Em 08 de julho de 2025, foi deliberado pelo Conselho de Administração sobre a distribuição de dividendos intermediários intercalares, no montante de R\$ 34.107, referente ao primeiro trimestre de 2025, os quais foram pagos nos dias 26 de maio de 2025, 20 de junho de 2025 e 09 de julho de 2025.

- (ii) Em 29 de outubro de 2025, foi deliberado pelo Conselho de Administração sobre a ratificação da distribuição de dividendos intermediários intercalares, no montante de R\$ 4.799, referente ao segundo trimestre de 2025, os quais foram pagos no dia 29 de agosto de 2025.
- (iii) Em 06 de novembro de 2025, foi deliberado pelo Conselho de Administração sobre a distribuição de dividendos intermediários intercalares, no montante de R\$ 30.201, referente ao terceiro trimestre de 2025, os quais foram pagos no dia 07 de novembro de 2025.
- (iv) Ainda, no dia 17 de dezembro de 2025 e 18 de dezembro de 2025, foi aprovado em Reunião de Conselho de Administração e em reunião de Assembleia Extraordinária (AGE), respectivamente, a distribuição de dividendos sobre a reserva de retenção de lucros e os resultados do exercício corrente até novembro de 2025 no montante total de R\$ 450.000, sendo (i) R\$ 200.000 correspondentes à distribuição com lucros acumulados de anos anteriores; (ii) R\$ 27.672 referentes à distribuição do mínimo obrigatório relativo aos meses de outubro e novembro de 2025; e (iii) R\$ 222.328 correspondentes à distribuição adicional ao mínimo obrigatório, utilizando lucros do exercício corrente. O pagamento dos dividendos deliberados será realizado ao longo dos anos de 2026, 2027 e 2028.
- (v) No que tange ao resultado referente ao mês de dezembro de 2025, foi destinado em sua integralidade a constituição de reserva de retenção de lucros, conforme deliberação do acionista da Companhia.

d. Lucro por ação básico e diluído

O resultado por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos patrimoniais potenciais diluidores que devam ser incluídos no cálculo do lucro por ação diluído. Desta forma, não há diferenças entre o lucro básico por ação e lucro diluído por ação.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro do exercício	488.123	477.037	488.123	477.037
Quantidade de ações	6.497	6.497	6.497	6.497
Lucro por ação	75,13	73,42	75,13	73,42

26 Receita líquida de vendas

A Companhia obtém suas receitas principalmente na venda de produção própria e operações de compra e venda de mercadorias, classificando conforme o quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Venda de produtos	8.284.464	7.316.051	9.961.708	7.311.864
Revenda de Mercadorias	88.191	308.374	1.311.343	934.351
Prestação de serviços	30	366	67	1.049
Deduções de vendas	(962.433)	(896.665)	(1.267.053)	(911.201)
Total	7.410.252	6.728.126	10.006.065	7.336.063

Abaixo está apresentada a receita líquida de vendas no mercado interno e no mercado externo.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida de vendas para o mercado interno	6.751.585	6.096.975	8.789.696	6.236.138
Receita líquida de vendas para o mercado externo	658.667	631.151	1.216.369	1.099.925
Total	7.410.252	6.728.126	10.006.065	7.336.063

A rubrica deduções de vendas possui a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Impostos sobre vendas (i)	(912.032)	(825.134)	(1.209.435)	(826.023)
Ajuste a valor presente	(27.001)	(28.840)	(27.001)	(28.840)
Abatimentos, descontos e devoluções e comissões	(23.400)	(42.691)	(30.617)	(56.338)
Total	(962.433)	(896.665)	(1.267.053)	(911.201)

- (i) A partir de 01 de maio de 2023, as operações de venda de Biodiesel passaram a ser regidas pelo Convênio 199/2022, o qual estabeleceu que o ICMS é tributado na modalidade monofásica e uniforme em todos os estados. A Companhia passou a adotar o convênio no referido período, onde o ICMS é tributado à R\$ 0,9456 o litro e diferido parcialmente em 33,33%. A partir de 02/2024 a tributação passou de R\$ 0,9456 para R\$ 1,0635 sendo mantido até 02/2025 onde foi alterado novamente para R\$1,12. A partir de 01/01/2026, a tributação passou a ser de R\$ 1,17 por litro.

Abaixo apresentamos a receita líquida desagregada por seus principais produtos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Biodiesel	5.398.308	4.477.708	7.291.444	4.540.111
Be8 Bevant®	2.059	53	1.907	53
Farelo de soja	1.550.005	1.743.164	1.610.480	1.922.529
Óleo de soja degomado	-	29.102	8.030	35.623
Grão de soja	13.852	150.807	22.387	207.795
Glicerina	290.551	123.049	719.512	296.371
CBIOS	45.418	15.591	46.556	15.591
Outros produtos	110.059	188.652	305.749	317.990
Total	7.410.252	6.728.126	10.006.065	7.336.063

A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas:

Tipo de produto / serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
Biodiesel	As vendas de biodiesel são efetuadas diretamente para as distribuidoras, em mercado livre. As distribuidoras obtêm o controle do produto quando os produtos são retirados das dependências da Companhia ou quando da entrega dos produtos nas dependências do cliente, conforme negociação entre as partes. Elas devem ser pagas, normalmente, em um prazo médio de 15 dias. Nenhum desconto é concedido.	A receita é reconhecida em um momento específico no tempo, sendo este quando os produtos são retirados pelo cliente nas instalações da Companhia ou quando da sua entrega nas dependências do cliente. A cada final de período, a Companhia avalia a necessidade de qualquer ajuste nas receitas reconhecidas em função de ainda não ter sido satisfeita a obrigação de desempenho. Usualmente, não há devoluções de biodiesel.
Farelo de soja, óleo de soja degomado, glicerina e outros produtos	A Companhia determinou que, para os produtos relativos à extração (farelo de soja e outros), o cliente obtêm controle dos produtos vendidos quando os mesmos são entregues nas dependências do cliente, exceto quando há alguma negociação específica, como em casos de venda para o mercado externo. Os prazos médios para ocorrer a entrega são em torno de 2(dois) a 5 (cinco) dias. Desta forma, a receita de vendas é reconhecida no momento da emissão da nota fiscal de venda e pode não coincidir com o momento de entrega ou embarque dos produtos.	A receita de vendas é reconhecida em um momento específico no tempo, sendo tal momento a entrega do produto ao cliente ou o embarque da mercadoria, em casos de vendas para o mercado externo. A cada final de período, a Companhia avalia a necessidade de qualquer ajuste nas receitas reconhecidas em função de ainda não ter sido satisfeita a obrigação de desempenho. O valor da receita reconhecida é também estornado para as devoluções eventualmente ocorridas.
Revenda -grão de soja, glicerina, farelo de soja, etanol, biodiesel, trigo e óleo degomado	A Companhia determinou que, para os produtos relativos à operação de <i>trading</i> (revenda de <i>commodities</i> e outros), o cliente obtêm controle da mercadoria quando os produtos são entregues nas dependências do cliente, exceto quando há alguma negociação específica, como em casos de venda para o mercado externo, sendo neste último caso o controle obtido no embarque da mercadoria. Os prazos médios para ocorrer a entrega no mercado interno são de em torno de 2(dois) dias, podendo variar de acordo com a negociação.	A receita de vendas é reconhecida em um momento específico no tempo, sendo tal momento a entrega do produto ao cliente ou o embarque da mercadoria, em casos de vendas para o mercado externo. O valor da receita reconhecida é estornado para as devoluções eventualmente ocorridas. A cada final de período a Companhia avalia a necessidade de qualquer ajuste nas receitas reconhecidas em função de ainda não ter sido satisfeita a obrigação de desempenho.
CBIOS	A Companhia determinou que os CBIOS serão reconhecidos como receita à medida que são comercializados através de bancos escrituradores. O prazo de recebimento é D+1 após a efetiva comercialização.	A receita de vendas é reconhecida em um momento específico no tempo, sendo tal momento a emissão de fatura de venda dos créditos de descarbonização. A cada final de período a Companhia avalia a necessidade de qualquer ajuste nas receitas reconhecidas em função de ainda não ter sido satisfeita a obrigação de desempenho.

27 Despesas por natureza

As despesas e custos estão agrupados por natureza conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Depreciação e amortização	(31.351)	(29.013)	(74.568)	(32.176)
Pessoal e encargos sociais	(152.802)	(121.097)	(209.217)	(141.327)
Matérias Primas / Produtos adquiridos	(6.388.119)	(5.440.742)	(8.496.097)	(5.956.804)
Instrumentos derivativos CBOT liquidação (ii)	(112.096)	(114.499)	(122.130)	(122.289)
Instrumentos derivativos NDF liquidação (iv)	51.918	-	61.473	-
Serviços contratados, fretes, aluguéis e encargos gerais	(85.166)	(118.270)	(124.529)	(143.990)
Fretes s/vendas	(53.046)	(59.924)	(176.414)	(199.227)
Gastos com bens permanentes	(26.141)	(27.314)	(37.119)	(28.098)
Impostos e taxas	(1.045)	(546)	(2.760)	(1.653)
Outras naturezas	(68.038)	(70.129)	(83.479)	(79.775)
Total do custo de vendas e serviços prestados, despesas gerais e administrativas, de vendas e outras receitas e despesas, líquidas	(6.865.886)	(5.981.534)	(9.264.840)	(6.705.339)

As despesas e custos estão agrupados por função conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Custo dos produtos, mercadorias vendidas e serviços prestados (i)	(6.564.697)	(5.661.384)	(8.672.355)	(6.181.645)
Despesas com vendas	(70.337)	(90.134)	(202.747)	(245.772)
Gerais e administrativas	(243.264)	(204.520)	(403.848)	(245.613)
Outras receitas e despesas, líquidas (iii)	12.412	(25.496)	14.110	(32.309)
Total	(6.865.886)	(5.981.534)	(9.264.840)	(6.705.339)

- (i) Créditos presumidos de PIS e COFINS, de acordo com a Lei 12.865/13 além de créditos provenientes do PRONAF conforme Lei 11.116/05 e Decreto 5.297/04, juntamente com os créditos fiscais de ICMS, conforme Decreto nº 57.076/2023 e 47.634/10 do Estado do Rio Grande do Sul, Decreto nº 2.273/2023 do Estado do Paraná, Decreto nº 288/2019 do Estado do Mato Grosso, Decreto nº 18.627/2019 do Estado do Piauí e Resolução nº 008/2022 do Estado do Pará, bem como as escriturações de CBIOS (subvenções) são apresentados na rubrica de custo dos produtos vendidos. O montante de tais créditos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 totalizaram R\$ 810.939 e R\$ 778.831, respectivamente, na controladora; e R\$ 1.083.923 e R\$ 778.831, respectivamente no consolidado.
- (ii) Em 2024, a Companhia adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para suas operações com derivativos CBOT, cujo objetivo principal, conforme Política de Gestão de Riscos da Companhia, visa proteger a margem dos negócios. Desta forma, os efeitos de liquidação dos instrumentos financeiros derivativos CBOT foram apresentados na mesma linha na qual foi reconhecido o item protegido da relação de *hedge*, alocado na rubrica de "Custos dos produtos, mercadorias vendidas e serviços prestados" na demonstração dos resultados do exercício.
- (iii) Devido a alteração na expectativa de recuperabilidade de saldo de adiantamento efetuado a um fornecedor específico, a companhia reconheceu uma provisão para perda do referido adiantamento, no montante de R\$ 25.338 durante o quarto trimestre de 2024.
- (iv) Durante o ano de 2025, considerando que a Companhia adota a contabilidade de *hedge*, estruturou-se o controle contábil para adequar a apresentação dos efeitos decorrentes da liquidação de instrumentos financeiros derivativos, com objetivo de refletir de maneira mais adequada a natureza econômica das operações protegidas. A Companhia passou a segregar os resultados conforme a finalidade de *hedge* distinguindo: NDFs contratadas para componente de proteção cambial da precificação de derivativos negociados na CBOT e NDFs contratadas para proteção de fluxos de caixa de recebíveis e pagamentos denominados em moeda estrangeira. Desta forma, os efeitos das NDFs relacionadas à proteção do componente cambial da CBOT passaram a ser apresentados no grupo de custo dos produtos vendidos, de forma consistente com a natureza dos itens protegidos.

28 Subvenções governamentais

As subvenções governamentais recebidas pela Companhia correspondem a: (i) incentivos fiscais estaduais (créditos presumidos de ICMS); (ii) incentivos fiscais federais (créditos presumidos de PIS e COFINS e redução de 75% do IRPJ devido - lucro da exploração) e (iii) subvenções municipais.

A subvenções governamentais da Companhia são apresentadas na demonstração do resultado do exercício na linha de “Custo dos produtos vendidos e serviços prestados”, já que o benefício objetiva compensar os custos da operação. A única exceção a essa forma de apresentação são as subvenções municipais bem como os efeitos provenientes do lucro da exploração, as quais possuem tratamento contábil específico descrito em tópico específico nesta nota explicativa.

Os incentivos fiscais estaduais relativos ao biodiesel reduzem o lucro tributável na apuração do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL), considerando que se tratam de créditos presumidos de ICMS. Com relação a essa exclusão para fins de apuração do IRPJ e CSLL, a Companhia possui ação judicial já transitada em julgado em exercícios anteriores, por meio da qual obteve o direito a exclusão dos créditos presumidos de ICMS sob a ótica do pacto federativo. Essa ação judicial engloba as operações da Be8 S.A., controladora do Grupo.

A partir de 01 de janeiro de 2024, entrou em vigor a Lei 14.789, de 29 de dezembro de 2023, que alterou as regras de tributação de incentivos fiscais concedidos pelos estados. Considerando a natureza dos incentivos fiscais estaduais da Companhia, os quais referem-se a créditos presumidos, e considerando o já definido pelo STJ no acórdão da decisão proferida no dia 26 de abril de 2023 sobre o tema 1.182, em sede de recurso repetitivo Resp. 1.945.110/RS mantendo a decisão que somente o crédito presumido pode ser excluído da base do IRPJ/CSLL, na avaliação da Administração, a alteração na Lei não trouxe impactos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

A Be8 Nova Marilândia Ltda., controlada integral da Companhia, contestou judicialmente a Lei 14.789/2023 considerando-a inconstitucional, uma vez que a subvenção estadual em questão é destinada à inovação e expansão da atividade econômica, caracterizando-se como subvenção para investimento. A partir do segundo trimestre de 2024, esta controlada obteve uma decisão liminar judicial que endossa essa interpretação das alterações na legislação fiscal, reforçando sua posição quanto à legalidade da subvenção fiscal e sua exclusão na apuração do lucro real. Considerando as jurisprudências disponíveis sobre o tema, bem como o julgamento do STJ no tema 1.182, além de opiniões de seus assessores jurídicos, a controlada entende que é mais provável que sim do que não que a autoridade fiscal competente considerará o tratamento tributário adequado. Por este motivo, a controlada Be8 Nova Marilândia Ltda. utilizando-se de sua decisão liminar favorável, exclui os créditos presumidos de ICMS da sua apuração de imposto de renda e contribuição social.

Nas demais controladas, Be8 Floriano Ltda. e Be8 Santo Antônio do Tauá Ltda., não são efetuadas exclusões da apuração do IRPJ e CSLL de efeitos de créditos presumidos de ICMS. Ambas as controladas possuem mandado de segurança referente ao tema impetrado, todavia sem decisão em caráter liminar e/ou trânsito em julgado.

As subvenções governamentais que a Companhia possui e seus montantes na demonstração do resultado do período são:

a. Subvenções governamentais estaduais

São enquadradas na esfera estadual as seguintes subvenções:

- Crédito presumido de ICMS de 66,67% nas saídas de biodiesel: fundamentado no Decreto nº 50.234/13 do estado do Rio Grande do Sul;
- Crédito presumido de ICMS de 50% nas saídas de farelo de soja: fundamentado no Decreto nº 47.634/10 do estado do Rio Grande do Sul;
- Crédito presumido de ICMS de 66,67% nas saídas de biodiesel e crédito presumido na importação do metanol de 4% do ICMS da importação, na unidade de Marialva/PR fundamentado no Decreto nº 7.871/17.
- Crédito presumido de ICMS de 75% nas saídas de Biodiesel: fundamentado no Decreto nº 288/2019 do estado do Mato Grosso, aplicável a unidade localizada em Nova Marilândia/MT;
- Crédito presumido de ICMS de 70% nas saídas interestaduais de glicerina, aplicável a unidade localizada em Nova Marilândia;
- Crédito presumido de 80% e 90% nas saídas internas e interestaduais de ácido graxo, respectivamente, aplicável a unidade localizada em Nova Marilândia;
- Crédito presumido de ICMS de 70% nas saídas interestaduais de borra, aplicável a unidade localizada em Nova Marilândia;
- Crédito presumido de ICMS de 95% para todos os produtos fabricados, nas saídas internas e interestaduais, aplicável a unidade localizada em Santo Antônio do Tauá/PA;
- Crédito presumido de ICMS de 100% nas saídas de Biodiesel, aplicável a unidade localizada em Floriano/PI.

Os valores apurados a título de incentivo são deduzidos na rubrica de ICMS a recolher em contrapartida ao resultado, na rubrica de impostos sobre vendas.

Para utilização do crédito presumido do Biodiesel do estado do Mato Grosso, a unidade de Nova Marilândia contribui em 4% para o Fundo de Desenvolvimento Industrial e Comercial (FUNDEIC) e 1% para o Fundo de Desenvolvimento Desportivo (FUNDED) sobre o valor do crédito utilizado. Ainda, no estado do Mato Grosso, para a utilização dos créditos presumidos referente aos subprodutos, a unidade de Nova Marilândia contribui em 1% para o FUNDED e em 6% para o Fundo de Desenvolvimento Econômico (FUNDES) sobre o valor do crédito utilizado.

No Piauí, para a utilização do crédito presumido, a unidade localizada em Floriano contribui em 8% para o Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal (FUNEF) e 2% para o COTAC (Cota de Contribuição / FUNDIPI - Fundo de Desenvolvimento Industrial do Piauí) sobre o valor do crédito utilizado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi contabilizado o montante de R\$ 482.571 (R\$ 437.479 em 31 de dezembro de 2024) na controladora e o montante de R\$ 685.557 (R\$ 437.479 em 31 de dezembro de 2024) no consolidado a título de subvenções estaduais.

b. Subvenções governamentais federais

Estão sob a esfera federal as subvenções abaixo:

- Crédito presumido de PIS e COFINS conforme Lei nº 12.865/2013;
- Crédito de PIS e COFINS proveniente do PRONAF conforme Lei nº 11.116/05 e Decreto nº 5.297/04;
- Reconhecimento inicial dos CBIOS (Créditos de descarbonização);
- Redução de 75% do IRPJ devido (Lucro da Exploração), aplicável apenas as unidades localizadas em Nova Marilândia/MT, Floriano/PI e Santo Antônio do Tauá.

A Companhia, por meio das controladas Be8 Floriano Ltda., Be8 Santo Antônio do Tauá Ltda. e Be8 Nova Marilândia Ltda., é beneficiária de subvenções federais obtidas por conta da realização de investimentos nas unidades industriais sediadas na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

As subvenções são concedidas pelo prazo certo de 10 anos para os empreendimentos industriais que comprovarem, junto à Sudene e a Sudam, a realização de investimentos nas regiões pré-estabelecidas, mediante instalação, modernização, ampliação ou diversificação de unidades industriais na região, desde que atendidas todas as condições e obrigações exigidas na legislação pertinente para obtenção da contrapartida da União, dentro das políticas públicas de emprego de recursos federais no fomento ao desenvolvimento do Nordeste e Centro-Oeste.

O valor das subvenções para investimento a ser recebido da União durante o prazo certo de sua concessão consiste em montante equivalente ao resultado da aplicação de até 75% sobre uma base de cálculo legalmente denominada “lucro da exploração”, gerado por unidades industriais incentivadas. A quitação se realiza pela dedução do benefício sobre o valor devido de imposto de renda, com base na apuração do lucro real.

A subvenção federal é apresentada na Demonstração do Resultado como dedução do imposto de renda da pessoa jurídica.

Os prazos de vigência das subvenções federais relacionadas ao lucro da exploração em vigor são detalhados a seguir:

Unidade	Produto incentivado	Índice de redução do IRPJ (%)	Valor	Período de validade
Be8 Nova Marilândia Ltda	Glicerol e Biodiesel	75	12.217	Jan de 2025 até dez de 2034
Be8 Santo Antônio do Tauá Ltda	Biodiesel, Borra e Glicerina	75	3.619	Jan de 2024 até dez de 2033
Be8 Floriano Ltda	Biodiesel	75	18.030	Jan de 2021 até dez de 2030
Total			33.866	

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi contabilizado o montante de R\$ 328.368 (R\$ 341.352 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024) na controladora e R\$ 425.602 (R\$ 341.352 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024) no consolidado a título de subvenções federais.

c. Subvenções governamentais municipais

Através da Lei nº 5.704, de 23 de janeiro de 2023, o Município de Passo Fundo (RS) concedeu incentivos fiscais e econômicos ao empreendimento da empresa Be8 Exportação e Importação Ltda., com a finalidade de implantação de unidade de usina produtora de Etanol, farelos, glúten vital e outros produtos a partir do processamento de cereais.

A subvenção se dará na forma de ressarcimento financeiro dos investimentos de infraestrutura realizados na área em que será instalada a unidade de Usina e da Fábrica, no montante de até R\$ 56.000 (cinquenta e seis milhões de reais).

Tratamento contábil

Os valores de subvenção destinados à aquisição de ativos não monetários foram reconhecidos em conta redutora do ativo que está em construção, no grupo de ativo imobilizado. Tal montante será reconhecido no resultado à crédito na despesa de depreciação de forma linear de acordo com a vida útil do ativo.

Be8 Exportação e Importação Ltda.		
	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante	1.071	1.440
Subvenção Municipal a Receber	1.071	1.440
Ativo imobilizado	17.203	5.440
Subvenções Etanol - PMPF Lei 5.899 (i)	17.203	5.440

(i) No exercício findo em 31 de setembro de 2025, a Be8 Exportação e Importação Ltda. efetuou a prestação de contas referente à subvenção concedida pelo Município de Passo Fundo, totalizando o valor de 17.203. Em decorrência desta prestação, o município já efetuou, até dezembro de 2025, o reembolso da referida subvenção no montante de R\$ 16.132, sendo que o restante será recebido ao longo dos próximos meses.

	31/12/2025	31/12/2024
	12.132	4.000
Subvenção Municipal recebida (anual)	12.132	4.000
Total	16.132	16.132

29 Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Juros recebidos	27.252	29.011	28.156	29.138
Receita de aplicação financeira	120.856	73.187	164.651	73.534
Variação cambial	76.774	59.023	115.618	90.698
Variação monetária ativa	54.960	18.094	25.353	20.179
Descontos obtidos	341	123	5.147	168
Wash-out contratuais	3.563	38	3.563	1.061
Total receita financeira	283.746	179.476	342.488	214.778

Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Tributos sobre operações financeiras	(11.004)	(7.479)	(18.711)	(7.965)
Juros pagos	(1.264)	(73)	(2.817)	(786)
Descontos concedidos	(38)	(1)	(680)	(28)
Juros sobre compras a prazo	-	(592)	-	(592)
Despesas bancárias	(10.558)	(10.499)	(11.186)	(11.876)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(261.084)	(163.867)	(288.213)	(169.270)
Ganho / (Perda) valor justo instrumentos financeiros derivativos - swap de taxa de juros	(14.427)	35.239	(17.863)	35.239
Ganho / (Perda) liquidação instrumentos financeiros derivativos - swap de taxa de juros	(6.818)	(17.268)	(9.599)	(17.268)
Juros de antecipações recebíveis	(24.350)	(35.390)	(24.350)	(35.390)
Apropriação custo financeiro compras fixas e bônus dólar	(88.518)	(64.747)	(88.518)	(64.747)
Variação cambial passiva	(70.272)	(60.239)	(122.294)	(78.140)
Variação monetária passiva	(55.225)	(6.348)	(48.931)	(13.778)
Total despesa financeira	(543.558)	(331.264)	(633.162)	(364.601)

Resultado líquido derivativos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Resultado com derivativos CBOT	(107)	(3.367)	(92)	(3.232)
Resultado com derivativos USD	10.524	(18.143)	24.519	(40.465)
Ajuste a valor justo fornecedores a fixar e compras de soja em dólar	6.800	(29.106)	6.800	(29.106)
Total resultado líquido derivativos	17.217	(50.616)	31.227	(72.803)

Total do resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Total receita financeira	283.746	179.476	342.488	214.778
Total despesas financeiras	(543.558)	(331.264)	(633.162)	(364.601)
Total resultado líquido derivativos	17.217	(50.616)	31.227	(72.803)
	(242.595)	(202.404)	(259.447)	(222.626)

30 Eventos Subsequentes

Após 31 de dezembro de 2025 e até a data de aprovação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, ocorreram os seguintes eventos subsequentes considerados relevantes pela Administração para fins de divulgação:

Alteração do percentual de crédito presumido de ICMS no estado do Mato Grosso:

Em 05 de janeiro de 2026, com vigência retroativa desde 01 de janeiro de 2026, foi publicada a Resolução n.º 261/2025/CONDEPRODEMAT no Diário Oficial da União (DOU), por meio da qual institui-se novas faixas de capacidade produtivas para fins de definição dos percentuais de crédito presumido de ICMS aplicáveis no âmbito do PRODEIC Investe Mato Grosso Biocombustíveis. Em função desta alteração, considerando que a capacidade produtiva da planta de biodiesel da Be8 Nova Marilândia Ltda. está enquadrada no range de 290 m³/dia até 700 m³/dia, a partir de 01 de janeiro de 2026, o crédito presumido de ICMS anteriormente de 75% para a ser de 80% para as saídas de biodiesel. Além disso, os percentuais a serem recolhidos ao Fundo de Desenvolvimento Econômico – FUNDES que antes era de 4% passa a ser 2% e o percentual a ser recolhido ao Fundo de Desenvolvimento Desportivo – FUNDED não sofreu alteração, mantendo-se em 1%.

2ª Emissão de Notas Comerciais da Be8 S.A.:

No dia 13 de janeiro de 2026, foi aprovada, por meio de Reunião do Conselho de Administração e Assembleia Geral Extraordinária da Be8 S.A., a 2ª emissão de notas comerciais escriturais, com garantia real, em série única, para colocação privada, no valor total de R\$ 250.000 (duzentos e cinquenta milhões de reais), a ser celebrada entre o Banco do Brasil S.A., a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e a Be8 S.A..

Em 10 de fevereiro de 2026, ocorreu a liberação dos recursos, os quais foram integralmente recebidos pela Companhia. Os valores captados serão destinados ao financiamento dos investimentos (CAPEX) das unidades do Grupo.

Aprovação pelo CADE do processo de aquisição da Florida Biocombustível Ltda. e conclusão da aquisição:

No dia 27 de novembro de 2025, a Be8 S.A. assinou um Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças celebrado com a União Agroindustrial Ltda.. Por meio da transação, a Be8 adquiriu 100% das quotas da Florida Biocombustível Ltda., sendo esta uma planta industrial produtora de biodiesel e seus subprodutos, localizada na cidade de Alto Araguaia, no Mato Grosso. A operação esteve sujeita à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), que emitiu a certidão de trânsito em julgado no dia 06 de janeiro de 2026. Até a data de emissão destas demonstrações financeiras, o Termo de Fechamento da transação não havia sido assinado devido as condições precedentes previstas contratualmente.

O preço de aquisição está estimado em aproximadamente R\$ 400.000, porém, ainda está sujeito a ajustes pós-fechamento conforme previsto em contrato. O pagamento será a prazo conforme condições negociadas entre as partes e previstas contratualmente. No contexto da aquisição, a Companhia está em processo de cálculo dos ajustes de preço pós-fechamento da operação, bem como está em processo de elaboração do laudo de alocação do preço pago (*Purchase Price Allocation*) da aquisição, conforme requerido pelo CPC 15 – Combinações de negócios. Não foi possível, até a presente data, a conclusão do respectivo laudo.

Com a efetivação da operação, a Be8 amplia a liderança no mercado de biodiesel, com crescimento de 16,7% na capacidade instalada, que passa a ser de 1,71 bilhão de litros por ano.

Assinatura de contrato junto ao Badesul – Projeto Hidrogênio Verde da Be8 S.A.:

Em 07 de novembro de 2025, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a contratação de operação de crédito que, em 29 de janeiro de 2026, resultou na assinatura do contrato de Cédula de Crédito Bancário (Programa H2V – nº 001/2026) junto ao Badesul Desenvolvimento S.A. – Agência de Fomento/RS, no âmbito da Chamada Pública – Programa de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva de Hidrogênio Verde no Estado do Rio Grande do Sul – H2V–RS (Edital de Chamada Pública nº 01/2025), no montante de R\$ 29.773.